

35

ano 9 | dezembro 2018

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

@metropolis



revista eletrônica *e-metropolis*

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof^o Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Fernanda Pernasetti

Heitor Vianna Moura

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

apoio técnico editorial

Luísa Sobral

suporte administrativo

Elizabeth Alves

Karoline Souza

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFGA)

Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 35 ▪ ano 9 | dezembro de 2018

Já diria Gilberto Velho, em seu clássico da antropologia *A Utopia Urbana*, que a cidade é um mapa social onde as pessoas se definem pelo lugar onde moram. Ao mesmo tempo, também podemos dizer que a cidade é uma grande arena de disputas, onde a toponímia – isto é, o estudo dos nomes próprios de lugares – tem relevante importância no modo como o status e o poder são representados socialmente (sobretudo por quem).

É neste contexto como a revista *e-metropolis* faz a abertura da sua 35ª edição, trazendo como artigo de capa o estudo de Enderson Albuquerque e Miguel Angelo Ribeiro, ambos do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sobre as manifestações de poder no município fluminense de Nilópolis mediante o uso político-partidário das toponímias. A cidade em questão é conhecida nacional e internacionalmente por hospedar a escola de samba Beija-Flor e presença, desde sua institucionalização como município (em 1947), um intenso processo de modificações de nomes de equipamentos públicos pautados por interferências políticas. Neste sentido, os autores apontam a existência de uma tensão mostrando de que modo as dimensões simbólicas, territoriais e políticas da toponímia se cruzam.

Seguindo o baile, o artigo de Yanne Nigro Torres traça um panorama das políticas públicas municipais para lidar com o número crescente de refugiados. Um dos problemas centrais é o aumento do mercado informal, principal meio de sustento dos imigrantes. Dentre as possibilidades de ampliação de políticas públicas, se discute a criação de um espaço que valorize a cultura das diversas origens dos imigrantes através

das artes e da gastronomia.

No artigo “O ‘vagão rosa’ e as mobilidades nada neutras – políticas de transporte exclusivo nos deslocamentos urbanos”, Mariana Imbelloni Braga Albuquerque, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Democracia e Direito – PUC-Rio, analisa a implementação da política de reserva de vagões no transporte público coletivo ao público feminino. Por meio de um olhar que busca incorporar as questões de gênero no planejamento urbano, a autora avalia os impactos afirmativos e transformativos da medida.

Já em “A cidade e a utopia”, Tadeu Alencar Arrais, professor do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, analisa os vínculos históricos entre as cidades e a emergência de narrativas utópicas, indicando o espaço público como arena de contestação e transformação da realidade urbana em prol de um governo e de uma forma urbana ideais. Além de uma rigorosa análise teórica de diferentes tradições utópicas, Arrais propõe uma reflexão sobre outros futuros possíveis.

Encerrando a seção de artigos, Greciely Cristina da Costa, pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Unicamp, discorre sobre imagens do contexto urbano reconfiguradas como dispositivos de resistência. Em seu trabalho, analisa obras em diferentes locais do mundo, debatendo-se a importância das intervenções como forma de desorganizar a política administrativa urbana e de reformular os sentidos do discurso dominante.

Na resenha desta edição, ganhou destaque o livro *Estado, arquitetura e desenvolvimento: a ação habitacional do IAPI*, de Nilce Aravecchia-Botas, pelo olhar crítico de Maria Aparecida

Azevedo Abreu, professora do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES/IPPUR, UFRJ).

A seção especial desta edição é de autoria de Julia Sant’Anna G. de Rezende e Lise Bastos, apresentando um compilado de oito fragmentos de cenas urbanas capturados, entre janeiro e maio de 2018, em diferentes transportes coletivos cariocas. Segundo as palavras das autoras, “são cenas escritas na velocidade e na voz da rua e, se lidas com cuidado, desvelam múltiplas facetas da cidade do Rio de Janeiro. Apropriado para ler em trânsito”.

O ensaio fotográfico “Natureza Urbana” expressa por meio da fotografia de rua a percepção sensorial dos olhos de um pedestre. A cidade-palco é São Carlos, em São Paulo, e as lentes aqui retratadas captam um “corpo biológico, heterogêneo, pulsante e persistente”, segundo o autor Renato Tamaoki, arquiteto e urbanista e que também trabalha como fotógrafo e artista visual.

Chegando ao fim, na entrevista desta edição, o editor da *e-metropolis* Heitor Vianna Moura bateu um papo com o pesquisador Luís Felipe Gonçalves Mendes, da Universidade de Lisboa, apresentando ao público brasileiro uma leitura atualizada dos processos de financeirização e de exclusão social que afligem a cidade de Lisboa, capital portuguesa. Mendes possui larga experiência em pesquisas sobre gentrificação, regeneração urbana e turistificação e uma ativa participação em movimentos sociais que lutam pelo direito à habitação e à cidade.

Na ocasião de chegarmos a mais um mês de dezembro – portanto, mais um ano que finda! –, desejamos a todos os nossos leitores excelentes festas e um ano-novo que nos inspire dias mais fraternos e democráticos. Até a próxima! ■

Índice

nº 35 ▪ ano 9 | dezembro de 2018

Capa

- 06** Apropriações simbólicas dos espaços públicos: territorializações toponímicas em Nilópolis-RJ

Symbolic appropriations of public spaces: toponymic territorialization in Nilópolis-RJ

Por Enderson Albuquerque e Miguel Angelo Ribeiro

Artigos

- 17** Os desafios das políticas públicas frente à nova crise migratória: região central do município de São Paulo

The challenges of public policies towards the new migration crisis: Sao Paulo downtown

Por Yanne Nigro Torres

- 26** O “vagão rosa” e as mobilidades nada neutras - políticas de transporte exclusivo nos deslocamentos urbanos

The “pink wagon” and the no neutral mobility - woman only politics in urban displacements

Por Mariana Imbelloni Braga Albuquerque

- 35** A cidade e a utopia

The city and utopia

Por Tadeu Alencar Arrais

- 46** Das imagens desorganizadoras na cidade ao confronto do simbólico com o político

From the disorganizing images in the city to the confrontation of the symbolic with the politician

Por Greciely Cristina da Costa

Resenha

- 55** Política habitacional como estratégia para um projeto de desenvolvimento

Housing policy as a strategy towards a development project

Por Maria Aparecida Azevedo Abreu

Especial

- 58** Desvios, sinais, percursos e atravessamentos: uma experiência no transporte coletivo carioca

Detours, signs, paths and crossings: an experience on Rio de Janeiro’s public transport

Por Julia Sant’Anna G. de Rezende e Lise Bastos

Ensaio

- 62** Natureza urbana

Urban Nature

Por Renato Tamaoki

Entrevista

- 65** Gentrificação e turistificação em Lisboa: da financeirização das políticas urbanas à luta urbana

Gentrification and touristification in Lisbon: from financialization of urban policies to urban struggle

Com Luís Filipe Gonçalves Mendes

Por Heitor Vianna Moura

ficha técnica

Projeto gráfico e diagramação

Paula Sobrino

paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho

alinecastilho1@hotmail.com

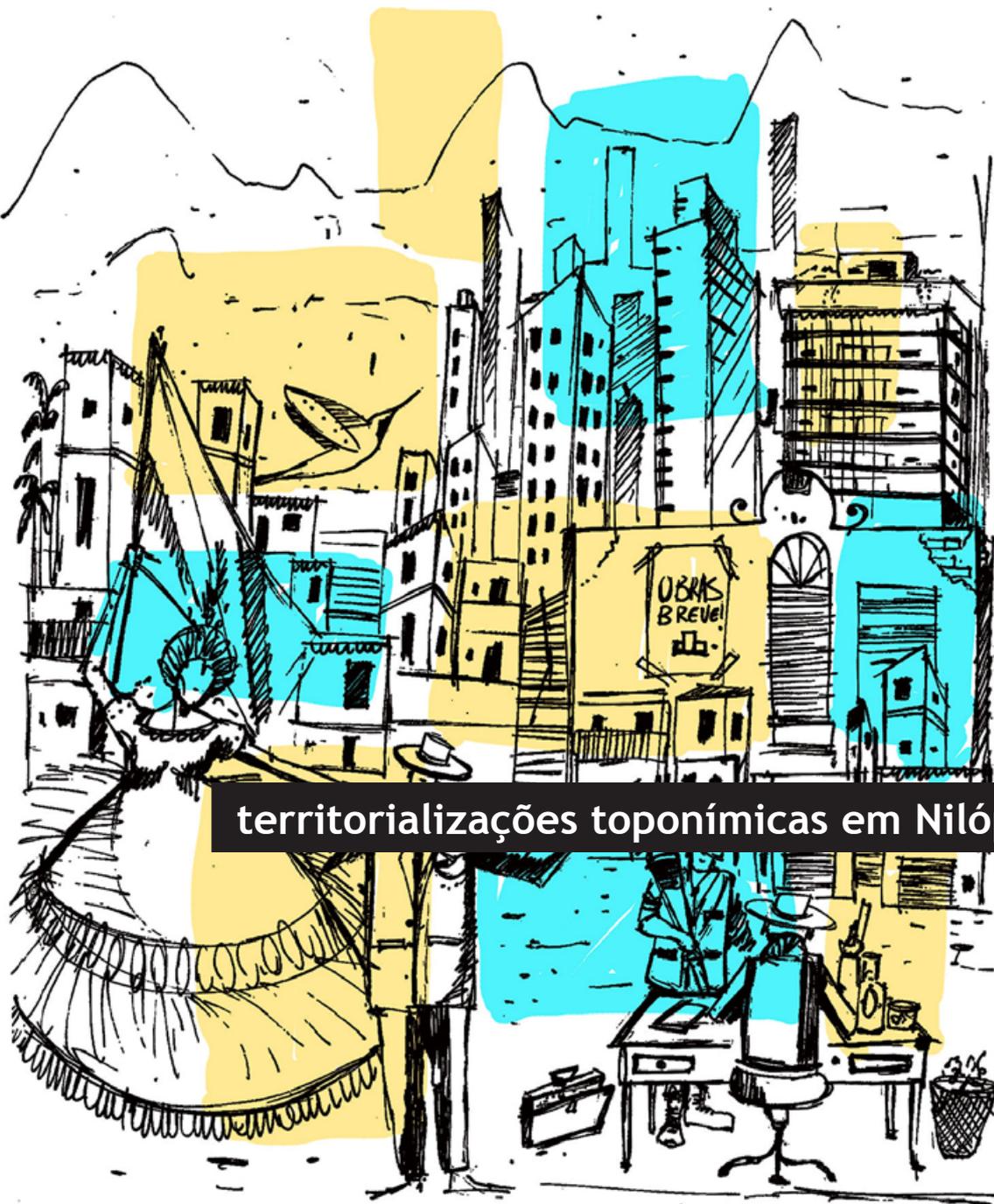
A ilustração de capa foi feita por **TarcioV**. Natural de Salvador Bahia, TarcioV iniciou sua trajetória como artista de rua em 2004 atuando como grafiteiro, em 2006 ingressa para a escola de belas artes onde descobre outras técnicas das artes gráficas. TarcioV tem estilo definido através do traço e suas maiores inspirações são o cotidiano, a cultura popular brasileira e cotidiano do nosso povo.

<http://tropcrew.com/tarciov>
tarciovasconcelos@gmail.com

capa

Anderson Albuquerque
Miguel Angelo Ribeiro

Apropriações simbólicas dos espaços públicos



territorializações toponímicas em Nilópolis-RJ

Miguel Angelo Ribeiro

é professor associado do Instituto de Geografia da UERJ.

mamikisi@gmail.com

Anderson Albuquerque

é mestre em Geografia e doutorando em Geografia pelo PPGEO-UERJ.

andersonalbuquerque@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir o uso político-partidário das toponímias no município fluminense de Nilópolis. A cidade em questão, parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, e conhecida nacionalmente e internacionalmente por hospedar a escola de Samba Beija-Flor, presencia um intenso processo de modificações de nomes de equipamentos públicos pautados por interferências políticas. Para a análise em questão, selecionamos apenas os espaços públicos que sofreram recente alteração de nomenclatura como forma de expressar o poder de um determinado segmento político e de demarcar um território. A análise dessa questão no cenário nilopolitano aponta para a predominância de dois grupos políticos os quais influenciam fortemente na decisão de nomear tais espaços: o clã Abraão-Sessim e os Calazans, os quais demarcam no espaço um poder territorial.

Palavras-chave: Nilópolis; Grupos políticos; Poder; Toponímia.

SUMMARY

This article aims to discuss the political-partisan use of toponyms in the Rio de Janeiro municipality of Nilópolis. The city in question, part of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro and known nationally and internationally for hosting the Beija-Flor de Nilópolis Samba School, witnessed an intense process of modifications of names of public equipment ruled by political interference. As the etymology suggests, toponymy refers to the study of place names, however, for the analysis in question we select only those public spaces that have recently undergone a change of nomenclature as a way of expressing the power of a given political segment, demarcating a territory. The analysis of this issue in the nilopolitan scenario points to the predominance of two political groups, which strongly influence the decision to name such spaces: the Abraão-Sessim clan and the Calazans, who demarcate a territorial power in space.

Key words: Nilópolis; Political groups; Power; Toponymy.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar as manifestações de poder no município de Nilópolis contemplando a análise das suas toponímias. O recorte temporal utilizado para essa análise abrange o período compreendido entre os anos de 1947, ano da instalação do município, até o período atual, no qual se verifica uma tensão entre os grupos políticos locais no sentido de renomear espaços públicos. Embora as produções acadêmicas referentes à discussão toponímica sejam abundantes no âmbito geográfico, ainda não existem trabalhos que contemplem a essa temática na escala aqui proposta.

Quanto à operacionalização, referente à metodologia da pesquisa, recorreremos a obras acadêmicas que trataram da discussão a respeito das categorias “poder”, “toponímia” e “território”. O caminho de investigação escolhido visa a analisar como se dá a correlação de forças no espaço nilopolitano por meio do poder de nomear e o interesse político em renomear espaços públicos. Utilizamos, também, fotografias como forma de expressar visualmente os territórios políticos. No intuito de responder a esse questionamento, o artigo se divide em três partes. Na primeira, ambicionamos contextualizar nosso recorte espacial no bojo da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) considerando a sua inserção socioeconômica. A segunda parte analisará a dimensão política do município em tela, enquanto a terceira parte discutirá o processo toponímico e sua dimensão política. A fim de apontar esse processo no contexto municipal, analisaremos alguns equipamentos públicos que tiveram seus nomes alterados para atender aos interesses políticos vigentes em determinado período, tais como os postos de saúde, as praças e estabelecimentos educacionais.

NILÓPOLIS NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Nilópolis, nosso recorte espacial, localiza-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, juntamente com os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Japeri, Queimados, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Paracambi e Seropédica, compõe a Baixada Fluminense, conforme registra o Figura 1.

Embora ocupe oficialmente uma área de 19,157 km², segundo o IBGE, mais de 10 km² de sua área



Fonte: CEPERJ, 2014

Figura 1:
Localização do
município de
Nilópolis na RMRJ

pertence ao Campo de Instrução Militar do Gerici-nó (Exército do Brasil) e apenas 9 km² são ocupados por sua população de 157.425 residentes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Essa configuração territorial confere ao município uma densidade demográfica superior a 8 mil hab./km², uma das maiores do país, materializando um processo de conurbação com bairros da cidade do Rio de Janeiro e com os municípios limítrofes.

Sobre as intervenções realizadas pelo governo de Nilo Peçanha entre os anos de 1909 e 1910, Lago (2000, p. 67) assinala que as

obras de saneamento e drenagem executadas na Baixada Fluminense nesse período, em vez de impulsionar a produção agrícola para o abastecimento da cidade, abriram novas fronteiras para a expansão imobiliária. Surgia nesse momento um novo padrão de produção do espaço construído urbano, os chamados “loteamentos periféricos”, que mudaria, doravante, a forma e o conteúdo não apenas do Rio de Janeiro, mas das demais grandes cidades brasileiras.

A alteração da forma e conteúdo aludida por Lago se manifestou através do adensamento demográfico dos municípios vizinhos ao Rio de Janeiro. Por

consequência, houve a expansão da mancha urbana, até então limitada à cidade do Rio de Janeiro. No contexto fluminense tal processo se materializou juridicamente com a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1973. Essa RM foi criada com dezessete municípios, dentre eles Nilópolis e, tendo como seu núcleo o então município da Guanabara, atualmente constituindo o município do Rio de Janeiro e sediando a capital do estado do Rio de Janeiro desde 1975, quando da fusão imposta pelo governo federal.

O último Censo demográfico do IBGE (2010) registra o caráter altamente concentrador do ponto de vista populacional do núcleo da RMRJ, quando comparado aos demais municípios. Essa área concentra 74,1% da população residente no estado, perfazendo um total populacional de 11.823.752 habitantes. Entretanto, 6.323.037 desses indivíduos residem no município do Rio de Janeiro. Dessa forma, o núcleo da RMRJ abriga população superior à soma dos outros vinte municípios que a compõem atualmente, ratificando a forte concentração populacional metropolitana.

Nesse contexto, Nilópolis se inscreve como integrante de sua periferia (RIBEIRO & O'NEILL, 2012) - a Baixada Fluminense. O município em tela apresenta índices econômicos pífios quando compa-

rado aos de outros municípios da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana. As receitas tributárias dos municípios da Região Metropolitana, em 2007, por exemplo, foram de R\$ 208.713.877 (em mil reais). O município nilopolitano, nesse mesmo ano, contribuiu para a RMRJ com uma arrecadação tributária de R\$ 1.198.642, correspondendo a apenas 0,57% do PIB total dessa região (IBGE, 2007). Para o ano de 2012 o PIB total da Região Metropolitana, na qual Nilópolis está inserida, foi de R\$ 261.090.608 (em mil reais). O município nilopolitano contribuiu com apenas 0,74% desse valor, com um PIB de R\$ 1.935.707.

Internamente, a participação dos setores econômicos indica o destaque das atividades de serviços na composição econômica municipal, correspondendo a cerca de 90% do PIB do município. Uma explicação para essa concentração pode ser formulada a partir da área urbana de Nilópolis, a qual inviabiliza a existência das atividades primárias e compromete o rendimento do setor secundário.

O espaço nilopolitano, conforme exposto, apresenta pouca expressividade quanto ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, é altamente dependente dos repasses federais para sua gestão. Por sua vez, a gestão municipal utiliza do poder para nomear espaços públicos como forma de demarcar o domínio territorial de seu grupo, pois o território se configura a partir de relação de poder, a qual controla o espaço do ponto de vista material e simbólico. Nesse sentido, se por um lado nomear os espaços públicos simboliza a territorialização desse local, por outro é um indicativo do grau de poder do grupo beneficiado.

O PODER SEM PUDOR: ATUAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS NO ESPAÇO NILOPOLITANO

Nomear espaços públicos, ao mesmo tempo que sugere a legitimidade do homenageado, expõe a força política daquele que homenageia. Por outro lado, grifar os espaços públicos em benefício político de um determinado grupo suscita uma discussão referente à necessária separação entre os interesses públicos e privados dos gestores municipais. Com efeito, discutir o sentido das toponímias para o caso em questão enseja considerar a noção de poder e do território, o qual consiste em sua manifestação espacial, e a relação entre as esferas pública e privada.

O topônimo, objeto de estudo da toponímia, diz respeito ao nome dos lugares. Nomear os lugares,

por sua vez, cumpre uma dupla função, conforme sustenta Claval (2001, p. 189) ao afirmar que “o batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”. Desse modo, além do referencial espacial, batizar os lugares serve, em alguma medida, como uma manifestação de poder daquele que o nomeia ou da parte de quem impõe a homenagem.

Já o poder ao se efetivar sobre um espaço cria uma demanda de reflexão geográfica, pois faz emergir um território. O território, simbólico ou funcional, é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, conforme aponta Souza (2010, p. 78). Afinado a essa preposição, a discussão do território suscita, indubitavelmente, o debate referente às relações de poder e, por extensão, aos grupos de poder atuantes em um determinado espaço e aos sujeitos imbricados. Convém acrescentar que o poder é sempre relacional devido a sua natureza de ser propriedade de um grupo como defende Arendt (2016), por estar presente em todos os espaços, conforme expõe Foucault (2016) e por isso se insere em todas as relações, como esmiúça Raffestin (1993). Deste modo, o poder está presente para além da dimensão política. Contudo, neste artigo almejamos “compreender o poder como um problema político e como uma possibilidade de fundar um espaço político” (CASTRO, 2013, p. 102).

Essa análise é empreendida por Castro (2013) a partir das formulações de Arendt (2016), Foucault (2016) e Weber (1968). Baseado nesses pensadores, a autora classificou o poder como fundado em três dimensões: a despótica, a autoridade e a política. Na primeira forma de poder, o elemento que o caracteriza é a coerção pela força, ou seja, pelo emprego da violência. A essa modalidade de poder, Weber conceitua como dominação.

O poder fundado na autoridade, por sua vez, é “exercido como uma concessão, o que o torna uma forma legítima pela aceitação e pelo reconhecimento daqueles que a ele se submetem” (CASTRO, 2013, p. 103). A autora alude, mais uma vez, que, para Weber, a autoridade pode se ancorar em aspectos tradicionais ou no carisma de quem exerce a liderança e, nesse sentido, essa forma de poder possui maior legitimidade quando comparada ao poder despótico, isto porque essa forma de poder se ampara em um consentimento social. Nesse ponto, a análise de Castro encontra o pensamento arendtiano (2016), uma vez que a autora alemã lembra que poder e violência apresentam graus proporcionais: quanto mais violência se usa, menos poder se tem.

A terceira forma de poder aludida por Castro diz respeito ao poder político. De acordo com a autora, essa tipologia se caracteriza por utilizar as ferramentas da coerção baseada no uso da força, oriunda do poder despótico, e por se utilizar, em grande medida, da legitimidade, oriunda do poder ancorado na autoridade. Nesse ponto, as contribuições de Castro ganham relevância na análise pretendida por este artigo. A adoção da categoria de poder político, tal qual delimitada pela autora, coaduna com nosso propósito de investigar a natureza do poder do grupo familiar Abraão-Sessim.

Descendentes de sírio-libaneses, os membros dessa família chegaram ao município na década de 1930. Aos poucos a família foi se enriquecendo e, ao contrário dos imigrantes judeus que ao se capitalizarem deixaram a cidade, os sírio-libaneses se mantiveram e passaram a atuar na política local (SIMÕES, 2008). Com a emancipação de Nilópolis em 1947, então 4º distrito de Nova Iguaçu, esse grupo, que atuava como suporte político de Getúlio de Moura, passou a comandar e gerenciar o referido distrito elevado à categoria de município (ALVES, 2003).

Com o Golpe Militar de 1964 os integrantes da família Abraão-Sessim filiaram-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio político ao regime militar. Devido à proximidade com o governo, a família se beneficiou das intervenções na estrutura política da Baixada Fluminense. Em fevereiro de 1970, o prefeito de Nilópolis, João Cardoso, eleito para o cargo pela terceira vez, foi cassado sob suspeita de boicotar o regime vigente. Seu delator, e primeiro secretário da Câmara Municipal, era Miguel Abraão. Aniz Abraão (popularmente conhecido como Anísio) ocupava o cargo de vereador. “A partir desse momento teve início a conjunção entre poder militar, poder familiar e contravenção em Nilópolis” (ALVES, 2003, p. 104). Tal conjuntura refletiu na agremiação carnavalesca gerida por Anísio Abraão, a Beija-Flor de Nilópolis. Na condição de presidente, e dessa forma exercendo poder sobre a escolha dos enredos, nos anos de 1973, 1974 e 1975, a escola de samba de Nilópolis apresentou enredos enaltecendo o regime militar e suas realizações.

A cronologia das gestões municipal e da agremiação indica parte dessa estrutura. Em 1972 Nelson Abraão foi o primeiro membro do clã a assumir a Escola de Samba sem ser interino – depois dele apenas um presidente eleito não tinha Abraão como sobrenome. Em 1973 Simão Sessim tornou-se o primeiro do clã a assumir a prefeitura de Nilópolis- depois dele apenas dois prefeitos eleitos não pertenciam ao grupo ou não haviam sido lançados politicamente por eles.

Embora um membro do clã já fosse prefeito de Nilópolis em 1973, a projeção nacional alcançada

pela Beija-Flor permitiu a esse grupo um espaço de exposição de seus feitos gerenciais não possível a nenhum outro adversário político da cidade. A partir desse processo, o grupo passou a usar o prestígio da instituição para uso político eleitoral próprio, vinculando o nome dos membros do clã aos projetos sociais realizados pela instituição carnavalesca. Convém ainda salientar a proeza do clã Abraão-Sessim nos legislativos municipal, estadual e federal. Desde o ano de 1972 o clã mantém ao menos um representante direto na Câmara Municipal de Nilópolis. Na esfera estadual os sírio-libaneses em questão só não tiveram representantes na legislatura de 2007-2010. Desde 1978, Simão Sessim representa o grupo na Câmara Federal, sendo um dos deputados mais antigos da referida casa com dez mandatos consecutivos.

O poder exercido pelos membros desse grupo possui uma base legalista, uma vez que se utilizam dos mecanismos formais da democracia (como eleições) e também se alicerça sobre o carisma e a tradição, como sugere Weber (1968). Dessa forma, os representantes políticos libaneses se beneficiam da tradição emanada pela agremiação carnavalesca e do carisma conferido a seu patrono por parte da população local para angariar votos nas eleições políticas. Nesse sentido, sua atuação estaria fundada na autoridade. Contudo, em paralelo a esse processo legalista, há o uso da coerção pela força. O uso da violência acompanha a biografia do carismático patrono beijafloriano, como expuseram Cavalcanti (2009), Bezerra (2010) e Jupiará & Otávio (2016).

A análise do poder político no supracitado município aponta para existência de movimentos distintos no tocante às hegemonias das forças políticas. Essas distinções temporais, por sua vez, nos permitem dividir o processo de construção dessas territorialidades em dois períodos. O primeiro se inicia a partir de sua emancipação em 1947 e se estende até o início da década de 1970, o qual aponta para a fragmentação e para a alternância de nomes no Poder Executivo municipal. O segundo período é caracterizado pelo surgimento e posterior consolidação do grupo hegemônico na política local: o clã Abraão-Sessim.

Nas eleições municipais de 2012, a oposição ao clã libanês se uniu em torno da candidatura de Alessandro Calazans. Apesar dessa união e do baixo índice de aprovação do mandato de Sérgio Sessim que tentava a reeleição, Calazans venceu o pleito por uma diferença de apenas 1,85% dos votos válidos e tornou-se o segundo prefeito eleito da cidade não vinculado ao clã Abraão-Sessim desde que estes assumiram a prefeitura nilopolitana, conforme aponta o Quadro 1. Nessa condição, antes dele, só havia João Batista da Silva (1977-1981).

Como exposto no Quadro 1, Alessandro Calazans

Quadro 1:
Prefeitos
de Nilópolis
(1973-2020)

Nome	Período	Condição
Simão Sessim*	1973 a 1977	Eleito
João Batista da Silva	1977 a 1981	Eleito
Zélio Sabino Barbosa	1981 a 1982	Vice Interino
Miguel Abraão *	1983 a 1988	Eleito
Jorge David *	1988 a 1992	Eleito
Manoel da Silva Rosa **	1992 a 1996	Eleito
José Carlos Cunha**	1996 a 2000	Eleito
Farid Abraão *	2001 a 2008	Eleito
Sérgio Sessim*	2009 a 2012	Eleito
Oswaldo Costa **	2012	Vice Interino
Alessandro Calazans	2013 a 2016	Eleito
Farid Abraão *	2017 a 2020	Eleito

(*) Familiares do clã Abraão-Sessim (**) Iniciaram-se na política por intermédio do clã

rompeu a hegemonia do grupo libanês nas eleições municipais de 2012. Antes de assumir a prefeitura em 2013, Calazans foi vereador na cidade uma vez e deputado estadual em três mandatos consecutivos a partir das eleições de 1998. Além de Alessandro Calazans, seu irmão Vander Calazans também foi vereador no mandato de 2008 a 2012. A família Calazans atua na cidade no ramo imobiliário e o pai de ambos, Alcebíades Calazans, preside uma instituição social na cidade. Desse modo, no atual contexto político nilopolitano, os Calazans constituem o principal grupo rival dos Abraão-Sessim.

Esses dois grupos se destacam ao utilizarem o espaço público de maneira privativa ao impor o nome de seus pares a esses espaços, nomeando equipamentos públicos como uma forma de manifestação de poder, marcando territórios a partir do uso político, mesclando, assim, as esferas pública e privada.

O PODER DE NOMEAR E O INTERESSE POLÍTICO EM RENOMEAR: CONFLITOS TOPONÍMICOS EM NILÓPOLIS

Os cargos públicos por vezes são ocupados por indivíduos que priorizam projetos políticos pessoais e do grupo político ao qual pertencem. Tais grupos lançam mão de estratégias que atendam a esses intuitos e que lhes permitam apropriar-se da máquina pública pelo maior tempo possível. Contudo, para Gomes (2002, p. 184),

hoje no Brasil, a ideia de coisa pública se confunde, em grande medida, com algo de baixa qualidade ou de uso exclusivo das camadas populares, como no caso de hospitais, escolas, parques, centros de lazer etc. De certa forma, a mesma desvalorização ocorre com o espaço público, uma vez que o acesso é livre, e a frequência majoritária é composta, em geral, de elementos oriundos dessas camadas populares.

Gomes alude a respeito de duas características relativas aos serviços públicos: sua baixa qualidade e o fato de eles serem usados por pessoas das camadas populares. Devido à segunda característica e, em que pese a pouca qualidade desses serviços, ainda assim sua apropriação é importante do ponto de vista político. O fato de esses serviços serem usados em sua maioria por pessoas pobres possibilita a alguns grupos se beneficiarem politicamente com os votos dessa camada mais numerosa da população que utiliza o serviço, exercendo um poder sobre os mesmos. Assim, há um esforço em grifar os espaços públicos populares com o nome de algum membro do clã político, constituindo-se, desse modo, em uma apropriação subjetiva do referido espaço por meio de toponímias. Em nosso recorte espacial, o principal grupo político da cidade, os Abraão-Sessim, batizou cinco equipamentos públicos com seu sobrenome: dois postos de saúde, uma praça e duas escolas municipais- espaços justamente caracterizados pela baixa qualidade dos serviços prestados às camadas mais populares, conforme Gomes assevera.

Localizado até então na avenida Getúlio Vargas,

principal via de acesso à cidade do Rio de Janeiro e área central de Nilópolis, o maior posto de saúde do município em tamanho físico, número de funcionários e especialidades, recebeu o nome de Jorge David em homenagem ao ex-prefeito e membro do clã libanês. No último ano da gestão municipal do prefeito Calazans (2016), o espaço que abrigava o posto de saúde foi vendido à iniciativa privada. Os serviços médicos prestados por este posto foram transferidos para uma unidade nova batizada de Melchíades Calazans Filho. Assim, não obstante retirar o nome do grupo político rival de uma área de grande circulação de pessoas na cidade, Alessandro Calazans rebatizou o posto de saúde com o nome de seu familiar.

Os Abraão-Sessim selecionaram também a principal praça pública da cidade para homenagear outro membro de seu grupo. A então praça Paulo de Frontin, foi renomeada para Miguel Abraão. A alteração ocorreu durante a primeira gestão do prefeito Farid Abraão e tendo como representante na Câmara Municipal, o vereador Abraãozinho. Os políticos citados são, respectivamente, irmão e filho do homenageado. Historicamente a praça representa o marco inicial da urbanização do município. A homenagem em Nilópolis a Paulo de Frontin se deveu ao fato de ele ter sido “responsável pela construção da primeira estação ferroviária do então povoado de São Matheus, inaugurada em 1914, pela construção das pontes ligando Nilópolis ao então Distrito Federal em 1919” (AZEVEDO & MONTEIRO, 2012, p. 83).

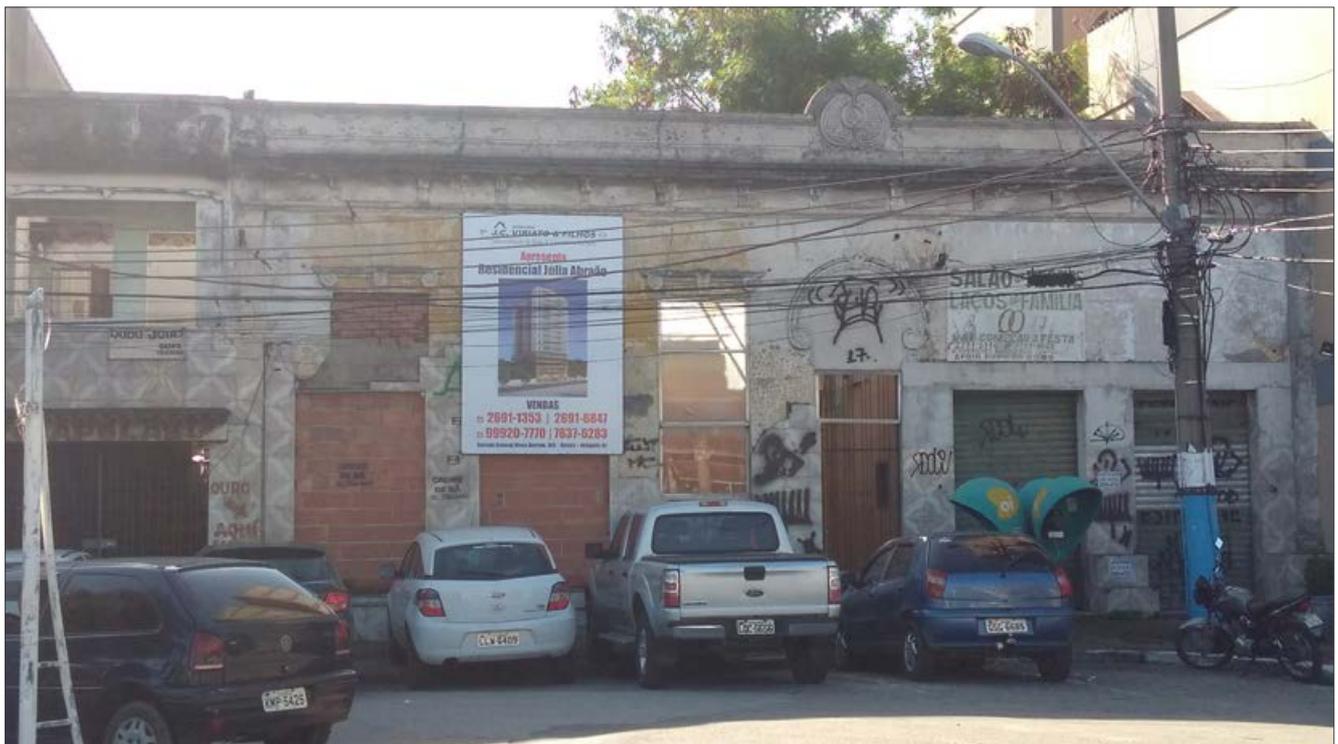
Apesar da oficialidade da troca do nome da referi-

da praça, a gestão Calazans confeccionou placas com o nome anterior do logradouro como uma forma de não reforçar os interesses políticos do grupo rival. O esforço em aferir ganho político com a mudança do nome da praça ocorrida em 2007 não prosperou. Ainda hoje a homenagem ao membro do clã libanês não foi assimilada pela maior parte da população nilopolitana que desconhece a alteração da nomenclatura da referida praça. Até hoje ela é conhecida simplesmente por “praça do Chafariz”, após a obra que a dotou de tal equipamento em 2001. Essa postura exemplifica a rejeição de parte da população frente à imposição das toponímias oficiais, pois, conforme argumenta Mello (2007, p. 9),

as toponímias oficiais são, evidentemente, reconhecidas pela população de um modo geral. Mas, as pessoas, igualmente contestam o aparelho de Estado no que tange às toponímias oficiais com sentimento, criatividade, entendimento e uma linguagem que transforma à sua maneira e perdura no tempo. As camadas populares cultivam símbolos que lhes são transmitidos, mas elegem ou propalam a memória simbólica dos lugares.

A referida praça sediou a primeira escola local, construída entre os anos de 1914 e 1915, que “ainda conserva [va] em sua fachada o monograma do nome de João Alves Mirandella, seu primeiro proprietário” (AZEVEDO & MONTEIRO, 2012, p. 90). João Alves Mirandella adquiriu em 1900 a parte

Figura 2:
Fachada da
primeira
escola da
cidade
inaugurada
em 1922



Fotografia: Enderson Albuquerque (2017)

restante da fazenda São Matheus, juntamente com as suas edificações. Mais que um simples proprietário, Mirandella é de grande importância para a história nilopolitana. Sua relevância é de tal monta que um dos principais logradouros da área central nilopolitana tem por nome avenida Mirandella, isto porque ele foi o responsável pela gênese da cidade de Nilópolis ao fazer o levantamento da planta da fazenda e lotear as terras. Apesar da importância histórica atribuída ao prédio, a “força da grana que ergue e destrói coisas belas” foi mais forte que o apelo da edificação e assim, em julho de 2017, o que restava da fachada foi demolida para a construção de um prédio residencial, conforme atesta a Figura 2.

Na parte superior da Figura 2, podemos observar o estilo eclético que caracterizava a fachada da escola, retratando o período no qual o prédio foi construído. Ao centro da foto, podemos observar um cartaz publicitário alusivo ao futuro residencial. Contudo, se por um lado essa mudança aponta para a refuncionalização do espaço, sugerindo uma alteração da dinâmica econômica atual na cidade, por outro lado o tombamento da fachada histórica para a construção residencial indica, mais uma vez, uma explícita manifestação de poder por parte do clã Abraão-Sessim, pois o futuro residencial se chamará Julia Abraão e ficará ao lado de outro fixo chamado Abraão David.

Ainda referentes à nomeação das praças públicas, Jupiara & Otávio (2016, p. 61) apontam outro feito do grupo sírio-libanês para beneficiar a memória de pessoas ligadas ao clã ao revelar o exemplo de um agente de segurança que “depois de morto, [...] viraria nome de Praça em Nilópolis. Em 6 de outubro de 2006, inaugurou-se, pelas mãos do prefeito Farid Abraão David, irmão de Anísio, a praça Luiz Cláudio de Azeredo Vianna, ‘renomado cidadão nilopolitano’”. O homenageado fora torturador na época da ditadura militar e ao final do regime de exceção passou a trabalhar, também, para a contravenção e, “atuando como lugar-tenente do bicheiro [Anísio], garantia salvo-conduto na construção da rede de influência e poder na região” (JUPIARA & OTÁVIO, 2016, p.55).



Quanto aos fixos educacionais, duas escolas foram nomeadas com o sobrenome libanês. A primeira homenagem foi a Regina Sessim, a qual batiza uma creche no bairro de Nova Cidade. A homenageada é avó do ex-prefeito de Nilópolis Sérgio Sessim e mãe do deputado federal Simão Sessim. Com a segunda homenagem em uma escola pública, o grupo foi mais audacioso, pois enquanto os demais agraciados pertencentes ao clã eram pessoas já falecidas, em 2010 o contemplado foi um integrante vivo, Aniz Abraão David.

A Figura 3 representa visualmente como a administração de Sérgio Sessim (2009-2012) preocupou-se em imprimir a “marca política” dos Abraão-Sessim nos equipamentos públicos. O símbolo de seu mandato era um beija-flor, remetendo à instituição carnavalesca gerida pelo grupo. No entanto, em razão das mudanças políticas no cenário municipal, a

Figura 3: Escola municipal homenageando um membro da família Abraão e depois rebatizada na gestão Calazans

escola foi rebatizada, dois anos após sua inauguração, para Paul Harris, conforme atesta a referida figura. Porém, como no mesmo espaço funciona ainda o Centro de Educação Integral (CEI), a identidade do grupo sírio-libanês não foi totalmente apagada deste espaço educacional. Esse CEI foi batizado com o nome de Nelson Abraão David.

A análise da Figura 3 é emblemática, pois simboliza a disputa política pelo poder atualmente no município. A substituição do nome do membro do clã Abraão-Sessim e a troca da logomarca de um beija-flor para “Uma Nova Nilópolis” demonstram a tentativa da gestão Calazans para enfraquecer o sobrenome do grupo rival. Entretanto, para alcançar esse intento, o prefeito se utiliza do mesmo expediente. Ainda no exemplo da escola em questão, embora aparentemente a troca do nome não remeta de forma direta aos membros de sua família, tal escolha não se deveu apenas à notabilidade do novo homenageado; considerou-se, também, uma estratégia política, o que reafirma a disputa de poder dos Calazans diante dos Abraão-Sessim.

O estadunidense Paul Harris é fundador do Clube Rotary. Esta instituição, composta por empresários dedicados a práticas de caridade, é presidida atualmente no município por Alcebíades Calazans, pai de Alessandro Calazans, o qual já presidiu o Clube

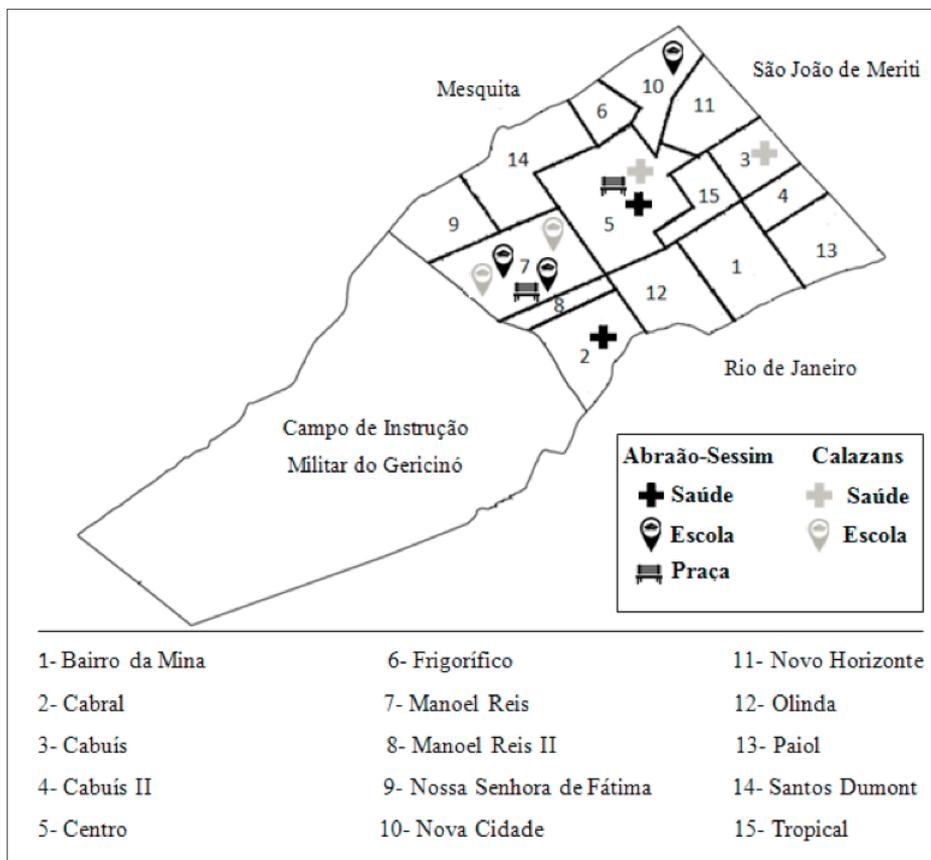
Rotary de Nilópolis por quatro vezes. Dessa forma, guardadas as devidas proporções, a instituição assistencialista está associada ao referido grupo político Calazans, do mesmo modo que a escola de samba Beija-Flor ao clã sírio-libanês.

Quando ainda era deputado estadual, Alessandro Calazans usou seu poder político na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para nomear o hospital de referência em partos e cirurgias de varizes, inaugurado em julho de 2006 em Nilópolis, com o nome de seu avô: hospital Vereador Melchiades Calazans. Ao se tornar prefeito, Calazans homenageou ainda sua avó com o nome de uma creche: a creche Isaura Calazans, inaugurada em agosto de 2013. A Figura 4 alude à espacialização no território de Nilópolis dos fixos públicos como nomes relacionados aos dois principais grupos políticos.

Nas eleições municipais de 2016, Calazans foi derrotado nas urnas por Farid Abraão. O prefeito eleito afirmou em entrevista a um jornal fluminense (CRUZ, 2016) que voltaria a pôr beija-flores nos principais acessos ao município, os quais haviam sido retirados por Calazans durante seu mandato em razão da analogia à agremiação presidida pelo grupo rival. As aves ainda não foram recolocadas, porém, a escola municipal que tinha o nome do patrono de honra da Beija-Flor, que na gestão de seu rival político havia sido alterada para o nome do fundador do grupo Rotary (Figura 3), voltou a receber o nome do contraventor libanês, irmão do atual prefeito.

Do mesmo modo que a escola municipal, o posto de saúde que passou a compor o complexo Melchiades Calazans Filho durante a gestão de Alessandro Calazans, foi renomeado para Jorge David na atual gestão municipal. O homenageado é irmão do atual prefeito. A única creche municipal que homenageava a avó de Calazans também foi rebatizada em homenagem a um ex-vereador ligado ao clã Abraão-Sessim. Assim sendo, novas modificações toponímicas poderão ocorrer em Nilópolis evidenciando não necessariamente a importância dos homenageados, mas sim a força política do homenageador.

Figura 4: Espacialização no município nilopolitano dos equipamentos públicos que possuem nomenclaturas associadas aos Abraão-Sessim e aos Calazans



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão estabelecida neste artigo suscita um debate referente ao público e ao privado na esfera nilopolitana, contudo, a prática desses grupos políticos cria um modelo gerencial no qual o privado se sobrepõe ao público, as individualidades se impõem sobre as políticas públicas mais amplas. A democracia representativa, que a priori sugere a ampliação das representativas nos debates públicos em razão da possibilidade de todos terem o mesmo direito em eleger representantes, é violentamente apropriada por grupos específicos, os quais elegem seus representantes quando ocupam a máquina pública, imprimindo um poder que reafirma suas identidades políticas.

Uma das manifestações da apropriação do espaço público para fins privados diz respeito à capacidade legítima de nomear os equipamentos e logradouros de uma cidade. O poder de nomear, por sua vez, está ancorado numa legitimação daquele que sugere a homenagem e/ou daquele que a recebe. A prática política atual no contexto nilopolitano demonstra que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Como esse poder é passageiro, alguns espaços públicos nilopolitanos ficam à mercê de transformações toponímicas impostas por tais agentes públicos. A fim de criar um espaço de fato identitário entre os municípios, é preciso que esses espaços homenageiem personalidades desvinculadas da política partidária atual, ícones formadores da história municipal desconexos com os políticos “profissionais” do momento. Entretanto, percebemos em Nilópolis o processo oposto.

Nomear espaços públicos sugere uma determinada imposição territorial sobre estes espaços e essa imposição, por sua vez, compromete a plenitude do caráter público desses locais por conta de sua apropriação particular. Desse modo, os agentes públicos privatizam simbolicamente tais espaços por meio do seu poder de nomear e as forças políticas vencedoras do momento utilizam a mesma estratégia para renomear, assim, nesse contexto, “aos vencedores, as toponímias”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Claudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. Duque da Caxias, RJ: APPHCLIO, 2003.

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AZEVEDO, Jorge Baptista de; MONTEIRO, Marcus. **Inventário dos Bens Culturais de Nilópolis**. Nilópolis (RJ): Prefeitura de Nilópolis, 2012.
- BEZERRA, Luiz Anselmo. **A família Beija-Flor**. 2010, 243 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Festa e contravenção: os bicheiros no carnaval do Rio de Janeiro**. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, Renata (orgs.). *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2009. p. 91-123.
- CEPERJ (2014). Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 2001.
- CRUZ, Cíntia. **Cinturão para combater a criminalidade**. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 7 nov. 2016, Caderno Mais Baixada, p. 4 e 5.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- IBGE. **Censo Demográfico**. 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010.
- _____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios 2007** (disponível em www.ibge.gov.br).
- JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. **Os Porões da Contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e Segregação na Metrôpole: o Rio de Janeiro em Tempo de Crise**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- MELLO, João Baptista Ferreira. **A criatividade toponímica do povo carioca**. In: Colóquio Nacional do ANNER, II, 2007, Curitiba.
- NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. **Memorial Nilopolitano**. Nilópolis: Prefeitura de Nilópolis, 2009.

- PERES, Guilherme. **Nilópolis, Seu Povo, Sua História.** Diário Fluminense, Nilópolis, Nov-2010/mar-2011.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Miguel Angelo; O' NEILL, Maria Mônica Vieira Caetano. **Considerações sobre a dinâmica populacional fluminense: contrastes entre a metrópole e o interior.** In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo. (orgs). Revisitando o território fluminense IV. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense.** 1 ed. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **O Território Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.p 77-116.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** Rio de Janeiro: Editora Cultrix, 1968. ■

Yanne Nigro Torres

Os desafios das políticas públicas frente à nova crise migratória

região central do município de São Paulo

Resumo

Sabe-se que os inúmeros conflitos - guerras civis, catástrofes climáticas, intolerância religiosa, racial e política - a que muitas pessoas estão submetidas nos últimos anos têm caminhado para uma reflexão de políticas públicas e questões humanitárias em conjunto. O presente trabalho procura apresentar o papel das políticas públicas municipais de São Paulo frente à realidade de um número cada vez maior de refugiados na cidade. Com base nos dados coletados por órgãos públicos brasileiros, internacionais e levantamento de campo, apresentar-se-á um estudo das políticas públicas vigentes e equipamentos existentes em São Paulo voltados à população imigrante, em especial à refugiada, a fim de montar o panorama atual da região central paulistana no contexto da maior crise humanitária que enfrentamos.

Refugiados

Políticas públicas

Planejamento urbano

Abstract

It is known that the many conflicts - civil wars, climate catastrophes, religious intolerance, racial and political intolerance - that many people have been subjected to in the last few years have been moving towards a reflection of public policies and humanitarian issues. The present paper seeks to present the role of public policies in Sao Paulo in the face of the reality of an increasing number of refugees in the city. Based on the data collected by Brazilian and international public agencies and field survey, a study of existing public policies and existing equipment in Sao Paulo will be presented, focusing on the immigrant population, especially the refugee population, in order to build the current panorama of the central region of Sao Paulo in the context of the greatest humanitarian crisis we face.

Refugees

Public policies

Urban planning

INTRODUÇÃO

A antiga Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) – hoje SMUL, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – foi reestruturada, em 2013, com o objetivo de conduzir ações governamentais voltadas ao planejamento e desenvolvimento urbano do município de São Paulo. É responsável pelo desenvolvimento, acompanhamento e elaboração da legislação relacionada ao Plano Diretor Estratégico (PDE), ao Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, às Operações Urbanas e aos Planos Regionais das Subprefeituras.

A intenção do Programa de Residência da FAUUSP, que teve sua primeira turma em 2016, foi a de formar profissionais comprometidos com a formulação, revisão e fortalecimento das políticas públicas, mais especificamente, neste caso, dos Planos Regionais das Subprefeituras, previstos pelo Plano de Metas da gestão Haddad (2013-2016) e pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), de 2014¹. Se a SMDU tem a visão do território como um todo, da cidade de São Paulo inteira, as Subprefeituras têm um outro tipo de olhar, em uma escala diferente, justamente por conta de suas dimensões físicas e escopo distintos. Consequentemente, os conselheiros enxergam também o território em uma escala menor, eles têm um conhecimento mais aprofundado ainda no que diz respeito a detalhes, com grande percepção e domínio do território.

As Secretarias Municipais agem no território em conjunto, articulando-se de forma que as políticas implementadas de uma estejam de acordo e caminhem lado a lado com as políticas de outra. Neste estudo, procura-se apresentar como a SMDU e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) de São Paulo trabalham em equipe, propõem políticas que dialogam entre si e estão de acordo com as atuações de ambas.

O estudo presente, portanto, surge a partir de inúmeros fatores – aulas expositivas, conversas, reuniões, visita a campo, experiência adquirida por meio do serviço público –, mas, e principalmente, dos diálogos com o Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura Sé (CPM-SE). Durante todo o processo, a SMDU foi responsável pela articulação de oficinas para apresentar os Planos Regionais das Subprefeituras, escopo do trabalho, os prazos, as metas, toda e qualquer informação relativa ao marco regulatório em questão, bem como colher o máximo de informações dos representantes da sociedade. Dessa forma,

foram realizadas 32 oficinas em todo o município, uma para cada Subprefeitura.

A questão dos imigrantes é bastante complexa, visto que, além de ser uma parcela da população que vem crescendo dia a dia, tem sua cultura intrínseca à sua maneira de viver e, nesse caso, interessa investigar como ela se dá em um território de constante reconstrução. Como esta se manifesta e quais os reflexos desse conflito? Qual é o papel das Políticas Públicas do município de São Paulo para enfrentar esta realidade da chegada de novos imigrantes? E os enormes desafios quanto às reais possibilidades de sua integração?

A fim de se construir o cenário de estudo, parte-se de um breve panorama da Subprefeitura da Sé, mais especificamente na região central da capital. Espera-se, deste exercício, a leitura, interpretação e análise das Políticas Públicas voltadas à população imigrante por meio de levantamento das características que compõem a região central, bem como a história desta área – que se confunde com a da própria cidade –, pesquisa documental da legislação vigente e dos equipamentos públicos disponíveis.

CENTRO DE SÃO PAULO NA ATUAL CRISE MIGRATÓRIA MUNDIAL

Com o propósito de explorar analiticamente o novo cenário de migrações que se vem construindo no centro de São Paulo, e seus desdobramentos, é necessária antes uma breve explanação dos conflitos que têm ocorrido nos países de origem dessas pessoas. A seguir, portanto, apresentar-se-á os desentendimentos e desacordos, bem como outras possíveis motivações que tenham feito com que as pessoas abandonassem suas vidas notadamente na Síria, no Haiti, em Angola, na República Democrática do Congo e na Bolívia².

O conflito Sírio teve início em março de 2011, quando protestos a favor da democracia começaram na cidade de Daraa, após adolescentes pintarem slogans revolucionários no muro de uma escola. A consequente e devastadora reação foi a de prisão e tortura dos mesmo, uma repressão violenta do presidente Bashar Al-Assad, o que gerou grande revolta popular no país e insurgências que pediam sua saída imediata do cargo. As forças armadas abriram fogo contra os manifestantes, ocasionando em mais mortes, além de

1 Lei 16.050/2014. Fonte: <gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/>. Acesso em 20 out. 2018.

2 Fonte: ACNUR Brasil. **Dados sobre refúgio no Brasil.** Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em 20 out. 2018.

alimentar diversas insurreições e rebeliões por todo o país, enquanto centenas de milhares de pessoas tomavam as ruas da Síria, em julho do mesmo ano. A violência se intensificou, e o país entrou em guerra civil entre brigadas populares e forças do governo pelo controle de cidades e vilas, tomando proporções alarmantes, chegando à capital, Damasco, e a Aleppo, segunda cidade do país, em 2012. A maioria dos refugiados sírios migram para os países vizinhos ou mais próximos, no entanto, o Brasil é destaque como o principal destino na América Latina (EL PAÍS, 2015).

Hoje, a mudança climática é também uma das maiores responsáveis pelos atuais fluxos migratórios. De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA)³, organização da sociedade civil brasileira sem fins lucrativos, estima-se uma média de 26,4 milhões de pessoas deslocadas por ano, entre 2008 e 2015, por razões ligadas às alterações climáticas: é quase uma pessoa por segundo (GÁMEZ, L.; GARCIA, C.; SPLENDORE, J., 2015). Geralmente, as condições climáticas afetam, especialmente, países em desenvolvimento, com uma população mais vulnerável, e a concorrência por recursos naturais escassos pode ocasionar conflitos armados, de acordo com o ISA.

O Haiti, país conhecido como um dos mais pobres do mundo, foi devastado, em janeiro de 2010, com um terremoto e, segundo a ONU, este foi o “pior desastre” de sua história, segundo matéria da BBC Brasil (2010). Ainda que a diáspora haitiana exista desde o século XIX por motivos diversos, principalmente por razões humanitárias, o terremoto teve um grande papel no aumento do deslocamento de pessoas, destacando-se pela fragilidade político-estrutural do país. Sua capital, Porto Príncipe, viu os prédios do governo desmoronarem e as forças humanitárias sequer conseguiram o apoio da infraestrutura local, pois houve um colapso total e completa destruição da mesma no Haiti. Aeroportos, estradas, ruas, construções, tudo foi atingido, forçando a população que sobreviveu a viver emergencialmente em barracas, o que perdurou por mais tempo do que o esperado. O enorme abalo sísmico matou cerca de 240 mil pessoas. A destruição das construções, da rede de energia elétrica e do sistema de água foi uma tragédia inimaginável para esse país. Sem dinheiro para reconstruí-lo, sem toda e qualquer infraestrutura necessária para tanto, os haitianos começaram a emigrar de seu local de origem com o intuito de recomoçarem suas vidas em nações vizinhas.

A República Democrática do Congo, além de enfrentar também fortes mudanças das condições

climáticas, colocando em risco a vida de uma população já vulnerável, de acordo com o ISA, passa por constantes guerras por conta das várias etnias que almejam reconhecimento, como sugere Lima (2012). De acordo com a mesma reportagem, o segundo maior país da África enfrenta uma disputa que gira em torno da etnia tutsi, apoiada por Ruanda e Uganda, países vizinhos, e o atual governo da República Democrática do Congo, representado pelo atual presidente Joseph Kabila; conflitos internos, perseguições políticas e estupros que já vêm desde a década de 1990. Juntamente com angolanos e guineenses, os congolenses formam a maior comunidade africana de refugiados no Brasil (BARROCAL, 2015).

Outra população que conta com número significativo na cidade de São Paulo é a boliviana. Com tradição no setor têxtil, o vizinho latino-americano, também por fazer fronteira com o Brasil, é um grande polo de emigração que visa a melhores oportunidades de trabalho. Segundo reportagem de Schreiber (2015), os bolivianos entrevistados visam a juntar uma boa quantia de dinheiro para retornarem ao seu país de origem, mas que, em muitos casos, acabam submetidos a jornadas inacreditáveis de trabalho no Brasil, mais especificamente na região central de São Paulo, nas fábricas e oficinas têxteis.

A título de reflexão, vale destacar algumas considerações a respeito da região central entre os anos anteriores e posteriores a 2000. A área compreendida pela Subprefeitura da Sé já era urbanizada até meados da década de 1940, e as transformações a que o Centro se submeteu desde o começo do século XXI fizeram, como veremos a seguir, com que o restante da cidade voltasse novamente a atenção a esta porção do município.

De acordo com Carpintéro (2007), o Plano de Avenidas de Prestes Maia, de 1930, afirmou o esquema formado pela composição do viário radial-perimetral, com a abertura proposta do tecido urbano à circulação, em especial, do automóvel, alinhada com o Perímetro de Irradiação, expandindo o núcleo original, enfatizou o centro novo – área esta ocupada pelo distrito da República.

Desse modo, ocuparam espaços centrais do quadrante sudoeste do centro expandido⁴, onde reconhecidamente reúne as principais oportunidades e

⁴ Este “centro expandido” pode ser entendido como a área compreendida entre os rios Tietê e Pinheiros, delimitada pelo rio Tamanduateí a leste, até os distritos de Santo Amaro e Jabaquara. Fonte: CAMPOS, C. M.; NAKANO, K.; ROLNIK, R., “Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo”. In: **Caminhos para o Centro**: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005, pp.123-158.

³ O ISA é caracterizado por ser uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

benefícios da vida urbana de São Paulo. Atualmente, concentra os maiores investimentos da cidade, região compreendida pela área que vai da avenida Paulista ao rio Pinheiros, do parque Villa-Lobos à ponte João Dias, passando por Pinheiros – setor que conta com a presença das Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima e Águas Espraiadas⁵.

Vale destacar, contudo, que a expressão “centro expandido”, como sugere Villaça (2011), não somente transmite a ideia de expansão territorial, de retirar uma atividade daqui e de colocar ali, mas, mais do que isso, trata-se de um processo de mudança na própria configuração espacial em si das atividades centrais, principalmente no que diz respeito às formas de territorialização e atividades administrativo-empresariais, de cultura e lazer. Este processo é possível seja por meio da substituição do patrimônio edificado preexistente, como foi o caso da construção da avenida Paulista, entre as décadas de 1970 e 1980, substituindo os palacetes dos tempos do café, seja a exemplo das ações imobiliárias, das Operações Urbanas Consorciadas citadas anteriormente. Nota-se que o deslocamento da centralidade dominante não foi o responsável pelo “abandono” da área central, porém alterou o perfil de seus usos, de seus usuários e, portanto, foi a força motriz dessa transformação. Dessa maneira:

Ocupando os espaços e edifícios que abrigavam o centro elitizado construído até meados do século XX, surgiu um centro mais democrático e, portanto, mais popular, que, por sua vez, passou a exibir mazelas até então restritas aos bolsões de pobreza da metrópole. Pauperização, desemprego, subemprego, carências habitacionais, vulnerabilidades sociais e demais consequências graves da reestruturação econômica e de históricas desigualdades sociais tornaram-se particularmente visíveis no núcleo central. (CAMPOS; NAKANO; ROLNIK, 2006. p.126)

Tendo em vista essa popularização da região central, os valores dos imóveis para locação, venda e compra acabaram por diminuir, o que claramente contribuiu para que a procura aumentasse. Jovens que buscam a efervescência do Centro, idosos que já estavam há décadas na região e trabalhadores que não podiam pagar aluguéis desproporcionais ao seus salários ou que vislumbravam morar mais próximo dos seus empregos, bem como imigrantes e refugiados, acabaram por reocupar paulatinamente essa porção da cidade.

⁵ Idem

ACORDOS INTERNACIONAIS E A LEI BRASILEIRA DO REFÚGIO

No Brasil, a Acnur atua em consonância com o Conare, Comitê Nacional para os Refugiados, ligado ao Ministério da Justiça, e junto a diversas ONGs simultaneamente. A lei federal brasileira 9.474, de 1997, denominada Lei do Refúgio, é a responsável pela criação do Conare, encarregado de tomar decisões no que diz respeito a refúgio e de reconhecer a condição de refugiado no país. A lei brasileira é considerada pela ONU uma das melhores do mundo (BARROCAL, 2015).

Tendo em visto que nem todos os estrangeiros são refugiados, os direitos deste segundo grupo, segundo a Lei do Refúgio, a lei nacional 9.474/97, e a agência do Acnur no Brasil⁶, podem ser descritos, de maneira sucinta, como a não devolução ao seu país de origem onde a sua vida ou integridade física estejam em risco; a não discriminação em razão da cor da sua pele, pelo fato de ser mulher ou criança, por sua orientação sexual, por sua situação social, por suas condições econômicas ou por suas crenças religiosas; direito à Carteira de Trabalho e Previdência Social definitiva (CTPS), podendo atuar formalmente em todo o país; livre trânsito pelo território brasileiro; não sofrer violência sexual ou de gênero; atendimento em quaisquer hospitais e postos de saúde públicos do Brasil; acesso ao ensino fundamental, médio e superior, bem como a programas públicos de capacitação técnica e profissional; prática livre de sua religião; flexibilização na entrega de documentos, visto que as instituições brasileiras devem considerar a dificuldade dos refugiados para obter e apresentar a documentação emitida em seus países de origem ou representações consulares e diplomáticas; direito a obter o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), documento de identidade dos estrangeiros no Brasil; um número de Cadastro de Pessoa Física (CPF); um documento de viagem; residência permanente após quatro anos da data do reconhecimento da sua condição de refugiado; reunião familiar, ou seja, os membros do seu grupo familiar também poderão ser reconhecidos como refugiados no Brasil, desde que estejam presentes em território nacional.

Em contrapartida, para se ter acesso aos direitos supracitados, os refugiados devem considerar também seus deveres, sendo eles a renovação de seu Registro Nacional de Estrangeiros (RNE); respeitar todas as pessoas, entidades e organismos públicos e privados; informar seu domicílio e mantê-lo atua-

⁶ Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Cartilha para refugiados no Brasil**. Organização das Nações Unidas. Brasília, 2014.

lizado nas Delegacias de Polícia Federal e junto ao Conare; solicitar autorização ao Conare para viagens ao exterior, visto que passados dois anos ausentes no Brasil poderão perder sua condição de refugiados e, conseqüentemente, todos os direitos adquiridos como tal; respeitar todas as leis do país.

LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS: PREFEITURA DE SÃO PAULO

A lei municipal 13.404/2002⁷, de São Paulo, regulamenta sobre o exercício de brasileiros e imigrantes aos cargos, funções e empregos públicos na administração direta e indireta, como prevê a Constituição Federal, de 1988, art. 37, inciso I. No entanto, a mesma lei obstrui o acesso de estrangeiros aos cargos, funções ou empregos públicos que envolvam exercício de fiscalização e arrecadação; poder de polícia; inscrição e cobrança judicial e extrajudicial da Dívida Ativa; representação e extrajudicial do município, como consta no art. 2º, incisos I, II, III e IV, respectivamente. Ainda, no caso de empate em concurso público para a mesma função, a nacionalidade será decisiva e, no caso, deverá ser nomeado o candidato brasileiro, de acordo com o art. 3º da mesma lei. Desse modo, percebe-se que a primeira legislação que incide diretamente sobre a vida dos estrangeiros não trata de maneira igualitária os direitos dessa população e dos brasileiros nativos.

Paulatinamente, a cidade de São Paulo apresenta algumas leis e decretos que assistem aos imigrantes, como é o caso da lei municipal 15.764/13 que dispõe sobre, como o próprio texto sugere, “a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria”. Nela, criam-se algumas das diversas Secretarias Municipais vigentes atualmente e, dentre elas, a de Direitos Humanos e Cidadania. Pode-se encontrar, ainda que de forma tímida, em seu art. 242, inciso VII, que a Coordenadoria de Promoção e Defesa de Direitos Humanos será estruturada em algumas coordenações, dentre as quais temos a Coordenação de Políticas para Migrantes, CPMig, um grande passo para uma política mais igualitária do ponto de vista de direitos humanos. Vale ressaltar que tivemos a elaboração e aprovação de um importante decreto que diz respeito aos artigos 34 e 35 da lei mencionada, o decreto 56.208/15, que trata da regulamentação dos Conselhos Participativos Municipais das 32 Subprefeituras.

7 Lei decretada e promulgada durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-05).

Caminhando na direção de implementar políticas mais voltadas para a população imigrante, de fato, e que dê suporte às suas necessidades de forma mais clara, a cidade de São Paulo é a primeira, ainda que tardiamente, a decretar e promulgar uma lei de âmbito municipal que trata diretamente sobre os direitos dos imigrantes na cidade, a lei 16.478/2016⁸. Nela, institui-se a Política Municipal para a População Imigrante, dispondo sobre seus princípios, objetivos, diretrizes e ações prioritárias, bem como a respeito do Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo. Em seu art. 1º já trata sobre seus principais objetivos, sendo eles a garantia ao imigrante do acesso aos direitos sociais e a todos os serviços públicos, a promoção do respeito à diversidade e à interculturalidade, o impedimento de violação de seus direitos e o fomento à participação social e desenvolvimento de ações coordenadas com toda a sociedade civil.

Conforme o art. 6º da mesma lei regulamenta, “o Poder Público deverá manter Centros de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI⁹, destinados à prestação de serviços específicos aos imigrantes e à articulação do acesso aos demais serviços públicos (incluindo atendimento com assistentes sociais), permitido o atendimento em unidades móveis”¹⁰. Nelas, a Prefeitura de São Paulo oferece serviços como o atendimento em diversos idiomas, agendamento na Polícia Federal, bem como intermediação sobre trabalhos e informação a respeito de regularização migratória, documentação dos imigrantes, cursos de qualificação e acesso aos serviços públicos municipais. Ainda, em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), oferece atendimento gratuitos semanalmente para orientação jurídica.

Dentre os diversos idiomas oferecidos pelos CRAIs, o curso de português permanente para imigrantes é ofertado, vale-se ressaltar, mediante convênio com instituições prestadoras deste tipo de serviço, através da Coordenação de Políticas para Migrantes, CPMig¹¹, já mencionada neste estudo, componente

8 Sob a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013 – 2016).

9 Não confundir com CRAS – Centro de Referência de Assistência Social –, outro equipamento público da Prefeitura Municipal de São Paulo.

10 Fonte: PMSp. Consulta sobre os Centros de Referências e Atendimento para Imigrantes disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/crai/. Acesso em 10 out. 2018.

11 Atualmente, os cursos de português para imigrantes podem ser encontrados na região central (Adus, Associação Compassiva, BibliAspa – Biblioteca Centro de Pesquisa América do Sul/ Países Árabes –, CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante –, Cáritas – Centro de Referência para Refugiados –, Missão Paz São Paulo, Associação Oásis Solidário, Projeto Sí! Yo Puedo e SEFRAS/ CRAI-SP), na zona leste (CDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante),

da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. Vale destacar que a língua é uma grande barreira para a maioria dos recém-chegados a São Paulo. De acordo com a lei 16.478/2016, art. 3º, inciso IX, são diretrizes da atuação do Poder Público “apoiar grupos de imigrantes e organizações que desenvolvam ações voltadas a esse público, fortalecendo a articulação entre eles”. Em outras palavras, a Prefeitura oferece os cursos, mas depende de organizações diversas para que o serviço seja prestado de fato, o que demonstra de forma imediata a importância das ONGs – Organizações Não Governamentais.

A Cáritas Brasileiras atua como uma grande e importante agente que auxilia na adaptação e no encaminhamento dos refugiados recém-chegados. Existem, ainda, outras instituições que prestam estes serviços em São Paulo, como é o caso da Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado), Associação Oásis Solidário, bem como as unidades CRAI¹² (Centros de Referência e Atendimento para Imigrantes).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E LIMITES PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES EM SÃO PAULO

Muitos brasileiros, e paulistanos especialmente neste caso, têm dificuldade em se relacionar com os imigrantes recém-chegados à cidade, principalmente se carregarem consigo a conotação de refugiados como algo pejorativo e tido como negativo, criando mitos que acabam por se transformar em xenofobia, exclusão social e não integração à sociedade. Ainda, como sugere Barrocal (2015), muitos atos violentos sofridos pelos imigrantes têm ligação direta com o racismo, não relacionados exatamente à xenofobia. O Brasil atualmente enfrenta uma crise política, econômica e social, portanto refugiados e imigrantes, nesse contexto, podem ser compreendidos mais fortemente pelos

nascidos aqui, pela tida competição que representam no mercado de trabalho, na sobrecarga de serviços públicos, entre outras razões.

Durante as reflexões e elaboração deste trabalho, uma das questões que me despertaram curiosidade foi o real motivo por trás da explosão de emigrados que têm procurado a cidade de São Paulo como refúgio. Além da antiga onda migratória por que novos povos, sem tradição de comunidades locais no Brasil, solicitam refúgio em São Paulo? De acordo com o chefe do escritório brasileiro da Acnur, André Ramirez, é fácil entender a atração exercida pelo Brasil por três motivos: o país ganhou projeção recente por se tornar, em 2011, o sexto PIB mundial; hospedou a Copa do Mundo da FIFA, em 2014; sediou os Jogos Olímpicos Rio 2016; e, além disso, os países europeus – mais próximos dos principais conflitos da atualidade e onde se concentram as mais numerosas populações de refugiados e deslocados internos – têm uma política mais restritiva a entrada de pessoas de outras nacionalidades, forçando-os a procurarem outros destinos (BARROCAL, 2015).

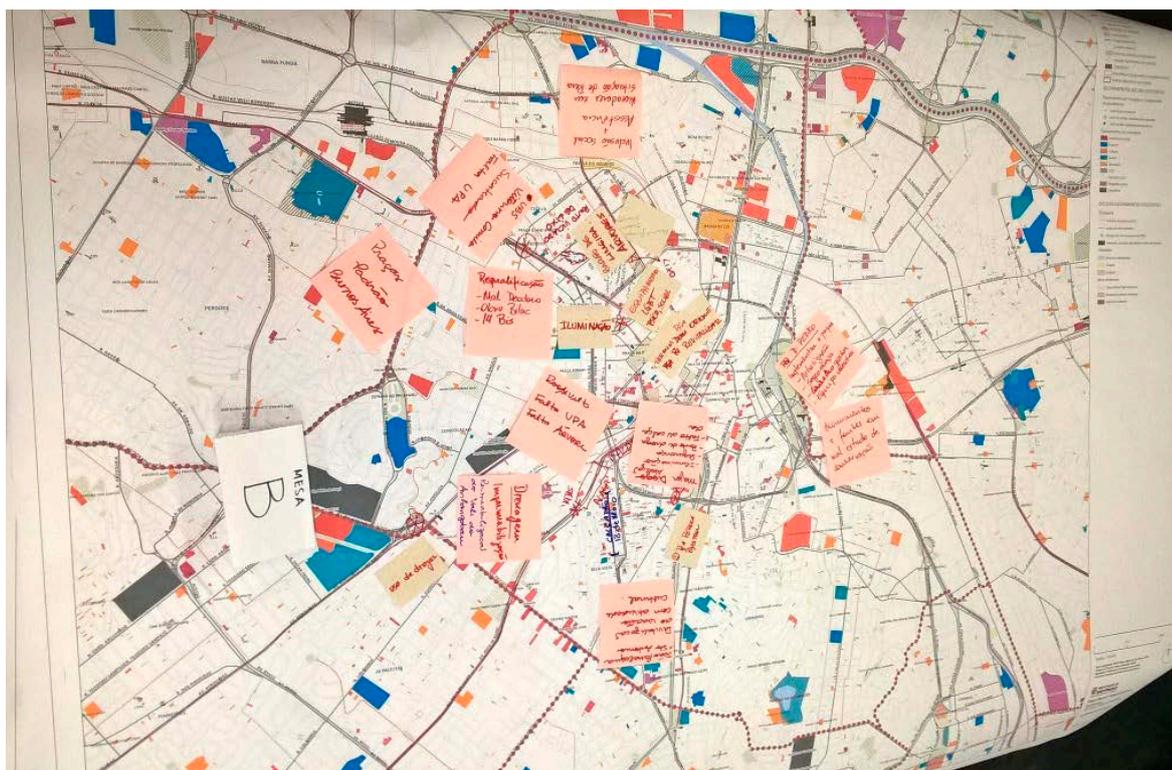
Vale destacar que, paralelamente à proposta do espaço necessário de celebração da cultura haitiana, foi citada na oficina da realizada com o CPM/SE a necessidade de solucionar a problemática de refugiados que trabalham como ambulantes por falta de opção. Dentre as atividades exercidas pelos imigrantes no Brasil, o comércio informal é uma das mais frequentes. O CPM/SE levantou a questão de que muitos haitianos, bem como refugiados africanos de nacionalidades diversas, são vendedores ambulantes por não terem um espaço onde possam representar sua cultura e trabalhar com ela. De fato, se levarmos em consideração a variedade gastronômica da cidade de São Paulo, possível devido a integração de diversos povos em momentos distintos, assim como as feiras de cultura, arte e artesanato, essa é uma possibilidade de novos postos de trabalho para os refugiados.

Além dos obstáculos intrínsecos à nova vida em um país desconhecido, muitos dos refugiados sírios que aqui chegam não conseguem vagas em abrigos públicos e hotéis baratos na região central de São Paulo, de acordo com Senra (2015), nas Subprefeituras da Sé e da Mooca. De acordo com o autor da mesma reportagem eletrônica, os aluguéis da cidade aumentaram cerca de 54%, o que inviabiliza a locação pela maior parcela de imigrantes, visto que a maioria chega ainda sem documentação e emprego garantido, além de não falarem português.

O governo brasileiro e, em especial, o da capital paulistana vêm se adaptando gradativamente à nova crise migratória, por meio de equipamentos e políticas sociais. No entanto, as diversas notícias que

na zona norte (Associação Palotina) e na zona oeste (Espaço Cultural e Assistencial Juan Gajardo, Inti Wasi e Projeto Sí! Yo Puedo). Fonte: PMSP. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Mapeamento%20cursos%20de%20portugues.pdf>. Acesso em 20 out. 2018.

12 Atualmente, a Prefeitura de São Paulo, além das organizações e associações parceiras, conta com quatro centros de referência para imigrantes: Bela Vista, Bom Retiro, Pari e Penha, locais onde se concentram as maiores populações de imigrantes e refugiados na cidade. Fonte: PMSP. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/crai/index.php?p=186982>. Acesso em 20 out. 2018.



Fonte: Acervo pessoal

Figura 1: Mapa elaborado na oficina com o CPM/SE pelos conselheiros imigrantes

denunciam ações hostis, violências físicas e psicológicas demonstram que muitos dos muros de concreto que os refugiados encontram em outros países, no Brasil, se fazem invisíveis. Em outras palavras, não construímos barreiras físicas, mas submetemos essas populações a bloqueios imaginários e que, por vezes, partem da própria população e da política do país. Em períodos de crise, a sociedade tende a procurar um culpado, podendo ser neste caso, o refugiado.

As marcas dos primeiros agrupamentos imigrantes que chegaram a São Paulo, entre o fim do século XIX e começo do XX, não estão somente nas construções e nos bairros típicos, na gastronomia muito bem mesclada à paulistana, na mistura com a sociedade da época formando a nossa atual, mas, e muito além disso, determinaram um “padrão histórico branco europeu” (BAENINGER, 2012, apud FIORAVANTI, 2015). O imigrante ideal deveria ser branco, europeu, apolítico e, de preferência, católico, de acordo com a mesma autora. Os próprios imigrantes japoneses, essenciais para a lavoura numa São Paulo ainda rural, foram hostilizados, discriminados e tidos como uma raça inferior (FIORAVANTI, 2015).

O modelo estereotipado de imigrante ideal ainda se faz presente na sociedade paulistana, o que prejudica radicalmente a interação dos refugiados que, hoje, contrariam esses pressupostos históricos. Os imigrantes atuais são haitianos negros que falam francês ou crioulo; são indígenas que falam castelha-

no, como a população boliviana; são islâmicos que falam árabe. Os próprios meios de comunicação, ao tratarem a chegada dos imigrantes “como uma ameaça, como se o país tivesse sendo invadido por uma horda de desocupados, baderneiros que vêm para cá para pressionar o tão combatido sistema de proteção social e o mercado de trabalho”, segundo Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira, pesquisador do IBGE, alimentam reações hostis contra os refugiados e contribuem para a negação do “outro” (FIORAVANTI, 2015).

Além disso, de acordo com Fioravanti (2015), por se tratar de um fenômeno novo, tamanha dimensão da crise migratória e de chegada de novos refugiados diariamente ao Brasil, a falta de informação atinge também funcionários do próprio poder público que, muitas vezes, não sabem como proceder quando procurados por um imigrante. Ainda, supondo que o refugiado conte com todo o apoio público, com equipamentos de qualidade disponíveis, com políticas de fato eficazes, derrubar a barreira com a população local e sentir-se integrante dela ainda me parece difícil. Particularmente, acredito que este obstáculo poderá ser vencido através também de informação, mas, neste caso, direcionada aos paulistanos.

Os haitianos são uma das maiores populações que buscam refúgio no Brasil, desde o abalo sísmico que destruiu seu país, em 2010, como muito mencionado neste estudo. Desse modo, vale lembrar que a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), da

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC) é relativamente nova, criada somente em 2013. Ainda que a Lei Federal do Refúgio seja considerada pela ONU como uma das melhores do mundo, de acordo com Barrocal (2015), as políticas públicas voltadas a imigrantes ainda são escassas. São Paulo foi pioneira com a legislação¹³ relacionada a essas populações, mas ainda necessita de melhorias.

“Os órgãos públicos estão se posicionando a favor da imigração e se responsabilizando por criar políticas públicas.” (Camila Baraldi, coordenadora adjunta, em 2015, hoje coordenadora-geral, da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo – SMDHC). (FIORAVANTI, 2015)

A articulação existente – e tentativa de melhoria da comunicação dia a dia – entre as diferentes esferas, sejam municipais, estaduais ou federais, envolvidas na questão de legalização de documentos e adaptação dos imigrantes que aqui chegam, é algo que ainda vem sendo construído e, acredito, contribua de maneira eficaz e decisiva para a inserção dos refugiados cada vez mais. Há muito trabalho a ser feito, muitas políticas a serem desenvolvidas ou melhoradas e, principalmente, muitas barreiras a serem derrubadas, ainda que invisíveis. Mas a cidade de São Paulo continua a ser reconstruída diariamente por muitos povos das mais diversas nacionalidades, formando a heterogênea e multicultural sociedade paulistana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Cartilha para refugiados no Brasil**. Organização das Nações Unidas. Brasília, 2014.
- _____. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>> Acesso 24 out. 2018.
- ACNUR BRASIL. **Refugiados sírios já passam dos 4 milhões**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/acnur-refugiados-sirios-ja-passam-dos-4-milhoes/>> Acesso 24 out. 2018.
- 13 Lei Municipal 16.478/2016. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L16478.pdf>>. Acesso 24 out. 2018.
- ADUS. **Mitos sobre o refúgio**. Disponível em: <<http://www.adus.org.br/>> Acesso 24 out. 2018.
- BAENINGER, Rosana. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.
- _____. **O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina**. Brasil: Migrações Internacionais e Identidade. Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr09.htm>>. Acesso 24 out. 2018.
- BARROCAL, André. “Em cinco anos, dobra o número de refugiados no Brasil”. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/864/de-bracos-abertos-2778.html>> Acesso 24 out. 2018.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Atlas da Imigração Internacional em São Paulo**. 1850-1850. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- BBC Brasil. **A história por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd> Acesso 24 out. 2018.
- _____. **Terremoto no Haiti é o “pior desastre” da história da ONU**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100116_haiti_onu_desastre_np.shtml> Acesso 24 out. 2018.
- _____. **Entenda a ‘mini guerra mundial’ em curso na Síria**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37103055>> Acesso 24 out. 2016.
- _____. **Síria é ‘maior crise humana da nossa era’, diz ONU**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140829_siria_crise_humanitaria_hb> Acesso 24 out. 2018.
- BRANDINO, Géssica. **Vidas Refugiadas conscientiza e dá voz às mulheres refugiadas**. Caminhos do Refúgio. Matérias. Disponível em: <<http://caminhosdorefugio.com.br/vidas-refugiadas-conscientiza-e-da-voz-as-mulheres-refugiadas/>> Acesso 24 out. 2018.
- BRUNO, Ernâni Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Vol. 3. São Paulo: Hucitec. 1954.
- CAMINHOS DO REFÚGIO. **Como ajudar**. Disponível em: <<http://caminhosdorefugio.com.br/comoajudar/>> Acesso 24 out. 2018.
- _____. **Direitos**. 2014. Disponível em: <<http://caminhosdorefugio.com.br/materias/>> Acesso em: 07 Set. 2016.
- CAMPOS, Cândido Malta Campos; NAKANO,

- Kazuo; ROLNIK, Raquel, Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: **Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005, pp.123-158.
- CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>> Acesso 24 out. 2018.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. **Tempo e História no Plano de Avenidas - Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade**. Urbana, ano 2, nº 2, 2007.
- FIORAVANTI, Carlos. “As raízes da resistência”. Distância do padrão histórico de imigrantes brancos e europeu e mercado de trabalho limitado são algumas das razões da hostilidade aos fluxos migratórios atuais. Pesquisa Fapesp. **Revista Fapesp**. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/10/13/as-raizes-da-resistencia/>> Acesso 24 out. 2018.
- FOLHA DE SÃO PAULO. “A nova fase da imigração haitiana”. **TVFolha**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZW8>> Acesso em: 17 Set. 2016.
- _____. **Bolivianos são ‘vendidos’ em feira livre no centro de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1412492-bolivianos-sao-vendidos-em-feira-livre-no-centro-de-sao-paulo.shtml>> Acesso 24 out. 2018.
- GÁMEZ, Luna; GARCIA, Carlis; SPLENDORE, Juliana. **Cresce o número de refugiados no mundo em função do clima**. ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cresce-o-numero-de-refugiados-no-mundo-em-funcao-do-clima>> Acesso 24 out. 2018.
- JOSÉ, Beatriz Kara. **A popularização do centro da cidade de São Paulo**: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. Tese [Doutorado em Arquitetura e Urbanismo]. São Paulo. 2010. 264p.
- KRISTOF, Nicholas. **Anne Frank today is a syrian girl**. The Opinion Pages. The New York Times. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2016/08/25/opinion/anne-frank-today-is-a-syrian-girl.html?_r=0> Acesso 24 out. 2018.
- KUWAE, Luiza Hiroko Yamada. **Cem anos de imigração japonesa**: a construção midiática da identidade do imigrante japonês. 2013. 361 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- LIMA, José Antônio. “O que está acontecendo na República Democrática do Congo”. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-que-esta-acontecendo-na-republica-democratica-do-congo>> Acesso 24 out. 2018.
- Ministério da Justiça e Cidadania. **Projeto Refugiado Empreendedor tem início em São Paulo**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/projeto-refugiado-empreendedor-tem-inicio-em-sao-paulo>> Acesso: 24 out. 2018.
- MENDONÇA, Heloísa. “Como ajudar os refugiados sírios no Brasil e no mundo?” **El País**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/04/politica/1441395392_325869.html> Acesso 24 out. 2018.
- ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo**: retorno e reemigração. 1890 a 1920. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.
- SENRA, Ricardo. “Saga síria: o drama dos refugiados que vivem como sem-teto em SP”. **BBC Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150907_ocupacao_sirios_arabes_rs> Acesso 24 out. 2018.
- SCHREIBER, Mariana. “‘A vida no Brasil não é normal, é só trabalho’, conta boliviana que foi escravizada em SP”. **BBC Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150127_boliviana_escravizada_ms> Acesso 24 out. 2018.
- THE ECONOMIST. **Europe’s migrant crisis in numbers**. Graphic Detail: Charts, Maps and infographics. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/03/daily-chart-20>> Acesso 24 out. 2018. ■

Yanne Nigro Torres é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP). Pós-graduada em Planejamento e Gestão Urbana pelo Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo, parceria entre

a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), da Prefeitura de São Paulo, e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), onde atuou diretamente com as Subprefeituras da Sé e de Pinheiros. yanne.nigro@gmail.com

Mariana Imbelloni Braga Albuquerque

O “vagão rosa” e as mobilidades nada neutras

políticas de transporte exclusivo nos deslocamentos urbanos

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo a discussão de aspectos teóricos e práticos da política de vagão único em trens e metrô. A partir de apontamentos sobre a implementação no Rio de Janeiro, busca discutir a necessidade e efetividade de tal política pública, bem como a possível compreensão dos transportes exclusivos como remédios afirmativos e transformativos, dentro da concepção teórica de Nancy Fraser.

Vagão rosa

Direito à cidade

Violência de gênero

Mobilidade urbana

Remédio afirmativo

Abstract

This work intend to discuss theoretical and practical aspects of the woman-only politics in public transports. From some notes about the implementation of this politics in Rio de Janeiro, discuss the need and the effectivity of this politics, as well as the understanding of exclusive transportation as an affirmative and transformative remedy, using the concepts from Nancy Fraser.

“Pink-wagon”

Right to the city

Gender violence

Urban mobility

Affirmative remedy

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2017, a discussão sobre a caracterização ou não de estupro de um acusado de assédio nos ônibus de São Paulo reavivou a sempre inacabada questão deste recorrente problema urbano. Entre as acaloradas posições sobre o fato ensejar ou não sanção penal, a questão principal restou, mais uma vez, pouco discutida: como lidar com o assédio como problema endêmico que tem consequências diretas no exercício do direito à mobilidade urbana e, por consequência, à cidade, das mulheres.

A discussão sobre a não neutralidade do planejamento urbano tem sido fértil arena de disputa e debate no campo do direito à cidade, ensejando tanto uma análise crítica sobre a própria organização dos aparelhos urbanos e do acesso a eles quanto propostas mais imediatas de garantir a mobilidade de mulheres, como as políticas de vagão único. Conquanto a mobilidade de mulheres, como aspecto fundamental da efetivação do direito à cidade, em muito ultrapasse as políticas de transporte único, a existência dos mesmos não pode ser ignorada, sendo elas o enfoque do presente trabalho.

As políticas de transporte exclusivo, tanto polêmicas quanto em expansão, apresentam-se como um paliativo imediato para as situações de assédio, ao custo de uma separação física efetiva. Será tal separação uma segregação positiva? Ou um reforçar de estereótipos? É possível responder a esta pergunta? Pragmaticamente, é útil enunciá-la? Neste trabalho, assim, proponho um olhar para as políticas de transporte exclusivo no Brasil, sopesando as críticas legitimamente apontadas e a possível utilidade de tais políticas como um remédio afirmativo – embora contingente e com vários problemas. Para tal, apresentarei um panorama geral sobre tais políticas e, na sequência, uma leitura das mesmas a partir da obra da teórica feminista Nancy Fraser¹.

POLÍTICAS DE TRANSPORTE E MULHERES: PANORAMA GERAL

Os vagões separados para mulheres existiram, como tentativas pontuais ou políticas contínuas, ao longo de todo o século XX em países tão diversos quanto Estados Unidos, Japão (onde voltou a ser implemen-

tado nos anos 2000), Egito e Índia². Sua vigência mais frequente em países de economia não central não deve nos deixar, contudo, repetir o argumento, não muito convincente, de que o assédio de mulheres em transportes é um problema mais significativo em países “não desenvolvidos”. Tanto é que houve significativas discussões – e críticas – quanto a uma proposta (não levada a cabo) da implementação de tal política em Londres, além de uma efetiva tentativa na Alemanha em 2016.

No México, país com uma importante e significativa política focada na diminuição da violência contra mulher nos transportes, há o programa *Athena*, que consiste em linhas de ônibus exclusivas para mulheres que rodam em horários específicos. Igualmente, no México e em um crescente número de países como Egito, Dubai, Síria e Líbia, há o serviço de táxis exclusivos, dirigidos por mulheres e que só aceitam passageiras mulheres. Os serviços de transporte exclusivo tendem a ser decorados com a cor rosa, para melhor identificação. Por fim, também na criação de espaços relacionados ao transporte, temos a criação de vagas exclusivas para mulheres mais próximas aos pontos iluminados/sedes nos estacionamentos, como modo de diminuir o risco ao andar em locais escuros e desertos até o veículo. Tal política já foi implementada em países como Alemanha e China.³

Para além dos programas de criação de espaços exclusivos para mulheres, o reconhecimento do assédio como uma violência de gênero e um grave problema urbano também encaminhou diversas políticas públicas de conscientização e modificação dos agentes da cidade. Em Viena, por exemplo, uma campanha municipal “feminizou” os sinais urbanos, tais como semáforo e sinais de “homens trabalhando” para a inclusão simbólica de mulheres. Há, igualmente, grande preocupação governamental quanto à inserção de mulheres nos trabalhos relacionados ao transporte urbano, tanto em seu planejamento quanto em sua execução, em diversos países europeus e da América Latina. No Peru, à guisa de exemplo, um dos enfoques é a feminização da polícia de tráfego, de modo a criar um ambiente mais seguro às mulheres.⁴

Não se verifica, vale lembrar, uma separação marcada entre políticas de criação de transporte exclusivo e políticas de conscientização no transporte, mas ao contrário. O programa “Viajemos Seguras”⁵, no

1 A pesquisa apresentada neste trabalho é um dos resultados da monografia *Entre o “vagão rosa” e o perigo das cores “neutras” – discussões sobre a política de vagão único para mulheres nos metrô e trens do Rio de Janeiro* apresentada no Departamento de Direito da PUC-Rio sob orientação da Prof. Márcia Nina Bernardes, a quem renovo agradecimentos pela generosa orientação e parceria para vários pensamentos aqui expressos.

2 PETERS, Deike. Thematic study prepared for Sustainable Urban Mobility: Global Report on Human Settlements 2013. Disponível em <https://unhabitat.org/wp-content/uploads/2013/06/GRHS.2013.Thematic.Gender.pdf>. Acesso em 22 out.2015.

3 *Idem*.

4 *Idem*.

5 Programa “Viajemos Seguras”, do México, DF. Para infor-

México, no qual se inserem as políticas já citadas, de fato, vai muito além da criação dos transportes em apartado, demonstrando especial preocupação com a rede de denúncias (há uma linha 24h para denúncias de assédio em transporte público) e incentivo à autoconfiança. Todos os ônibus exclusivos da linha Athenea, por exemplo, para além de pintados de rosa, possuem imagens de importantes mulheres da história mexicana⁶.

Tudo isto colocado, nota-se que o problema da violência sexual contra mulheres nos transportes públicos ao redor do globo resta incontestado. Embora muito criticadas, as políticas de transporte exclusivo têm se expandido para diversos países e contextos culturais. Discutirei, na sequência, os argumentos contrários normalmente apresentados, contrapondo-os aos favoráveis. Antes, contudo, é necessária rápida apresentação da política de vagão único no Brasil.

“VAGÃO ROSA” NO BRASIL: RJ, DF, PE E SP

No Brasil, o transporte exclusivo para mulheres foi introduzido no Rio de Janeiro, através da lei estadual 4.733/06, que obriga as empresas do transporte metroviário e ferroviário do Rio de Janeiro a separarem um vagão exclusivamente para mulheres nos horários de pico matutino e vespertino⁷. Após sua implementação, pela cor com a qual foram pintados os vagões, foram apelidados de “vagão rosa” ou “carro das mulheres”. Foi posteriormente adotado em Brasília, em 2013, mas foi a tentativa, vetada, da aplicação em São Paulo que o levou, em grande parte, de volta ao debate público. A proposta de implantação na malha metro-ferroviária paulista, aprovada pelo legislativo, foi vetada pelo governador após protestos de grupos conservadores e severos ataques feministas ao projeto. Em 2017, foi amplamente noticiada a implementação em Recife (PE) e, embora ainda conste como política do metrô da cidade, não ultrapassou a fase de

testes em sua efetividade.⁸

No Rio de Janeiro, quando de sua implementação, a política de vagões exclusivos foi igualmente criticada. Por um lado, por ferir a igualdade em sentido estrito, criando espaços apartados para homens e mulheres. Sob tal argumentação, aliás, a Associação Nacional da Cidadania entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4231 RJ) contra os arts. 1º e 4º da lei 4733/06. A argumentação, consideravelmente pueril, é que as mulheres há muito deixaram de ser um sexo frágil, ferindo a igualdade prevista no art. 5º da CRFB a respeito de qualquer proteção diferenciada. A ação sequer foi conhecida pelo Supremo Tribunal Federal, posto que a Associação em questão não preenchia os requisitos necessários para propositura de ADI. Contudo, é ilustrativa quanto ao teor das críticas endereçadas por setores mais conservadores ao projeto, sob a égide de uma igualdade formal, a despeito das desigualdades diárias. Por outro lado, incidiram diversas críticas de grupos feministas, que se retomarão na sequência.

A legislação cria a obrigatoriedade das empresas que operam as concessões do metrô e do trem de separarem um vagão para uso exclusivo das mulheres nos horários de pico, horários estes já definidos por artigos da própria legislação. Embora preveja sanção para as empresas que não criarem o vagão no prazo então dado (trinta dias), não deixa registrado como seria a fiscalização posterior, nem prevê nenhuma espécie de sanção para o passageiro que descumprir o uso exclusivo. Recentemente, foi aprovada legislação adicional que prevê multa para o usuário do transporte que desrespeitar o vagão das mulheres. A atualização também previa o aumento no número de vagões para dois, contudo, esta parte foi vetada pelo governador em exercício. O texto, sancionado no dia 05 de abril de 2016, prevê multas entre R\$ 173 e R\$ 1.090, mas ainda depende de decreto estadual para regulamentação sobre como serão cobrança e fiscalização. Até o momento da finalização deste trabalho, não havia sido editado o decreto regulamentatório.⁹

A política de vagão exclusivo entrou em fun-

mações mais detalhadas: http://www14.df.gob.mx/virtual/wp_inmujeres/asesorias/victimas-de-violencia-sexual-en-transporte-publico/viajemos-seguras/. Último acesso em 20 de maio de 2016.

6 DUNCKEL-GRAGLIA, Amy. Women-only transportation: How “pink” public transportation changes public perception of women’s mobility. SUNY Stony Brook Vol.16, No 2, 2013. Disponível em http://www.nctr.usf.edu/wp-content/uploads/2013/07/16.2_graglia.pdf. Acesso em 22 out. 2018.

7 Lei 4733/2006. Propositura do deputado Jorge Picciani do PMDB. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CON-TLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/8b7edb66591cb20b832571450063d55e?OpenDocument>. Acesso 22 out. 2018.

8 Embora haja notícias da inauguração do vagão único no Recife a partir de janeiro de 2017, quando busquei aplicar a mesma pesquisa que havia levado a cabo na cidade do Rio de Janeiro, em agosto de 2017, constatei que a política não estava em funcionamento. Contatando o sistema de trens do Recife, fui informada que “seguia em fase de implementação”. Contudo, das dez mulheres que entrevistei em cada uma das linhas do metrô da cidade, nenhuma tinha visto ou utilizado tal política pública.

9 “Dornelles sanciona lei que aplica multa a homem que usar vagão feminino”. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-04-05/dornelles-sanciona-lei-que-aplica-multa-a-homem-que-usar-vagao-feminino.html>>. Acesso 22 out. 2016.

cionamento no Distrito Federal com a lei distrital 4848/2012. Inicialmente, como no modelo fluminense, o vagão exclusivo funcionava em horários de pico de deslocamentos, de manhã e no fim da tarde. Contudo, contando com grande aprovação das mulheres, foi expandido em 2015 para o funcionamento durante todo o período do transporte, a exemplo dos trens indiano e japonês. Interessante destacar que na aplicação no DF, os homens que se recusaram a sair do vagão, como indicam reportagens, foram conduzidos a delegacias e indiciados pelo crime de desobediência¹⁰. Não desejo, aqui, dizer que a criminalização seria benéfica ou salutar, mas só indicar uma decorrência que não ocorreu no Rio de Janeiro, conquanto sejam leis similares.

Por fim, em São Paulo, o projeto de lei 175/2013, que previa a criação da política de vagão único aos moldes do Rio de Janeiro, foi vetado pelo governador após críticas e protestos de grupos feministas. O debate em São Paulo reacendeu pontos já levantados na crítica às legislações fluminense e do Distrito Federal. No tópico a seguir, tratarei das críticas mais recorrentes (e contundentes) às políticas de vagão único.

O VAGÃO DA DISCÓRDIA: PRINCIPAIS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS

As políticas de vagão único não têm potencial, sozinhas, para a solução da violência sexual nos transportes públicos. A grande questão é, de fato, se funcionam enquanto políticas pontuais e situadas, ou se suas decorrências negativas ultrapassam significativamente sua possibilidade, mesmo que parca, de proteção. Para debater tal questão, é necessário, primeiro, elencar os argumentos contrários recorrentemente levantados.

Os principais argumentos dirigidos contra a política de vagões únicos como um todo por movimentos feministas são, primeiro, que a segregação, em si, não tem potencial para solucionar a questão, nem mesmo em longo prazo. Ao criar espaços diferenciados, deixa-se a cultura patriarcal intacta, de forma que, fora deles, as mulheres estarão sujeitas aos mesmos riscos, ou piores. Para além, é maléfica por culpabilizar a vítima do abuso, obrigando a mulher a ocupar um espaço apartado em vez de punir seu agressor.

10 “Metrorô-DF terá vagão exclusivo durante o funcionamento.” Notícia on-line. Disponível em <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/metro-df-tera-vagao-exclusivo-para-mulheres-durante-todo-o-funcionamento-31082015>>. Acesso 22 out. 2018.

Repetiria, dessa forma, novamente, um estereótipo machista da mulher como provocadora do desejo masculino, sendo a solução do abuso “escondê-la”¹¹.

Desdobrando este mesmo argumento, aponta-se que os vagões exclusivos partiriam do pressuposto de que os homens são incapazes de conter seu desejo no espaço público, ou seja, novamente, legitimariam uma visão estereotipada da sexualidade masculina como naturalmente agressiva e predominantemente incontrolável. Para tal, por óbvio, calçar-se-ia em uma heteronormatividade compulsória, reforçando os binarismos sexuais, além do risco visível de exclusões de homens e mulheres trans¹².

Por fim, e principalmente, para além da soma de todas as decorrências indesejadas citadas, tem-se que o vagão, efetivamente, não funcionaria, de forma que as mulheres seguiriam sofrendo assédios e abusos diários, mascarados por uma política ineficaz e imediatista, que mais contribuiria para a manutenção dos abusos nos outros vagões, de modo que devia ser substituída por ações, em longo prazo, de conscientização.

Outra perspectiva crítica entende as políticas de transporte exclusivo, sejam elas quais forem, como políticas de necessidades específicas. No *Sustainable Urban Mobility: Global Report on Human Settlements 2013*¹³, Peters divide ações que se endereçam para o fim da desigualdade nos transportes em ações baseadas na integração e ações baseadas nas necessidades específicas das mulheres. As ações baseadas na integração seriam aquelas que, norteadas por um sentido de igualdade imediata, teriam como enfoque as políticas para fortalecimento dessa igualdade. As ações pautadas pelas necessidades específicas, por outro lado, teriam um sentido de valorização e proteção das mulheres em determinados espaços, com intuito de um empoderamento feminino.

Dentro dessa separação criada pela autora, as políticas integrativas seriam mais recorrentes e eficazes em países desenvolvidos, enquanto as “segregacionistas”/de necessidades específicas seriam mais eficazes na lógica dos países em desenvolvimento. Tal se daria pelo fato de os países em desenvolvimento estarem mais “atrasados” em relação às questões de igualdade. As críticas que Peters repete são basicamente as mesmas já acima enunciadas, entremeadas a uma

11 LOUREIRO, Gabriela. “Porque o vagão rosa é um retrocesso e não uma solução para as mulheres”. Disponível em <http://www.brasilpost.com.br/gabriela-loureiro/vagao-rosa-_b_5558584.html>. Acesso 22 out. 2018.

12 MOSCHKOVICH, Marília “O vagão que só anda para trás”. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/o-vagao-para-mulheres-so-anda-para-tras-1088.html>>. Acesso 22 out. 2018.

13 PETERS, Deike. *op. cit.*

visão aparentemente elitista de que os problemas de abuso seriam “mais graves” nos países menos ricos do globo. Muito embora tais críticas sejam pertinentes e necessárias, deixam de levar em conta dois pontos importantes. Um, já levantado, é que políticas de conscientização não são opostas a políticas de vagão exclusivo, ao contrário. De modo que a defesa da validade momentânea de uma não é abrir mão da outra, mas como garantir um acesso suportável ao transporte para mulheres até que as políticas em longo prazo chegassem a alguma efetividade.

O outro ponto é que, de maneira geral, políticas afirmativas, sobretudo se focadas em proteção imediata de uma coletividade ambivalente, tendem a ser criticadas como segregadoras, o que não as invalida por si. Passo, pois, a tal debate, antes, contudo, trazendo alguns apontamentos empíricos sobre a percepção da eficácia e importância dessa política pública.

DA CIDADE DO MÉXICO AO RIO DE JANEIRO: ALGUNS COMENTÁRIOS A PARTIR DE ESTUDOS EMPÍRICOS

Conquanto as críticas apontadas às políticas de vagão único sejam estruturalmente incontornáveis, é igualmente importante para abordar tal questão a percepção das mulheres que diariamente utilizam os serviços de transporte. Trago, aqui, um estudo empírico realizado por mim no sistema metroviário do Rio de Janeiro de março a junho de 2016 e alguns apontamentos sobre estudo realizado por Paula Soto Villagrán no metrô mexicano. Não pretendo, com tais aportes, buscar uma resposta definitiva sobre a importância ou não dos transportes exclusivos, mas complexificar a discussão teórica com dados empíricos.

Desse modo, a pesquisa no Rio de Janeiro consistiu na aplicação de formulários do tipo *survey* a mulheres que estavam dentro do vagão exclusivo, durante seu horário de funcionamento, em todas as linhas do metrô e ramais do trem. O foco das perguntas era a dimensão de segurança/insegurança vivida pelas mulheres nos transportes, a percepção de eficácia ou não da política pública e a opinião sobre sua importância¹⁴. No período já assinalado, assim, foram

¹⁴ Delimitada a unidade de análise como uma mulher que entrasse na composição a cada estação, parti para elaboração do formulário, dentro das indicações do método *survey*. Elaborei cinco perguntas diretas, com respostas pré-definidas para serem indicadas pelas participantes da pesquisa, além

abordadas 81 mulheres¹⁵ durante o trânsito diário no “vagão rosa” e os resultados foram analisados em si e cotejados com os dados oficiais de fiscalização da efetiva ausência de homens no vagão exclusivo.

A percepção de insegurança nos transportes públicos é absolutamente majoritária, indicada por 75% das mulheres. Ao contrário, a percepção sobre a efetiva proteção do “vagão rosa” foi quase que equitativamente dividida entre as respostas (27 “sim”, 26 “às vezes” e 28 “não”). Aqui, igualmente, importante chamar a atenção para determinados complementos das respostas, como, diversas vezes, no trem, a resposta era “sim, quando funciona” ou “não, porque não funciona”. Por fim, quanto à pergunta sobre a importância da política, há igualmente franco predomínio da resposta “é importante, mas não é suficiente”, para 63 mulheres, 78% do total. Somente quatro mulheres responderam que “não é importante”, que configura 5% do total, enquanto quatorze mulheres (17%) consideraram a política de vagão único importante e suficiente para o problema demandado. Percebe-se assim, mesmo com as limitações da pesquisa, um posicionamento claro pela existência do vagão, a despeito da sua eficácia protetiva. Eficácia que varia em relação ao transporte do qual se fala.

Em seguidos relatórios da Agência Controladora Estadual é visível a diferença na porcentagem de homens encontrados nos vagões do metrô, quando da fiscalização, e no dos trens. No relatório geral referente a 2015, a média de presença masculina nas compo-

da demanda por idade e raça. As perguntas consistiam em: 1- Frequência de utilização do vagão (“sempre”, “às vezes” ou “raramente”); 2- Motivo de utilização (“conforto”, “segurança” ou “indiferente”); 3- Percepção do transporte público como perigoso (“sim” ou “não”); 4- Percepção do “vagão rosa” como proteção (“sim”, “às vezes” ou “não”); 5- Importância e eficácia do “vagão rosa” (“não é importante”, “é importante e suficiente” e “é importante, mas não é suficiente”). O objetivo era, pois, traçar um panorama sobre as razões de utilização do vagão único, a percepção da necessidade de políticas públicas, a partir da determinação da sensação ou não de insegurança, e a percepção da relevância do “vagão rosa”, especificamente. A descrição completa da pesquisa está publicada em. ALBUQUERQUE, M. I. B. “Políticas de transporte exclusivo de mulheres e o direito à mobilidade: uma análise do ‘vagão rosa’ no Rio de Janeiro”. In: 2 Congresso Internacional sobre Género y Espacio, 2017, Ciudad de México. Memórias del Segundo Congreso Internacional sobre Género y Espacio Y Tercer Seminario Latino-Americano de Geografía, Género y Sexualidades, 2017. Disponível em: <http://dcsh.izt.uam.mx/congreso/cige/images/memorias_cige.pdf>. Acesso 22 out. 2018. ¹⁵ Deste total, 39 mulheres negras, 39 brancas, 1 mulher se autodeclarou indígena, 1 mulher não quis se autodeclarar racialmente e 1 formulário ficou sem marcação por falha durante a pesquisa. Quanto à idade, uma adolescente de 16 anos foi entrevistada, 24 mulheres possuíam entre 18 e 30 anos, 28 entre 30 e 45, 22 entre 45 e 60, 5 idosas entre 60 e 75 e uma idosa de mais de 75.

sições no metrô era de 9,81% em novembro e 5,14% em dezembro. No sistema da SuperVia (trens), por sua vez, a média de descumprimento foi de 70,2% em novembro de 2015 e 68,5% em dezembro, sendo o ramal Japeri o que apresentou maior incidência de desrespeito, em torno de 80% e Deodoro o “menor”, cerca de 50%. Uma análise, mesmo que superficial, da malha carioca e da divisão social da cidade permite uma não apressada conclusão de que a política implementada o é de forma diferenciada a partir de um recorte de classe, haja visto que a renda das populações atendidas pelo sistema ferroviário é marcadamente menor que a do atendida pelo sistema de metrô, sobretudo na linha 1.

Contudo, quando se segregam os dados em relação ao transporte, cotejando com as estatísticas da Agetransp, não há um decréscimo significativo em relação à opinião sobre importância da política onde ela é menos eficaz. Mais de 80% das mulheres abordadas no trem veem o vagão único como “é importante, mas não é suficiente”, embora aproximadamente 50% assumam que ele só protege “às vezes”. Os números diferem significativamente das respostas no metrô, sobretudo quanto à inexistência da resposta “às vezes”, mas com prevalência de “sim” para a demanda sobre se o vagão protege as mulheres. Também uma maior consistência de respostas de “é importante e suficiente” quanto à eficácia. Interessante destacar ainda, sobretudo após desagregar os dados, como a ineficácia fática da política (a presença de homens no vagão) não parece destituir a percepção de sua importância para as mulheres. Absolutamente ilustrativo de tanto são os números apresentados pelas participantes do ramal Japeri. Segundo a Agetransp, o ramal Japeri é onde a política é menos respeitada. Entre as dezoito participantes da pesquisa, dezesseis pensam o vagão como importante, mas não suficiente.

Por fim, trazendo alguns dados empíricos sobre a percepção de usuárias do programa “Viajemos Seguras”, já explicitado, Paula Soto Villagrán destaca que uma das principais promessas do programa, o aumento da sensação de segurança no deslocamento para as mulheres, parece ser cumprida a partir dos resultados da pesquisa empírica. Dentro do seu universo amplo de pesquisa (819 mulheres) 92,7% acham a separação de vagões necessária. Entre elas, 79,5% afirmaram ter como principais efeitos da política se sentirem mais seguras no transporte, 59% vão a lugares mais distantes e 51% veem mais seus amigos e familiares, além de outras consequências positivas indicadas. Apesar dos números significativos, Villagrán traz igualmente críticas endereçadas à política de segregação, como a ineficácia da política para uma real eliminação da violência e a necessidade de medidas

adicionais, mesmo no caso mexicano, aqui pensado como paradigma de política mais abrangente. Seriam elas principalmente a sensibilização para percepção dos abusos e o aumento das plataformas de espera. Ao mesmo tempo um trabalho a longo prazo de reeducação social e uma ação física imediata de melhora de infraestrutura¹⁶.

Muito embora a comparação entre os estudos não seja direta, pela diferença de metodologias e formulação das questões, resta evidente que tanto as mulheres fluminenses quanto as mexicanas que utilizam diariamente o sistema de metrô e trens têm uma visão majoritariamente positiva em relação à política de vagões únicos. Mesmo quando ela parcamente funciona, como no caso de determinados ramais do trem no Rio de Janeiro. De outra feita, mesmo em uma política mais ampla, como a mexicana, outras ações em longo prazo são demandadas. Para pensar tais resultados em contraste às importantes críticas feitas aos vagões únicos, passamos para a discussão a partir da obra de Nancy Fraser.

REMÉDIOS AFIRMATIVOS PARA GRUPOS AMBIVALENTES

A teórica feminista estadunidense Nancy Fraser, ao tratar dos dilemas da justiça em uma era pós-socialista¹⁷, identifica como coletividades ambivalentes aquelas que enfrentam, ao mesmo tempo, injustiças culturais e injustiças socioeconômicas. A autora cria tal distinção com fins analíticos, conceituando injustiça cultural ou simbólica como aquela definida por padrões de representação, interpretação e comunicação, enquanto a injustiça socioeconômica calca-se em padrões políticos e econômicos de exploração. Os remédios primordiais para as primeiras seriam os de reconhecimento, ou seja, da modificação da imagem, representação e práticas culturais, enquanto para a segunda passariam necessariamente pela redistribuição.

As coletividades ambivalentes¹⁸, assim – e gênero e raça seriam as duas coletividades ambivalentes por excelência para a autora –, são coletividades para as quais as injustiças de caráter cultural e de caráter socioeconômico têm necessidade de ação contemporânea, sendo igualmente graves e urgentes. Deman-

16 VILLAGRÁN, Paula Soto. “Diferencias de género en la movilidad urbana. Las experiencias de viaje de mujeres en el Metro de la Ciudad de México”. In *Revista Transporte y Territorio* /16. Buenos Aires, 2017.

17 FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In SOUZA, J. (org) *Democracia hoje*. Brasília, ed. UNB, 2001, pp. 245-282.

18 *Idem*, p. 259

dam, assim, a ação de remédios de redistribuição e reconhecimento imediatos. Tal aplicação conjunta tem, por vezes, conflitos práticos, não havendo como um remédio único se endereçar ao mesmo tempo às duas injustiças.

As políticas de reconhecimento são políticas mais direcionadas à valorização das identidades desconsideradas e da diversidade cultural, ou seja, uma reiteração da coletividade para sua valorização. Os remédios de redistribuição, de sua feita, teriam como finalidade última a extinção das diferenciações desta coletividade através da reforma econômica e política. A luta por políticas de redistribuição e reconhecimento concorrentemente, pois cria o paradoxo de lutar pela positividade e desaparecimento do “mesmo grupo”. Para exemplificar, pensando nas disparidades salariais no ambiente de trabalho e no preconceito narrado por várias profissionais quanto à maternidade como um empecilho aos níveis de produtividade. A demanda por reconhecimento lutará para que seja reconhecida a especificidade feminina em relação à maternidade e pelas formas de trabalho que permitam o melhor uso das características das mulheres mães nesse período: lutar pelo reconhecimento e valorização da diferença. A demanda por redistribuição enfrentará a organização salarial, pautando a necessidade da extinção das diferenciações calcadas em gênero para os que ocupam a mesma posição. Em outras palavras, para a extinção da diferença salarial é necessário, justamente, que não se possa mais nomear “mulheres” como um grupo apartado.

Sondando formas de superar esse dilema, a autora traz outra distinção analítica entre as políticas públicas para atacar problemas de redistribuição/reconhecimento, diferenciando os remédios afirmativos dos remédios transformativos. Os remédios afirmativos seriam, por definição, os remédios voltados para solução imediata das decorrências das injustiças, sem um questionamento direto da estrutura que as engendra. Por oposição, os remédios transformativos são aqueles que trabalham em longo prazo, atacando os processos que geram as injustiças em um nível mais abrangente. Usando o exemplo acima, remédios afirmativos seriam a criação de programas de cotas para promoção de mulheres ou programa de manutenção das mulheres que tiveram filhos há pouco tempo, enquanto transformativos passariam necessariamente por um trabalho amplo de modificação da compreensão de padrões positivos de trabalho como masculinos, reorganização de toda estrutura empresarial para incluir mulheres em cargos de mando e mesmo mudanças na compreensão sobre tempo dedicado ao trabalho.¹⁹

¹⁹ *Idem*, p. 265.

Assim, remédios afirmativos e transformativos podem ser endereçados a problemas de reconhecimento ou redistribuição, com resultados diversos. Ponderando sobre as formas de atuação dos remédios em conjunto, a autora sustenta que a atuação de políticas afirmativas de redistribuição e reconhecimento conjuntas para as coletividades ambivalentes inserir-se-iam em uma política neoliberal que não chega a questionar as discriminações mais profundas, permitindo a permanência do sistema de maneira geral e mantendo o dilema, em última análise. Por sua vez, o par de remédios transformativos para redistribuição/reconhecimento seria mais profícuo, por atacar tanto as estruturas culturais que criam as discriminações negativas quanto as estruturas político-econômicas que criam a exclusão²⁰. Assim, em longo prazo, reduziria ao falso reconhecimento e à má distribuição, permitindo a afirmação das especificidades do grupo sem que isso signifique uma diferenciação econômica. Uma alteração na divisão sexual do trabalho e na compreensão dos estereótipos de gênero dentro de nossa hipotético-real empresa tanto solucionaria o pagamento diferenciado quanto o preconceito.

O que nos toca, pois, no presente trabalho, é se os transportes exclusivos são uma política meramente afirmativa ou se possuiriam, ou ao menos conviveriam, com um caráter transformativo. O problema principal dos assédios é, de fato, uma questão de reconhecimento, sendo uma forma de violência contra a mulher tolerada por uma cultura patriarcal e legitimada por representações específicas. Há, inegavelmente, também um viés econômico, que representa injustiças de caráter socioeconômico quando se pensa na potencialização da violência nos transportes precários e superlotados. Contudo, se deve reforçar que é uma questão primordial de reconhecimento, como uma questão primordial de violência de gênero, posto que a existência de uma malha de transportes eficaz e não superlotada não garante a ausência de violência.

É possível entender os transportes exclusivos como medida afirmativa, posto que a criação de um vagão apartado, em primeira leitura, não ataca a estrutura de dominação frontalmente, criando somente um paliativo momentâneo. Contudo, se aliada a programas de reestruturação dos padrões de transporte e de combate à mentalidade patriarcal, pode significar um projeto em maior longo prazo.

Como demonstra o citado programa mexicano, as políticas de transporte exclusivo não são contraditórias a programas amplos de enfrentamento do problema global do assédio. Ao contrário, colocam a questão no debate público, criam certo desconforto e possibilidade de enfrentamento. Em um estudo

²⁰ *Idem*, p. 273.

amplo sobre as políticas mexicanas de combate ao assédio, Dunckel-Graglia conclui como os programas representam uma mudança de perspectiva sobre o assédio a mulheres de uma violência comum cotidiana, como pequenos assaltos, a uma forma de discriminação de gênero.²¹

Associados a uma medida transformativa, pode-se pensar, legitimamente, que, mesmo enquanto remédio inicialmente afirmativo, os vagões exclusivos cumprem um papel importante na conscientização e combate aos assédios, além da tentativa de criação de espaços seguros, mesmo que provisórios, dentro do transporte público.

Assim, conquanto devam ser consideradas e discutidas as críticas aos transportes exclusivos como medidas afirmativas, é necessário notar sua importância como potencialidade transformadora, ou, no dizer de Fraser, transformativa. O transporte exclusivo não é a solução, nem se pretende ser, mas tampouco é o problema. Aliado a outras políticas, contudo, pode ser parte da solução. Parte necessária, talvez, sobretudo se se leva em conta que o tempo para remédios transformativos em essência é o de médio ou longa duração.

Se a afirmação do “rosa” pode ser sempre perigosa, tanto no sentido de reiterar estereótipos que se buscava questionar quanto de criar diferenciações físicas e espaciais, as cores neutras tampouco apresentam maior segurança. Como já apontado no segundo capítulo, as consequências da mobilidade urbana como está posta para apropriação das mulheres da cidade, para sua experiência no mercado de trabalho e familiar, são cotidianas e perversas. Para mulheres que vivenciam esta violência de maneira diária, a política de vagão único pode representar, sim, um alento e, talvez, um avanço.

CONCLUSÃO: VAGÃO ÚNICO VERSUS SOLUÇÕES ÚNICAS

Quando da tentativa frustrada de implementação da política de vagão único em São Paulo, o assédio a mulheres nos transportes públicos voltou à ordem do dia. Pesquisa sobre o sentimento de insegurança, debates sobre os programas possíveis de prevenção e punição. Na crítica ou defesa do polêmico “vagão rosa”, de fato, se falava da mobilidade de mulheres, segurança de mulheres, uma melhor qualidade de vida para as mulheres na cidade. A política de vagão único, assim, para além de seu caráter protetivo/paliativo, tem o potencial, nem sempre aproveitado, de trazer ao debate público a violência sexual contra

mulheres nos transportes, o que não é pouca coisa.

Partindo da demonstração da vivência diferenciada da cidade quando olhada com um recorte de gênero, restou evidente a urgência da criação de políticas públicas que transcendam a falsa neutralidade do planejamento urbano para criar uma cidade e mobilidade efetivamente segura para mulheres. As políticas de transporte exclusivo ou vagão único revelam-se, neste ponto, propostas em ascensão, conquanto criticadas. Enfrentando alguns dos pontos negativos e analisando potenciais transformativos das mesmas, busquei levantar as possibilidades de uso dos transportes apartados em programas maiores de modificação das dinâmicas de gênero na cidade. Novamente, não se trata de uma defesa simplista do vagão único como solução final, mas como parte das políticas imediatistas para criar uma solução posterior.

Até o momento de uma solução posterior, contudo, a existência dos vagões únicos parece justificável sob o ponto de vista de uma política afirmativa, e definitivamente encontra aprovação das usuárias do serviço. A pesquisa empírica efetuada no sistema metroviário do Rio de Janeiro permite a conclusão de que as principais interessadas no assunto defendem a necessidade da existência do “vagão rosa”, muito embora apontem falhas no seu funcionamento. Como pontua o *Mulheres em Luta*, ao igualmente colocar-se a favor quando da discussão em São Paulo, é necessário oferecer um escape imediato àquela mulher que acordará amanhã às 5h, enquanto não se constrói uma sociedade em que ela poderá deslocar-se para o trabalho sem risco iminente.²²

De outra feita, há que se destacar a sensível diferença da eficácia da política de vagão único no sistema do metrô e do trem do Rio de Janeiro. Funcionando com alguma regularidade nas linhas de metrô e com, otimistamente falando, intermitência nos trens, a política de vagão único fluminense parece se direcionar somente a determinadas mulheres da cidade, aquelas que saem dos bairros mais abastados para o Centro, reiterando o peso da mobilidade para as mulheres periféricas. Não obstante tal dado, a percepção de importância do vagão único entre estas mulheres é marcante, reiterando a tese de que sua existência possui, em si, um potencial protetivo.

A política de vagão único parece, assim, ao mesmo tempo justificável enquanto medida afirmativa imediata, sobretudo se conta com a aprovação das usuárias, mas carecendo de uma aplicação efetiva em todos os transportes aos quais se pretende, de modo a não perpetuar um modelo economicamente exclu-

22 Disponível em <<http://cspconlutas.org.br/2014/07/o-vagao-exclusivo-em-sp-sob-uma-perspectiva-feminista-clas-sista/>>. Acesso 22 out. 2016.

21 DUNCKEL-GRAGLIA, A. *Op.cit.*

dente em sua atuação. Por outro lado, precisa, para desenvolver seu caráter transformativo, de programas amplos de conscientização e coerção aos assédios em locais públicos e transportes. O vagão único não precisa ser necessariamente descartado para que se critique sua colocação como “política única”.

Neste ponto, pensando em políticas já implementadas, como na realidade fluminense, talvez uma mobilização em torno de uma implementação verdadeira da política já existente, sobretudo nos trens da cidade, fosse capaz de devolver o assunto ao debate público e alavancar a propositura de programas mais amplos de combate ao assédio. O uso da medida afirmativa já legislada para desenvolver seus potenciais transformativos de maneira menos excludente pode não ser o plano teoricamente perfeito, mas ajuda a firmar um caráter protetivo necessário e percebido como importante para as mulheres.

Talvez o vagão não tenha sido nunca totalmente “rosa”. Talvez o “rosa” não seja a melhor solução. Mas é um projeto em curso que, se aliado a outras políticas, pode ter um caráter efetivamente transformativo. Se, para além de uma crítica direta ao vagão único como política segregacionista, conseguirmos aproveitar sua existência para impulsionar outras políticas públicas que debatam o assédio e a mobilidade de mulheres em longo prazo, a discussão gerada definitivamente terá efeitos benéficos. Para o falsamente “neutro”, então, talvez o “rosa” possa ter algum sentido de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Mariana Imbelloni Braga. . “Políticas de transporte exclusivo de mulheres e o direito à mobilidade: uma análise do “Vagão Rosa” no Rio de Janeiro”. In: **2 Congreso Internacional sobre Género y Espacio, 2017, Ciudad de México. Memorias del Segundo Congreso Internacional sobre Género y Espacio Y Tercer Seminario Latino-Americano de Geografía, Género e Sexualidades**, Cidade do México: 2017. Disponível em: http://dcsh.izt.uam.mx/..memorias_cige.pdf. Acesso 24 out. 2018.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. “Cidade para todos/Cidade para todas – Vendo a cidade através do olhar das Mulheres” in ALFONSIN, Betânia de Moraes & FERNANDES, Eldésio (org.) **Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. pp. 253-264
- CEPAL - Serie Recursos Naturales e Infraestructura N° 172 - Violencia de género en el transporte público.. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38862/1/S1500626_es.pdf . Último acesso 25 de maio de 2016.
- DUNCKEL-GRAGLIA, Amy. “Women-only transportation: How “pink” public transportation changes public perception of women’s mobility’.” **SUNY Stony Brook** Vol.16, No 2, 2013
- FRASER, Nancy. “Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista” in SOUZA, J. (org) **Democracia Hoje**. Brasília, ed. UNB, 2001.
- FRASER, Nancy. **Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World**. New York: Columbia University Press. 2009
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.
- JIRÓN, Paola. ”Implicancias de género en las experiencias de movilidad cotidiana urbana en Santiago de Chile” in **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. Caracas, Julio-Diciembre, 2007 – Vol 12 n 29 pp. 173 – 197
- MARTÍNEZ, Cristhian Figueroa & SANTIBÁÑEZ, Natan Waintrub «Movilidad femenina en Santiago de Chile: reproducción de inequidades en la metrópolis, el barrio y el espacio público» in **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2015 jan/abr, 7(1), pp. 48-61
- PALMA, Paula, GONZÁLES, Cristian & CARRASCO, Sofía. **Gender differences in time use and mobility: time poverty and dual consumption**. Disponível em << http://www.solucionesdemovilidad.cl/adjun/Alcaino_Domarchi_Lopez.pdf>> Acesso em 01 de novembro de 2015
- PERO, V e MIHESSEN, V. “Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro” in **Revista do Instituto de Economia da UFRJ**, v15 n 3. Rio de Janeiro:2013.Disponível em <http://www.revista-economica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/view/71/186>. Acesso 24 out. 2018.
- PETERS, Deike. **Thematic study prepared for Sustainable Urban Mobility: Global Report on Human Settlements 2013**. Disponível em <http://unhabitat.org/urban-themes/gender/>. Acesso 24 out. 2018
- RUIZ, Ana Milena Montoya. “Seguridad humana para las mujeres em las ciudades: reflexiones para políticas públicas urbanas com enfoque de género” in **Revista Estudios Socio-Juridicos**, 2013. V.13. pp. 115-137
- VILLAGRÁN, Paula Soto. “Diferencias de género en la movilidad urbana. Las experiencias de viaje de mujeres en el Metro de la Ciudad de México” in **Revista Transporte y Territorio** /16. Buenos Aires, 2017. ■

Tadeu Alencar Arrais

A cidade e a utopia

Resumo

A cidade, historicamente, reuniu as condições objetivas para a emergência do pensamento utópico. O governo ideal e a forma ideal foram perseguidos tanto pela pena de filósofos quanto pelo compasso de urbanistas. A experiência pedagógica e mobilizadora da cidade cria um sentimento de mudança nos homens, pois permite acreditar que a sua realidade é mutável.

Cidade

Utopia

Governo ideal

Forma urbana

Abstract

Historically, the city brought together the objective conditions for the emergence of utopian thinking. Ideal government and form were persecuted both by the pen of philosophers and by the compass of urban planners. The city's pedagogical and stimulating experience creates a sense of change in men, as it allows to believe that its reality is changeable.

City

Utopia

Ideal government

Urban shape

“A ilha desconhecida é coisa que não existe, não passa duma ideia da tua cabeça, os geógrafos do rei foram ver nos mapas e declararam que ilhas por conhecer é coisa que se acabou desde há muito tempo.”

José Saramago, *O conto da ilha desconhecida*

INTRODUÇÃO

Três narrativas justificam o vínculo histórico entre o desenvolvimento das cidades e o aparecimento das utopias. A primeira refere-se à busca do governo ideal. O desejo de relações harmônicas entre os homens, materializadas em uma comunidade política, adquiriu, frequentemente, contornos urbanos. A segunda refere-se à forma urbana. As sociedades ideais, em diferentes tempos, responderam por uma morfologia comumente adjetivada de cidade. A terceira é aquela que procurou, a partir da crítica às condições urbanas da modernidade, explorar as possibilidades de construção de um mundo novo a partir das cidades. Essas narrativas utópicas exploraram o potencial mobilizador das cidades, indicando o espaço público como arena de contestação e transformação da realidade urbana.

Ao contrário do que propõe os autores da envergadura de Mumford (2007), Bloch (2006) e Szachi (1972), não temos nenhuma pretensão de propor uma tipologia das utopias. O propósito deste ensaio é discutir os vínculos históricos entre algumas narrativas utópicas e as cidades. As obras citadas, fração pequena quando consideramos o universo da literatura utópica, são híbridas e permeáveis, mas revelam, sobretudo, visões críticas da sociedade, bem como soluções românticas para os conflitos humanos. Com alguma frequência também revelam o despotismo de governos autoritários. O fato é que a cidade, por concentrar os excedentes materiais socialmente produzidos, assim como um conjunto de demandas coletivas para a reprodução da vida, serviu como húmus para construção de uma parte significativa das narrativas utópicas. É isso, considerando o contexto contemporâneo, que abre brecha para acreditarmos na possibilidade de um futuro diferente.

O GOVERNO DESEJADO

Platão [427a.C-348a.C.], em *A República* (2008), argumenta que a cidade nasceu da necessidade de re-

produção da vida coletiva. Em decorrência da relação de dependência do agrupamento humano, novas demandas foram criadas a cada momento. Por um lado, na ampliação da divisão do trabalho e, por outro, na diversificação das formas institucionais de uma determinada comunidade política. Não é por acaso que Aristóteles, aluno de Platão, tenha adjetivado a cidade de comunidade política, tendo precedência, nesse sentido, sobre o indivíduo (1985, p.15). A miragem da justiça é o que guia, em grande medida, os diálogos protagonizados por Sócrates. A sociedade ideal de Platão é composta por magistrados, guerreiros e trabalhadores (artesãos, agricultores, criadores etc.). A aristocracia, tipo de governo bom e justo da cidade ideal de Platão, é reconhecida como um exercício *compartilhado de autoridade*. Ao contrário das demais formas de governo, como a *timocracia*, a *tiranía* e a *democracia*, a *aristocracia* valoriza os melhores ou, dito de outra maneira, aqueles que detêm a sabedoria e o conhecimento são vistos como os mais aptos para administrar a cidade e exercer a justiça. A democracia, diferente da perspectiva contemporânea, assume uma dimensão negativa:

– Ora, a democracia surge, penso eu, quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo e as magistraturas, e esses cargos são, na maior parte, tirados à sorte (Platão, 2008: 253).

Na cidade ideal de Platão, modelo a partir do qual os discursos são proferidos, os filósofos desempenham função-chave, como descrito no Livro VIII:

Concordamos então, Glauco, que, na cidade que quiser ser administrada na perfeição, haverá comunidade das mulheres, comunidade dos filhos e de toda educação, e do mesmo modo comunidade de ocupações na guerra e na paz, e que dentre eles serão soberanos aqueles que mais se distinguiram na filosofia e na guerra (Platão, 2008: 239)

O papel dos filósofos desprendidos das honrarias é servir à cidade. O modelo de governo de Platão assenta-se, conforme *A República*, em uma cidade marcada pela rígida divisão do trabalho e pela consequente imobilidade social. A analogia com o corpo humano, na definição das funções, traduz uma espécie de vocação natural, afinal, soldados reservam a coragem no coração, e os magistrados, a razão na cabeça, restando os braços para os ofícios laborais. As ilusões dessa forma de governo foram destacadas por Mumford (2007), que viu em *A República* um mode-

lo despótico de “cidade fechada” (2007; p.12). Traço comum, como também se pode deduzir das críticas de Coulanges (2002), é a submissão dos indivíduos e da família à cidade ideal. O governo ideal, estabelecido nos sítios do Egeu, apagou-se no mundo real e a utopia de Platão se desfez diante da ambição colonizadora que havia corroído os ideais democráticos da pólis. Canfora (2015) discute os mitos da democracia grega e assim caracteriza *A República*:

A concepção platônica em *A República*, diante de um quadro de conflitos político-sociais insanáveis e violentos, de um governo confiado a uma elite selecionada por meio da experiência filosófica da busca do sumo bem, desvinculada da busca empírica da riqueza por meio da solução comunista de eliminação da propriedade (bem entendido, no interior daquela elite não hereditária e tão pouco menos plutocrática), é a resposta ao problema insolúvel da convivência constantemente assediada pelo conflito (2015: p. 501).¹

Quase vinte séculos depois de Platão, já no século XVI, o tema da utopia, relacionado ao governo ideal, volta à cena por intermédio do discurso de Tomas Morus [1478-1535]. Ganhou substância no relato do viajante Rafael, recurso narrativo popular no século XVI, próprio de um mundo que ainda não havia sido plenamente cartografado, bastando lembrar que Cristóvão Colombo aportou no continente americano no ano de 1492. Era como se o mundo da aristocracia medieval não pudesse ser mudado, um dos motivos pelos quais Morus adotou a estratégia do deslocamento espacial, o que popularizou sua narrativa.

Ainda no Renascimento, imaginar ilhas isoladas e construir projeções do futuro sonhado era uma forma de enfrentar a realidade objetiva que cercava as cidades e os campos. Nem mesmo as muralhas foram capazes de proteger as cidades que viam o tecido social delas ser corroído por doenças, pela pobreza, violência e pelos dogmas religiosos que regulavam o cotidiano. O subtítulo que segue *A utopia* é “O Tratado da melhor forma de governo”. Portanto, não há descrição detalhada das 54 cidades, pois a “língua, os costumes, as instituições e as leis” (Morus,

2009: p.68) delas são idênticas, motivo pelo qual o narrador escolhe Amaurota, sede do senado, como metonímia de sua Utopia. A descrição dessa cidade antecipa o desejo de uma cidade aberta. Utopus foi quem a planejou, deixando aos habitantes a tarefa de *ornamentação e acabamento*. Ruas desenhadas para o tráfego e para melhor circulação dos ventos, casas com portas e jardins – mesmo sem pertencer aos cidadãos, já que não existe propriedade privada – oferecem uma noção do centralismo que guiava Amaurota.

A atenção de Morus, no entanto, centra-se em descrever a regulação das condutas humanas. No primeiro livro encontramos um ácido diálogo sobre os privilégios da nobreza, que passa, ao juízo de Rafael, a vida como “zangões nutridos pelo trabalho alheiro” (2009: 29). A renda e o monopólio da terra, justificados pelas leis, são duramente criticados, em clara alusão ao contínuo processo de expropriação dos camponeses ingleses por intermédio de um conjunto de leis, além da criminalização da coleta e da caça nas áreas florestais, como descrito por Thompson (1987), em *Senhores e caçadores*. No segundo livro, Morus ocupa-se em descrever o governo que rege a Utopia, destacando os costumes, o trabalho e a forma de funcionamento das instituições. Mais uma vez, semelhante ao que ocorreu em *A República*, o interesse individual é submetido ao interesse coletivo. “Aqui nada é privado, e o que conta é o bem público” (Morus, 2009: 149).

Discutir interesses públicos fora do senado e das assembleias constituídas é passível de pena capital. Isso foi decidido para tornar difícil qualquer aliança do príncipe e dos tranibores que pretendessem submeter o povo a uma tirania e modificar a forma do Estado. (2009: 75)

Tanto Plantão quanto Morus discutiram problemas fundamentais dos seus respectivos tempos. Suas utopias não resultaram da simples abstração. Ao contrário, a narrativa do governo ideal aparece como uma ferramenta crítica e mobilizadora, motivo pelo qual as duas narrativas utópicas tornaram-se atemporais.

A FORMA IDEAL

As utopias, como deslocamentos cognitivos, ocuparam lugar de destaque na modernidade.² No campo

1 “É aconselhável recordar que Platão escreve no contexto de uma derrota – uma grande parte da sua região, Ática, havia sido devastada e queimada – e, assim, deve ter sentido a inutilidade de investir na renovação ou na reforma, quando a Guerra do Peloponeso poderia provocar a derrocada de seu mundo. Para Platão, “um navio de Estado mal desenhado exigia mais do que ciência de navegação para o guiar através da tempestade” (Mumford, 2007: 35).

2 Para Berman (1986), a modernidade tem a sua primeira fase no início do século XVI, estendendo-se até o fim do sé-

da ficção, apenas o romance utópico foi capaz de transformar a paisagem das cidades vitorianas em algo aprazível. No campo da técnica, os urbanistas imaginaram e construíram cidades novas. Esse movimento compreende, grosso modo, um amplo período entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Em 1888 foi publicado *Looking backward: 2000-1887* [*Daqui a cem anos: revendo o futuro* (2000)], de Edward Bellamy [1850-1898], nos Estados Unidos da América. Na Inglaterra, dois anos depois, *News from nowhere* [*Notícias de lugar algum: ou uma época de tranquilidade* (2002)], do socialista William Morris [1834-1896]. Os romances têm em comum a adoção dos autores pela narrativa do deslocamento temporal. Eles são projeções, respectivamente, de Boston e de Londres, e negam a paisagem urbana das cidades que assistiam, em graus diferenciados, ao avanço do capitalismo industrial.³ No primeiro, o protagonista dorme em 1857 e acorda 113 anos depois. Ruas amplas, muitas árvores, belos edifícios, praças, fontes etc. Tudo diverge da Boston de outrora, animada pelos movimentos grevistas. Numa incursão a um bairro, ele relata a metamorfose de Boston:

A imagem mental da cidade antiga era tão recente e forte que não cedia lugar à cidade atual, mas entrava em choque com ela de modo que primeiro foi uma e depois a outra que me pareceu mais irreal. Nada que eu visse deixava de estar manchado desse modo, como os rostos de uma prova fotográfica (Bellamy, 2000: 64).

culo XVIII. O que é essencial no conceito de modernidade de Berman é a nova experiência, compartilhada, de tempo e espaço. “A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (1986: 15)

³ Michael Lowy e Leandro Konder, no prefácio do livro de William Morris, fazem uma advertência para quem pretende fazer comparações entre os dois romances utópicos: “Um dos motivos que o levou a escrever essa obra foi o desejo de responder a outra novela utópica, de inspiração militarista e tecnocrática, *Looking Backward* (1889), do norte-americano Edward Bellamy, que se autodenominava ‘nacionalista’ e chegou a ter bastante sucesso. O ‘socialismo de Estado’ racional e utilitarista com que sonha Bellamy não é o resultado da luta dos trabalhadores, mas sim da tendência natural de concentração dos trustes e dos cartéis, que levava, em última instância, à formação de um só grande carte produtivo nas mãos do Estado e de um grande Exército Industrial, disciplinado e organizado” (Lowy & Konder, 2002: 16-17)

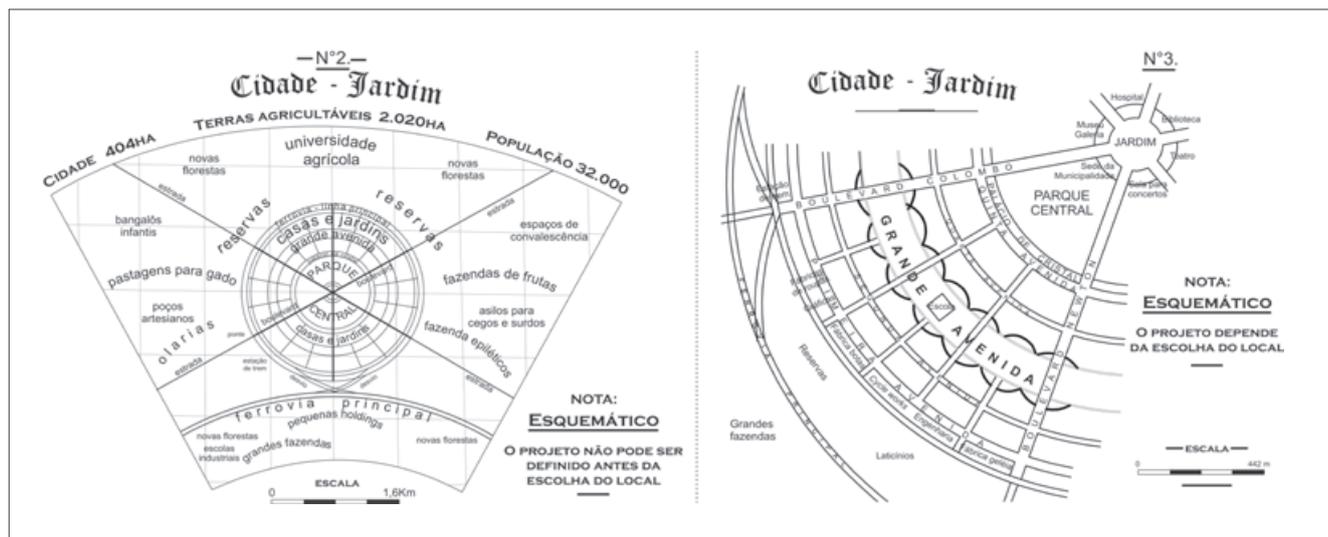
No romance utópico de Morris, a Londres vitoriana é igualmente irreconhecível para o protagonista. Ele desperta na margem do rio piscoso de Tâmsa, utilizado para a prática de esportes pela alegre população da cidade. O estranhamento dele é descrito da seguinte maneira:

Pois, apesar de haver uma ponte cruzando o rio e casas nas margens, como tudo havia mudado desde ontem à noite. A fábrica de sabão, com as chaminés vomitando fumaça, desaparecera; a oficina de engenharia também; a indústria de chumbo, desaparecida; e não se ouvia o som de rebites e martelos que geralmente vinha com o vento do este desde as oficinas de Thorneycroft. (Morris, 2002: 31).

Pouco tempo após o aparecimento dos celebrados romances de Edward Bellamy e William Morris, Ebenezer Howard [1850-1928] publica, em 1898, *Garden Cities of To-morrow* [*Cidades-jardins de amanhã* (2002)]. Trata-se de um tratado técnico que pretende reformar a sociedade a partir da cidade. A ideia básica do diagrama dos *Três Ímãs* é juntar, em um só espaço planejado, o melhor da cidade e do campo. A imagem de uma comunidade autossuficiente representa a ambição pela Cidade-Jardim. A forma desejada levaria, irreversivelmente, à sociedade desejada. Dessa maneira, as monstruosas aglomerações europeias, posteriormente denunciadas por Geddes (1994), desapareceriam dos mapas. Nasce, por assim dizer, o subúrbio-jardim, uma das mais eficientes utopias urbanas do século XX que ainda continuam vivam nos chamados condomínios horizontais exclusivos.

A cidade idealizada consiste numa propriedade de 2.400 hectares, com população urbana de trinta mil habitantes e população rural de dois mil habitantes. Segundo Howard (2002), nela haveria a possibilidade de 5.500 lotes edificáveis, com área média de 6,10 x 40m, equivalente a 244m². A densidade, portanto, em tudo era distinta dos cortiços londrinos. Na cidade também haveria lugar para um conjunto de atividades cívicas e econômicas, desde que submetidas ao zoneamento. Já a localização de algumas atividades industriais (laticínios, fábricas, carvoarias, serrarias etc.) se daria no anel externo da Cidade-Jardim. Cada cidade seria articulada com outras cidades, desse modo, uma demonstração inequívoca pode-se depreender do modelo de rede urbana de Cidades-Jardins.

Em 1928, ano da morte de Ebenezer Howard, ocorreu o I CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo –, que resultou na elaboração da *Carta de Atenas*. “A arquitetura preside o destino da cidade” (Le Corbusier, 1993: 92) traduziu o mantra daqueles que, mais uma vez, acreditavam que



Fonte: Adaptado de Howard (2002)

Figura 1: a) “Cidade-Jardim e seu entorno rural. Cidade de 400 ha, zona agrícola de 2.000 ha
b) “Distrito e centro da Cidade-Jardim”

Figure 1: a) “Garden city and its rural surroundings. City of 400 ha, agricultural area of 2.000 ha
b) “District and center of the and Garden city”

a sociedade poderia ser mudada a partir da forma. “Zoneamento”, “função” e “circulação” são palavras frequentes na *Carta de Atenas*: “Habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular” (1993: 77) são as funções que garantiriam a harmonia da cidade. A “Cidade Contemporânea” de Le Corbusier (1992), em termos demográficos, não era modesta, pois estaria preparada para abrigar três milhões de habitantes. Em sua cidade “máquina”, o terreno plano, com rios passando longe das cidades, era fundamental. Por isso a cidade de Le Corbusier deveria nascer do nada, negando seu laço fundamental com a água. A receita era aumentar a densidade via verticalização e investir em meios de circulação. Para Le Corbusier (1992), um arranha-céu deveria abrigar três mil habitantes por hectare.

Tanto Ebenezer Howard quanto Le Corbusier

podem ser compreendidos como autores de “utopias concretas” (Secchi, 2015). Mas as utopias sempre devem ser submetidas ao escrutínio da história, e isso serve tanto para aquelas que brotam de apelos românticos quanto para aquelas incentivadas pela crença de que a técnica pode resolver os problemas da humanidade. Ebenezer Howard acreditava que a técnica da separação, que fundava a utopia suburbana, resolveria os problemas urbanização, ideal posteriormente reproduzido nos Estados Unidos da América sob o signo do automóvel. Entre as condições objetivas que permitiram o surgimento do subúrbio americano estavam o maciço investimento público em rodovias e o financiamento da habitação. O subúrbio não aparece, apenas, como uma nova forma de habitação, mas como um modo de vida que reproduzia na aproximação da natureza e, por conseguinte, na negação

Figura 2: “Uma cidade contemporânea. Vista diorâmica do centro. No primeiro plano, as florestas e os prados da zona não edificável. A estação no centro e as vias nos dois eixos. Nas colinas do horizonte, os bosques da zona não edificável e as manchas claras das cidades-jardins.”

Figure 2: “A contemporary city. Dioramic view of the city. In the foreground, the forests and grasslands of the non-buildable area. The station in the center and the tracks on both axes. In the hills of the horizon, the forests of the non-buildable zone and the light patches of gardens cities.”



Fonte: Le Corbusier (1992)

da metrópole, uma nova ideologia. Mumford (1963, p. 306), em *La carretera y la ciudad*, descreve bem esse contexto, destacando, por exemplo, o papel da mulher.

Al usar el automóvil para huir de la metrópoli, el automovilista siente que sólo ha transferido la congestión a la carretera, y por ende la ha duplicado. Cuando llega a su destino en un suburbio distante, encuentra que la campiña que buscó ha desaparecido; más allá de él, gracias a los caminos para automóviles, sólo hay otro suburbio, tan triste como el suyo. *Para tener un mínimo de comunicación y sociabilidad en esta vida dispersa, su esposa tiene que convertirse en un chofer de taxi como ocupación diaria [...]*. (Grifo nosso)

Le Corbusier, do mesmo modo, advogava que a técnica do adensamento resolveria os problemas decorrentes da intensa urbanização do pós-guerra. A utopia vertical tinha, por assim dizer, um mercado de atuação garantido, uma vez que a urbanização garantiu a drenagem de excedentes de capital na escala global. A urbanização, como recorda com frequência David Harvey (2008, 2011, 2015), sempre foi utilizada como fator de absorção de excedente de capital e mão de obra. Para Jacobs (2007), as duas propostas antecipavam a morte das cidades. A autora, com a sua habitual ironia, comparou Ebenezer Howard com Le Corbusier, a Cidade-Jardim do primeiro com a Ville Radieuse do segundo.

Os descentralizadores e outros leais defensores da Cidade-Jardim ficaram pasmos com a cidade de Le Corbusier – espigões num parque – e ainda estão. A reação deles foi, e continua sendo, muito parecida com a de professores de uma escola maternal progressista diante de um orfanato profundamente burocrático. E apesar disso, ironicamente, a Ville Radieuse provém diretamente da Cidade-Jardim, ao menos superficialmente, e empenhou-se em torná-la prática em locais densamente povoados. Definiu sua criação como uma Cidade-Jardim factível. “A Cidade-Jardim é uma quimera”, escreveu. “A natureza desintegra-se com a invasão das ruas e casas, e o prometido isolamento transforma-se numa comunidade superlotada [...]. A solução está na Cidade-Jardim vertical”. (Jacobs, 2007: 22).⁴

As utopias da forma, pelo caráter factível da técnica,

4 Na *Carta de Atenas*, Le Corbusier tece uma dura crítica ao subúrbio, o que não anula a analogia de Janes Jacobs: “O subúrbio é um erro urbanístico, disseminado por todo o universo e levado às suas consequências extremas na América. Ele constitui um dos grandes males do século” (Le Corbusier, 1993: 21).

ca, ocultaram projeções autoritárias mais persistentes, justamente por imaginarem que a forma determina o conteúdo. Essas narrativas ensinam que por trás de cada utopia, existe um desejo de moldar e controlar as relações humanas; estimulando, contraditoriamente, a germinação de outras utopias.

A REVERSIBILIDADE DO FUTURO

Bloch (2006) definiu as utopias sociais como aquelas que emergiram do inconformismo diante das injustiças sociais. Para Bloch, é com Marx que o “caráter abstrato” (2006: 138) das utopias é superado. Há que reconhecer a gigantesca tarefa de Karl Marx e Friedrich Engels que, além de descortinarem a natureza da produção capitalista, empenharam-se em uma luta discursiva contra interpretações de outros pares socialistas.⁵ A utopia passa a ser justificada por um modelo teórico científico, ambição explícita na crítica aos socialistas utópicos presente no *Manifesto do Partido Comunista*:

Continuam a sonhar com a realização, em regime experimental, de suas utopias sociais, instituição de falanstérios isolados, fundação de home-colônias, implantação de uma pequena Icária – edição em formato reduzido (*Duodeztausgabe*) da nova Jerusalém – e para a construção de todos esses castelos de Espanha precisam apelar à filantropia dos corações e dos endinheirados bolsos burgueses. (Marx & Engels, 1998: *on-line*).

Szachi (1972: 17-18) assim expôs o dilema marxista:

O marxismo não quer fugir da ilha da Utopia, mas tampouco quer prender-se ao presente, aceitar as suas poucas alternativas como as únicas e últimas alternativas existentes. E a história do marxismo passa-se, em certa medida, num vaivém entre dois extremos: entre o princípio reformista “o movimento é tudo, o fim é nada”, e a corrida utópica em direção ao fim último sem consideração pelas possibilidades e necessidades do movimento.

A utopia que se desenha na leitura marxista é, so-

5 Marcelo Lopes de Souza, na introdução do livro *Por uma geografia libertária*, lembra o leitor que, mesmo no século XIX, o marxismo não deteve o monopólio da crítica social. “Há mais de 150 anos os marxistas vêm envidando esforços para tentar desacreditar e eliminar o pensamento e a práxis libertários, seus principais adversários e rivais” (2017: 7). Como indicado por Choay (1979), o pensamento utópico, materializado em propostas urbanísticas, antecede o legado marxista.

bretudo, uma que nasce na cidade. São as condições materiais das cidades, cuja paisagem expressa as condições de exploração de uma legião de trabalhadores, que motivam a crença no protagonismo da classe operária. O liberalismo, o *laissez-faire*, se expressa por meio do monopólio dos meios de produção e na exploração do trabalho que repercute, diretamente, na paisagem urbana, de modo geral; e na questão da moradia, de modo particular. A *Coketown* de Charles Dickens, em *Tempos difíceis* (1968), sintetizou, como hipérbole da cidade industrial, as ambições do controle do tempo da massa uniforme de operários consumidos pelo liberalismo.

Este era um dos ditados de *Coketown*. Ali todo capitalista que conseguira acumular 60 mil libras esterlinas com moedas de seis pences ficava admirado que 60 mil operários que o cercavam não juntassem também 60 mil libras esterlinas por mês e seis pences e reprovava-lhes porque não conseguiam fazer o mesmo, realizando esse empreendimento que estava ao alcance de todos. “O que eu fiz, tu também podes fazer: por que não o fazes?” (Dickens, 1968, p.147)

Para essa mesma massa que habitava a ficcional *Coketown*, Engels dedicou o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1985), renunciando dos “banquetes”, do “porto” e do “champagne”, para partilhar experiências com o operariado. O mesmo fervor que denuncia a situação das cidades é encontrado, posteriormente, em muitas passagens de *O Capital* (Marx, 2015).

A utopia, portanto, advogaria e justificaria cientificamente a união dos proletários, modelo de interpretação vulgarizado por Engels (1984). A universalização do proletariado criaria a demanda pela revolução. Tomar o Estado era a segunda tarefa do proletariado. De posse do poder do Estado, começaria a conversão dos seus meios de produção, o que faria desaparecer a propriedade privada. Conforme Engels (1984: 73),

A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será “abolido”, *extingue-se*.

Depreendem-se dessa literatura algumas questões que justificavam a importância da cidade industrial no fomento das utopias. A primeira parte da noção de que a cidade reuniria, em função das contradições

do capitalismo fabril, as condições objetivas para as mudanças. É como se a cidade fosse o motor de uma história dirigida pelo operariado urbano que unificou, de certo modo, a agenda do proletariado fabril e camponês. A segunda é que existe uma ideia de protagonismo da classe operária manifestada pela participação, por exemplo, na *I Internacional*. “Proletários de todos os países, uni-vos” (Marx & Engels, 1998) é o apelo pela universalidade da causa operária. A terceira resulta do entendimento do espaço público como arena de mobilização, fato justificado pelas experiências históricas urbanas, por assim dizer, subversivas, como a Revolução Francesa, as Jornadas de 1848 ou mesmo a Comuna de Paris.⁶

A cidade que emergia da revolução industrial era, ao mesmo tempo, *core* do sistema de exploração colonial, núcleo do poder do capitalismo fabril e lócus do surgimento do movimento operário – melhor receita não havia para mudar o futuro a partir das cidades.

A PEDAGOGIA MOBILIZADORA

“Sejamos realistas, exijamos o impossível!” Algo aconteceu em maio de 1968. As ruas de Paris transformam-se em vitrinas do mundo. Outrora, a rua traduziu os anseios de mudança, tal como as palavras contestadoras com relação aos sistemas políticos opressores grifaram os muros. Henri Lefebvre, no livro *A irrupção*, publicado no clima dos eventos de maio de 1968, expôs argumentos que permitiam, mesmo que prematuramente, entender que o espaço público abrigou, naquele momento, demandas de espaços distintos, como os de labor operariado e os institucionais dos estudantes. Segundo Goldmann (1968: 11):

É quando os estudantes começaram a se manifestar na rua e se chocarem com a repressão que os operários sentiram bruscamente, provavelmente sem nenhum contato direto com os primeiros, a possibilidade de agir da mesma forma e fizeram pressão sobre suas organizações sindicais. Da mesma forma, foi quando os estudantes ocuparam as universidades que os operários, por sua vez, desencadearam a greve e ocuparam as fábricas.

Os discursos utópicos impressos nos muros de Paris ganharam o mundo, confirmando seu efeito mobilizador. Eles igualmente concorreram para

⁶ O livro *Revoluções* (2009), organizado por Michael Lowy, oferece ao leitor um conjunto sintético de informações sobre conhecidas rebeliões. Depreende-se dos breves textos e da excelente iconografia, a forte vinculação das revoluções com a cidade.

a efetivação daqueles eventos, e para o surgimento de dois processos interdependentes, visto que Paris, como metáfora das utopias contemporâneas, se repetiu em Praga, no Rio de Janeiro, na Cidade do México etc. O primeiro resulta da conexão das causas, fomentado, contraditoriamente, por aquilo que Marcuse (1973), no tempero dos eventos de 1968, adjetivou de o fim das utopias.⁷ O próprio fim da utopia, por esse ângulo, reanimou as utopias. As promessas do socialismo e do liberalismo não convenciam mais a juventude. Logo, a conexão das causas teve como consequência o segundo processo: a visibilidade dos movimentos de contestação. De um momento para o outro, explodiam revoltas urbanas quase sincronizadas na escala planetária.

É oportuno lembrar que esses processos ocorrem em um período que sucede, especialmente no continente europeu e nos Estados Unidos, os chamados Trinta Gloriosos. Uma fase conhecida pelas altas taxas de crescimento da economia e uma parcial socialização dos excedentes, forjando aquilo que foi conhecido, no bojo do fordismo, de “democracia salarial”. A cidade que emergiu do pós-guerra tinha sua paisagem física e social profundamente vinculada ao Estado social. A construção e reconstrução das cidades, o que inclui um amplo sistema de infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento, além dos programas de moradia, foi protagonizada pelo Estado. Do mesmo modo, a universalização dos serviços públicos e dos sistemas públicos de aposentadoria e proteção social tornou a paisagem social das cidades intimamente ligada ao destino do Estado social, como descrito por Castel (2015), em *Metamorfoses da questão social*. É claro que esse processo ocorreu de forma muito desigual, seja na Europa, nos Estados Unidos ou mesmo na América Latina. Mas o fato inegável é que o Estado social modificou a paisagem das cidades. O Estado de bem-estar social foi, primeiramente, mesmo na sua incompletude, uma construção da sociedade urbana. Serviu para amenizar os conflitos sociais próprios do modelo de urbanização.

Mas o que ocorreu com as utopias e com a cidade após o forjado consenso sobre a falência do Estado?

A desidratação do Estado social a partir da década de 1970 acompanhou a generalização do processo de urbanização. A urbanização do continente africano e do asiático, distinta do continente europeu, demons-

trou-se mais tardia, mas nem por isso menos problemática, como se deduz da leitura de Davis (2006), em *Planeta Favela*. As dez maiores aglomerações urbanas do planeta, em janeiro de 2017, concentravam 295,5 milhões de pessoas. Dessas dez, duas se localizam na China e duas na Índia. Figura na lista, considerando a América Latina, apenas a Cidade do México (*City Population*, 2017). A concentração urbana, que antes absorvia parte dos excedentes via emprego fabril, agora reúne uma legião de pessoas pobres e indigentes, fato agravado pela deterioração dos sistemas de assistência social e pela privatização dos serviços públicos. Esse “novo ciclo urbano vitoriano”, sobre o qual as utopias do presente devem ser construídas, reúne, em diferentes cidades e com graus de intensidade variada, os seguintes processos:

a) Concentração sem precedentes de pessoas, o que tornou visível, devido à dinâmica imobiliária e fundiária das cidades, a questão da habitação. Ao *Planeta Favela*, metáfora de Mike Davis, somam-se, nos Estados Unidos da América, assim como em países europeus, modalidades de ocupação temporárias dos espaços públicos por populações desalojadas, nômades, invisíveis aos olhos do outro, mas reprimidas pelas forças do mercado em associação com o Estado repressor. Não é por acaso que as narrativas distópicas de sucesso ocorram em um futuro apocalíptico pós-urbano, a exemplo de *The Walking Dead*.⁸

b) Crescente desigualdade social e correlata concentração de renda com profundo impacto nas formas de organização do espaço urbano. Essa desigualdade de renda guarda inequívoca relação com o processo de precarização do trabalho. A clássica cidade liberal do século XIX e de boa fração do século XX, cujo trabalho fabril manifestava-se como *core* de sua existência, foi corroída pelas mudanças no mundo do trabalho. Há, como diagnosticado por Ricardo Antunes (2018), em *O privilégio da servidão*, um novo proletariado de serviços, fragmentado, móvel funcionalmente, cujos direitos foram corroídos por mudanças no estatuto jurídico do trabalho.

Esses dois processos enquadram-se na realidade objetiva das cidades contemporâneas, marcando aquilo que Harvey (2008) chamou de “acumulação por espoliação”, cujas características são a *privatização*, a *financeirização*, a *administração das crises* e a

7 O fim das utopias ganhou projeção no discurso de intelectuais de diferentes matrizes teóricas. Albert Camus, em 1951, publicou *O homem revoltado* (Camus, 1960), denunciando a “época das ideologias”. Raymond Aron (2016), em 1955, publicou o livro *O ópio dos intelectuais*. A crítica à esquerda encontra-se nas três partes de sua obra: *Mitos políticos*, *Idolatria da história* e *Alienação dos intelectuais*.

8 A série *The Walking Dead*, originária das histórias em quadrinhos, apresenta um cenário apocalíptico pós-urbano após o aparecimento dos zumbis. Uma parcela da população passa a sobreviver da coleta dos restos da sociedade urbana-industrial, recuando, progressivamente, para as formas de sociabilidade primitivas. As comunidades, ao longo do seriado, se estruturam a partir da necessidade da segurança, em alusão às cidades medievais.

redistribuição via Estado. O *core* da espoliação territorializa-se na cidade flexível, contornada por fluxos financeiros e trabalho desregulamentado. Richard Sennet (2012) nomeou esse movimento de *corrosão do caráter*, em alusão à deterioração dos compromissos de classe, ao fim do sentimento de pertencimento e da solidariedade e, principalmente, da estabilidade e da segurança no emprego. Todavia, esse é apenas um dos lados da moeda. Na cidade flexível, a pobreza é rígida, tornando homens, mulheres e crianças um tipo de produto perigoso que, muito embora descartável, deve ser vigiado, controlado. A resposta para o aumento da pobreza e da desigualdade é a criminalização da miséria, para lembrar Loic Wacquant, em *Prisões da miséria* (2001) e Stephen Graham, em *Cidades sitiadas* (2016). Em outras palavras, se a *Coketown* de Dickens foi construída no auge do liberalismo vitoriano do século XIX, a metrópole contemporânea expõe todos os ingredientes do neoliberalismo, no sentido analisado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), em *A nova razão do mundo*. Não se trata, seguindo a linha dos filósofos, de uma mudança apenas econômica ou mesmo das estruturas burocráticas do Estado, mas, sobretudo, de “novas relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (2016, p.16). A Nova Crobuzon do ficcionista China Mieville é nossa nova *Coketown* neoliberal.⁹

É sobre esse mundo urbano flexível e precário, fragmentado do ponto de vista das classes, que uma nova utopia florescerá, com outros mecanismos de mobilização e resistência. E poderá de várias cidades, característica de um mundo em rede, globalizado, mas que não conseguiu, apesar dos esforços, silenciar as vozes dos mais vulneráveis.

CONCLUSÃO

Poucos escritores traduziram, como Victor Hugo, o potencial subversivo das cidades. Saint-Antoine era para ele um “reservatório do povo”, uma fenda dilatada na rocha que expelia soberania popular.

Esse antigo subúrbio, populoso como um formigueiro, laborioso, corajoso e bravo como um enxame de abelhas, estremece com a espera e o desejo de uma comoção. Tudo ali se agitava sem que por

isso o trabalho fosse interrompido. Nada poderia dar uma ideia dessa viva e sombria fisionomia. Nesse bairro, há misérias pungentes escondidas sob os tetos das mansardas; mas ali também há inteligências ardentes e raras. É especialmente em função da indigência e da inteligência que é perigoso quando os dois extremos se tocam. (Hugo, 2014: 894).

Os Miseráveis é uma obra sobre adoção, doação, rebelião, compaixão. Narra os encontros nos becos, nas ruas e nas barricadas de Paris. Historicamente, os encontros fomentaram, em diferentes perspectivas, o desejo de mudança. É na cidade e, mais especificamente, no espaço público, que ele é discutido, reivindicado e, por vezes, materializado. É no encontro, no reconhecimento de problemas e causas comuns, que as utopias são construídas, que mundos melhores são imaginados. A utopia, portanto, é um querer que sempre traduzirá um projeto coletivo. Esse projeto coletivo, compreendido desde a Grécia antiga até o Renascimento como um modelo de governo ideal, nos moldes de Platão e de Morus, são, antes de narrativas ingênuas, ácidas críticas aos respectivos modelos de sociedade. O mesmo não se pode dizer, por exemplo, das utopias “concretas”, representadas pelo compasso de Howard e Le Corbusier que remetem na sua origem a uma ideia de cidade estática, em que a forma determina o conteúdo. São as utopias sociais, que antecedem ou mesmo ultrapassam as utopias concretas, que dão sentidos mais vigorosos à crítica social, na proporção em que não depositam na forma, nem no deslocamento temporal e espacial, a responsabilidade para mudança do presente.

O fato é que se admitirmos que o desejo da utopia é urbano, pelo menos desde a modernidade, é porque a urbanização da humanidade, ao concentrar-se cada vez mais nos excedentes socialmente produzidos na cidade, estimulou encontros perigosos, como aqueles descritos por Victor Hugo. Mas a cidade rebelde, termo utilizado por David Harvey (2014), não tem localização precisa. É uma cidade virtual. Existe como potência. Luís XVI intuiu isso quando se acomodou no Palácio de Versalhes, distanciando-se, ilusoriamente, das rebeliões e da guilhotina. A utopia também é mais do que o espelho da popular metáfora de Foucault (2001). De modo semelhante, amplia o sentido etimológico de “não lugar”. A utopia existe, está ali, esperando um gatilho para anunciar o desejo de mudança. É uma ânsia por respostas para problemas concretos da sociedade urbana. A utopia sempre terá uma concretude. Isso se reflete na própria busca pela mudança desejada, traduzida em discursos e/ou manifestações políticas no espaço público. O desejo se revelou na Ocupação Povo Sem Medo, propor-

9 Nova Crobuzon é a cidade do romance *Estação perdido*, do escritor militante China Mieville. Trata-se de uma metrópole decadente, habitada por um sem-número de raças em constante conflito. Ao que tudo indica, *Nova Crobuzon* foi erigida nos escombros da cidade industrial clássica.

cionado destinação social a uma gleba de terra ilhada por condomínios verticais em São Bernardo do Campo, São Paulo. E também na ocupação de escolas por estudantes secundaristas, como ato de protesto diante da eminente privatização do ensino público. Ele aderiu ao movimento *Occupy Wall Street*, cujo apelo romântico aposta no constrangimento como arma de mudança. E, por fim, o desejo materializa-se na Associação de Combate à Precariedade, denominada Precários Inflexíveis, com sede em Portugal, que reúne, em seu campo de ação política, trabalhadores em regime precariado e em situação de desemprego; agenda compartilhada por outros movimentos, como o francês *Nuit Debout*.¹⁰

Enfim, a utopia vincula-se, historicamente, a um tipo de discurso e ação que oscila entre a ingenuidade e a crítica. Mas as duas dimensões, como ensina a literatura romântica, os muros das cidades e até mesmo os tratados políticos, são complementares. Sarago (1998: 17), em *O conto da ilha desconhecida*, brinca com essas dimensões:

A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Quem foi que te disse, rei, que não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir a procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida.

O homem que bate a porta do rei, deparando-se com um universo burocrático, imutável, não é, propriamente, um “marinheiro”. Na vontade de aventurar-se pelo mar, como negação do mundo objetivo, desconsidera a expertise náutica. Trata-se de um homem ordinário, porém obstinado pelo direito de imaginar que outro mundo é possível. A utopia assemelha-se ao anseio desse “marinheiro”, e a cidade se parece com o seu barco: é um lugar para pensar, construir e vivenciar um mundo melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** – o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

10 Os *Precários Inflexíveis* e o *Nuit Debout* surgiram, respectivamente, em 2011 e 2016. Os dois movimentos demonstram, com seu poder mobilizador, que existe uma agenda de combate ao conjunto de causas comuns, especialmente em relação às reformas neoliberais que projetam a austeridade e estimulam a precarização do trabalho.

- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- ARON, R. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- BELLAMY, E. **Daqui a cem anos: revendo o futuro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BLOCH, E. **O princípio esperança**. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.
- BRAGA, R. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CAMUS, A. **O homem revoltado**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1960.
- CANFORA, L. **O mundo de Atenas**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva.
- City Population. **Major agglomerations of the world**. Disponível em: <http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html>. Acesso 24 out. 2018.
- COULANGES, F. de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, CHRISTIAN. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DICKENS, C. **Tempos difíceis**. São Paulo: Edições Paulínea, 1968.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1985.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global Editora, 1984.
- FOUCAULT, M. Outros espaços. In M. Foucault, **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GOLDMANN, L. Mesa-redonda: por que os estudantes? In H. Lefebvre, **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Documentos, 1968.
- GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **O enigma do capital**. Lisboa: Bêzâncio, 2011.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Marins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. **Paris, a capital da modernidade**.

- São Paulo: Boitempo, 2015.
- HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- HUGO, V. **Os miseráveis**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEFEBVRE, H. **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Documentos, 1968.
- LOWY, M (Org.). **Revoluções**. São Paulo: Boitempo.
- LOWY, M., & Konder, L. O socialismo libertário de William Morris. In W. Morris, **Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- MARCUSE, H. **El fin de la utopia**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973.
- MARX, K., & Engels, F. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, 12(34), 7-46. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000300002>
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- MIEVILLE, China. **Estação perdido**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MORRIS, W. **Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- MORUS, T. **A utopia**. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MUMFORD, L. **História das utopias**. Lisboa: Antígona, 2007.
- MUMFORD, Lewis. **La carretera y la ciudad**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1963.
- Nuit Debout. #NuitDebout. Disponível em: <https://wiki.nuitdebout.fr/wiki/Accueil>. Acesso 24 out. 2018.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- Precários Inflexíveis (n.d). **Manifesto fundador da Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis**. Disponível em: http://www.precarios.net/?page_id=3977.
- SARAMAGO, J. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SECCHI, B. **A cidade do século vinte**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- SOUZA, M. L. de. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SZACHI, J. **As utopias**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. ■

Greciely Cristina da Costa

Das imagens desorganizadoras na cidade ao confronto do simbólico com o político

Resumo *Da perspectiva da Análise de Discurso, analiso o funcionamento de imagens no espaço público e o modo como elas se configuram como lugares de resistência ou mesmo como produzem efeitos de resistência na cidade, tomando para a observação um grafite do artista Banksy; fotografias que compõem o projeto Inside Out, realizado pelo artista JR, na Tunísia em 2011; e imagens do projeto fotográfico Women Are Heroes desenvolvido, também, por JR, no Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Com a análise, observo a constituição de imagens em um poderoso dispositivo de resistência, pois, enquanto flagrantes do real da cidade, elas não deixam esquecer os sentidos de público da cidade, a cara da democracia, as reais condições de existência do social.*

Discurso

Cidade

Imagens

Resistência

Abstract *From the perspective of Discourse Analysis, I analyze the functioning of images in the public space and how they are configured as places of resistance or even how they produce resistance in the city, taking to the observation: a graffiti by the artist Banksy; photographs that make up the Inside Out project by artist JR, in Tunisia, in 2011; and images from the Women Are Heroes photographic project also developed by JR, in Morro da Providência, in Rio de Janeiro. With the analysis, I observe the constitution of images in a powerful instrument of resistance, because, while flagrant of the real of the city, they do not let forget the senses of public of the city, the face of democracy, the real conditions of existence of the social.*

Discourse

City

Images

Resistance

[...] a imagem arde. Arde com o real do que, em um dado momento, se acercou [...]

Didi-Huberman, 2012, p. 21.

Pode uma imagem produzir resistência no espaço da cidade? É essa a pergunta de entrada que conduz a busca de uma compreensão sobre a relação entre linguagem, espaço público e resistência em face de processos de significação em torno da vida em sociedade.

A partir dela, proponho uma reflexão sobre o modo como certas imagens, em seu processo de produção de efeitos de sentido, podem se configurar como dispositivo de resistência, no espaço público da cidade. Para isso, me filio à perspectiva teórica da Análise de Discurso, para a qual a linguagem, e suas várias formas, incluindo a imagem, é compreendida como mediadora do homem e sua realidade natural e social (Orlandi, 1983; 1999; 2001a). “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Orlandi, 1999, p. 15).

Assim, conceber a imagem como parte do trabalho simbólico do discurso, como objeto simbólico, significa observá-la, em sua constituição, como um lugar de inscrição de sentidos. O que requer situá-la em relação à própria especificidade daquilo que a constitui remetida à exterioridade, se ater ao modo como os sentidos ganham corpo em sua formulação, observar a maneira pela qual a memória do dizer se instala em sua constituição, percorrer o trajeto de sua circulação dando peso, na análise, à conjuntura que a concerne, às suas condições de produção. Neste texto, me esforço para tornar possível essa compreensão. Considerando, portanto, a imagem em sua discursividade, analiso o funcionamento de três processos discursivos de sobreposição que se dão a partir do modo de estar e formular sentidos de algumas imagens na cidade.

Nesse percurso, o espaço público vai ser pensado em relação à cidade. Cidade tomada como espaço simbólico, espaço de sujeitos e de significantes.

E a resistência vai ser compreendida como possibilidade de deslocamento dos sentidos já estabilizados, aquilo que rompe um “círculo de repetição” (Pêcheux, 1990, p. 17). Ruptura de um ritual ideológico dominante.

Acerca da resistência, Pêcheux (1990, p. 17) explica que:

não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litânias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

Essas são formas que dão a ver o funcionamento da resistência na e pela língua. E quanto à resistência produzida discursivamente na/pela imagem? Como ela funciona nessa forma específica de linguagem? Como compreendê-la ainda em imagens na cidade?

A série Imagem-Cidade-Resistência é norteadora dessa proposta de pensar a produção do efeito de resistência a partir da ideia de imagens desorganizadas ou desorganizadoras do espaço urbano em deriva ao que Orlandi (1999b) chama de falas desorganizadas, aquelas que perturbam a ordem do discurso e a organização do social na cidade. As falas desorganizadas permitem observar o

jogo linguístico-histórico em que o simbólico se confronta com o político nisso que significa o espaço público, no modo como se constituem, se subjetivam os sujeitos sociais, na emergência ou no silenciamento de outros sentidos e de outras posições-sujeito urbano (Orlandi, 1999b, p. 5).

Aventar a possibilidade de observação do confronto do simbólico com o político pelo modo como certas imagens se dispõem na cidade consiste, desarte, em considerá-las desorganizadoras do discurso urbano.

“A cidade tem um corpo significativo, tem nele suas formas. O rap, a poesia urbana, a música, os grafites, pichações, inscrições, *outdoors*, painéis, rodas de conversa, vendedores de coisa-alguma, são formas do discurso urbano, são formas de significar da cidade”, assinala Orlandi (2001b, p. 11). As imagens fazem parte dessas formas. Formas de linguagem que, ao mediar a relação do homem com o espaço, podem transformar as relações sociais, ou seja, as relações de sentido, na e com a cidade. Podem funcionar como flagrantemente do real da cidade trabalhando na desestabilização da sobredeterminação do social pelo urbano.

Se, como reflete Orlandi (2004), a cidade “é um espaço real de significação sujeito à transformação que, pela imposição do urbano, é abafado, silenciado. A materialidade simbólica da cidade é contida pela urbanização” (p. 64), e embora haja uma redução significativa da cidade e do social ao urbanizado,

há, todavia, formas de resistência tentando romper essa contenção, pois “quando o espaço é silenciado, ele responde significativamente”. Ele resiste! A quê? Ao já significado. À organização urbanística da cidade que compõe o discurso urbano.

Há formas de linguagem que rompem com a imposição urbana, isto é, com o planejamento imposto pela administração do espaço urbano, fazendo com que a cidade signifique fora das categorias, padrões urbanísticos determinados pela lógica capitalista. Esse é um primeiro modo de pensar a linguagem e a resistência em relação à cidade, ao seu real.

Conforme reflete Orlandi (2001b, 2004), ocorre uma sobredeterminação do social pelo urbano ligada diretamente ao modo como o espaço público é gerido pelo Estado e suas instituições jurídico-administrativas no interior da formação social capitalista. A maneira como o social é administrado pelas políticas urbanas apaga as condições materiais de existência das relações sociais nas cidades, na medida em que domesticam os sentidos da/na cidade em função da organização, da regulação, do cálculo, do controle do urbano.

Essa sobredeterminação apaga o social ao provocar uma rarefação do espaço público, sendo os sentidos do público “desde sempre suturados pelo urbano de tal modo que a cidade é impedida de significar-se em seus não-sentidos, os que estariam por vir, as novas formas de relações sociais, em nossos termos, novas relações de sentido” (Orlandi, 2001b, p. 14).

Organização e ordem entram em confronto na cidade, no cenário urbano. A instância da organização se referindo ao empírico e ao imaginário é a instância na qual o Estado atua regulando o urbano. E a instância da ordem é do domínio do simbólico na relação com o real da história, “ordem em que o real da cidade significa” (Orlandi, 2001b, p. 23). Significa pelas diferentes formas de linguagem que constituem o espaço urbano.

A organização simula, pelo planejamento e administração do urbano, uma cidade organizada, faz dela um espaço burocrático, significado pelo cálculo e pela abstração, que tenta a todo momento conter, silenciar a ordem, isto é, “o real da cidade e dos sujeitos urbanos em seu movimento, suas rupturas, sua desordem” (Orlandi, 2001b, p. 11).

Pode-se dizer que, por um lado, a divisão administrativa, jurídica, política e econômica da cidade delimita os espaços, determinando o que pode e não pode ocupar esse ou aquele lugar, tais como muros, paredes, edifícios, painéis, ruas, outdoors, calçadas etc., bem como o que pode e o não pode ser dito e significado nesses lugares. Essa determinação dos espaços é da instância da organização, produz efeitos

imaginários que afetam o sujeito em seu trajeto na cidade. Entretanto, por outro lado, há flagrantes, tais como as falas desorganizadas, que desorganizam o econômico, a política dos espaços engendrados pelo Estado, pelo mercado, pelo jurídico-administrativo na cidade.

As falas desorganizadas “significam lugares onde sentidos faltam, incidência de novos processos de significação que perturbam ao mesmo tempo a ordem do discurso e a organização do social” (Orlandi, 1999b, p. 3). Isso, pois, na relação tensa e conflituosa entre o consenso, da ordem do imaginário, e o social, da ordem do real, irrompem falas desorganizadas que desorganizam o modo como o espaço urbano é administrado, regulado, gerido.

A cidade constituída por uma organização, injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados, do ponto de vista simbólico, é, também, constituída de dizeres que trabalham na desorganização dessa organização. Ou seja, há discursos que desorganizam uma rede de significação já estabelecida ao furar a organização urbana.

É na desorganização que se situam certas imagens na cidade. Trata-se de imagens desorganizadoras que funcionam analogamente às falas desorganizadas. As falas desorganizadas são lugares de resistência ao já significado. É esse o ponto de articulação entre as falas e as imagens, pois certas imagens irrompem no espaço urbano desorganizando-o, fazendo imergir no espaço controlado sentidos que desorganizam a política administrativa urbana. São imagens cujo modo de estar e formular sentidos na cidade recorta seus espaços, fura a organização econômica do urbano, incide sobre as relações de força e poder desestruturando-as. As imagens desorganizadoras desconstruem a normatividade do discurso urbano. Ou, em outros termos, produzem discursivamente resistência em face do econômico, da política, do jurídico à medida que (re)significam esse espaço, engendrando outros sentidos para o espaço público.

“Não há dominação sem resistência”, assegura Pêcheux (1990). Daí deriva o jogo heterogêneo das formações discursivas, o embate entre a ilusória unidade do sujeito e do sentido e suas reais condições de existência. O autor explica como a resistência deixa vestígios de seu funcionamento, como citado mais acima, e, uma vez instaurada, a resistência começa

a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem sentido. E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se

discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo de repetição (Pêcheux, 1990, p. 17).

Pensar em imagens desorganizadoras como flagrantes do real, cujo funcionamento produz efeitos de sentidos, forma de resistência, significa tomá-las como discurso que quebra rituais, transgride fronteiras, que em vez de reproduzir o discurso dominante, o transforma, dá outra direção de sentido a ele a partir da instauração de um processo de significação.

A “significação é um movimento, um trabalho na história e as diferentes linguagens com suas diferentes matérias significantes são partes constitutivas dessa história” (Orlandi, 1995, p. 40). Ela reitera o conjunto heteróclito de linguagens do qual o homem não prescinde para significar, ao passo que as várias linguagens tornam-se, portanto, uma necessidade histórica. Partindo desse pressuposto, a imagem é, portanto, uma dessas formas de linguagem constituída de matéria significativa própria, cuja significação permite analisar como o homem (se) significa. Permite a análise da produção de efeitos de sentido, dentre eles, efeitos de resistência.

Medeiros (2013) chama a atenção para a existência de um tecido imagético construído no espaço urbano. De acordo com a autora:

A imagem constitui de forma orgânica os espaços da cidade. [...] Circular no espaço urbano é, antes de tudo, uma experiência sensorial e imagética, das ações que constroem a visualidade da cena urbana, instaurando contornos sinuosos: os espaços cheios e os vazios, o colorido das barracas de camelôs e os neons, a arquitetura das casas antigas (depredadas, habitadas, desabitadas etc.) e dos prédios modernos (inelegíveis para alguns e matéria de identidade cosmopolita para outros), a movimentação dos sujeitos pelas ruas, na disputa por espaço com barracas, bicicletas, carros e tantas outras materialidades. Esse tecido imagético que se constrói no espaço urbano se dá pela interligação de várias imagens, pois uma imagem nunca está só, está sempre em relação com outras e em relação com o campo de visibilidade que a sustenta, seja ele material ou imaterial e sempre ideologicamente corporificado (Medeiros, 2013, p. 110-111).

A imagem é corpo ideológico, tem espessura semântica e histórica. O político se textualiza na imagem. E o sujeito é afetado por imagens na cena urbana. A produção de imagens pressupõe um jogo entre

aquilo que ela dá a ver com aquilo que ela torna (in) visível. Ela significa e se significa em relação às suas condições de produção.

É preciso, portanto, levar em conta quem a produz, em que conjuntura sociopolítico-histórica é produzida, como ela é formulada e em relação ao que ou a quem, como circula e como estabelece uma relação com a memória discursiva e assim engendra efeitos de sentido.

Para se refletir sobre esse processo de significação desencadeado pelo funcionamento discursivo da imagem, pelo modo de estar e formular sentidos na cidade, apresento a seguir diferentes imagens. Apesar de diferentes em relação à formulação e à circulação, apresentam uma regularidade que é constitutiva dos efeitos de sentido por elas produzidos. Trata-se da sobreposição. É pela sobreposição que o efeito de resistência se produz e faz dessas imagens, imagens desorganizadoras.

A primeira imagem¹ é a de um grafite do artista conhecido como Banksy. Considero esse grafite uma imagem desorganizadora, pois observo nela o processo de constituição de um discurso que se sobrepõe a outro. É o modo como essa sobreposição se dá constitui um gesto de resistência à medida que desorganiza o discurso sobreposto.

Como se pode ver na segunda imagem, na parede de um edifício, que separa o espaço do prédio e o espaço do estacionamento, um grafite, feito com a técnica do estêncil, é construído a partir de uma alteração que começa pela intervenção na palavra “*parking*” fixada na parede. Em letras garrafais, em vermelho, a palavra que dá nome a esse espaço privado, que o indica, tem uma parte pintada da cor da parede, ou seja, tem parte do nome elidida, borrada, apesar de ainda um pouco visível. Transforma-se, assim, “*parking*” em “*park*”, pela sutil elisão da terminação *-ing*. O processo de sobreposição ganha forma com a colagem do desenho da menina no balanço. Cola-se o desenho junto à letra “a” de “*park*”. Desse modo, a inscrição na parede do prédio é transformada em uma imagem, em um discurso que (re)significa o espaço urbano trazendo à tona uma prática social, uma menina que balança no parque, prática de/em um espaço público. A imagem faz vir à cena um discurso-outro, que “marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (Pêcheux, 1990, p. 55).

Por acréscimo da colagem do desenho e a elisão

1 Disponível em: <http://whodesignedit.net/design/parking-park-graffiti-banksy>. Acesso em 24 out. 2018.

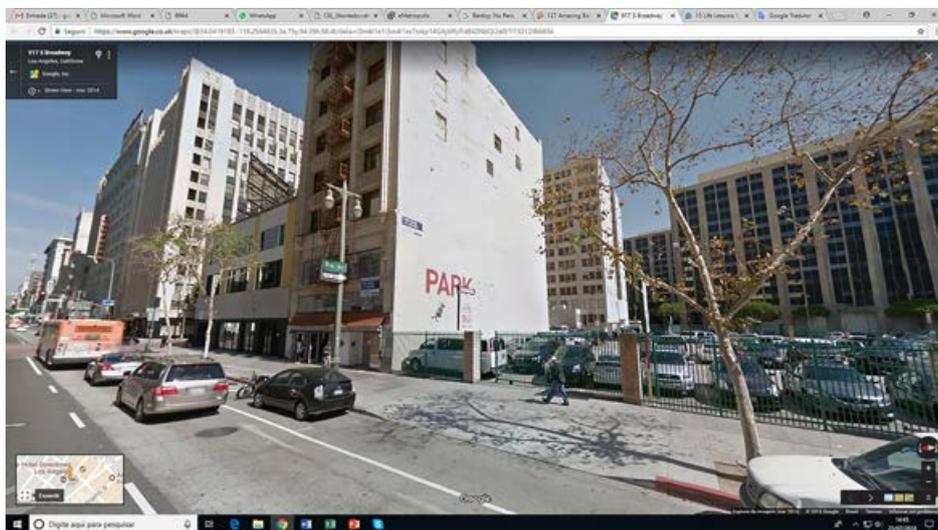


Imagem 1:
Foto do grafite
do artista
Banksy. Los
Angeles, 2010

Imagem 2:
Print do
Google Maps

da terminação *-ing*, o processo de sobreposição dá forma e sentido ao espaço público em uma remissão à memória discursiva, que no jogo entre a palavra “park” e o desenho da menina no balanço faz ecoar a imagem do parquinho. Ainda é possível ver a terminação *-ing*. Ela está lá marcando a existência de outra palavra que delimita aquele espaço. Mas, mais do que isso, sua presença borrada é marca da sobreposição metafórica do espaço privado pelo público que faz com que a cidade resista nesse lugar em face do urbano, ou melhor, diante da sobre-determinação do social pelo urbano, o social emerge.

A imagem de uma prática social se choca com a delimitação econômico-política do espaço público em uma conjuntura na qual o Estado é capturado pelo mercado, como afirma Rolnik (2015). Numa conjuntura na qual, ressalta a autora, a noção de público no modelo das democracias sociais e bem-estar social vai sendo colonizada pela noção de privado, a começar pela ideia de que o espaço público é propriedade privada do Estado, do governo.

Não há como, pela imagem, saber se havia um parque no lugar do estacionamento ou não. Na circulação dessa imagem, até a referência à cidade de Los Angeles se dispersa. Ela poderia estar em qualquer cidade. Todavia, é possível observar que o discurso da imagem produz como efeito a possibilidade de dizer que ali, naquele lugar, poderia haver um parque, que aquele espaço já foi público em algum momento, que poderia ser coletivo. Faz a cidade, em seu sentido público, não ser esquecida, resistir nesse lugar em face do discurso da propriedade privada, capitalizada.

A terceira imagem², cuja regularidade também é a sobreposição, é formulada de modo diferente.

Trata-se de uma foto, em um *outdoor*, que se sobrepõe a outra, como se a primeira fosse em parte rasgada. O que se rasga é o retrato de um homem que é substituído pela fotografia de outro homem.

O *outdoor* estava na rodovia de *La Goulette*, porto de Tunísia, capital da Tunísia. Principal ponto histórico de referência da cidade.

A foto de um jovem negro, anônimo, que sorri aparece sob a fenda da bandeira vermelha da Tunísia substituindo a foto rasgada que é do ditador Ben

Imagem 3: Foto do *Inside Out Project* do artista JR Tunísia, 2011



² Disponível no site: <https://www.jr-art.net/projects/artocracy-in-tunisia>. Acesso em 24 out. 2018.

Ali, deposto em 2011 da presidência da Tunísia, condenado em 2012 à prisão perpétua pela morte de dezenas de tunisianos na manifestação social que o tirou do poder depois de 23 anos. É o marco da Primavera Árabe.

A derrocada de Ben Ali provocada pela manifestação do povo nas ruas é parte das condições de produção da sobreposição da fotografia que compõe o projeto *Inside Out Project*, realizado pelo artista JR, na Tunísia, em 2011. O projeto se deu a partir de um trabalho fotográfico que produziu retratos de mulheres e homens, tunisianos comuns. Esses retratos foram espalhados pela cidade. Fixados em diversos pontos urbanos, paredes de edifícios, muros, prédios, em interiores de arquivos destruídos.

Várias fotografias dos tunisianos foram colocadas exatamente sobre as fotos oficiais do ditador deposto e de símbolo do poder, como a que segue (Imagem 4)³.

A sobreposição no *outdoor* produzida pela substituição da foto do ditador pela fotografia de um tunisiano desconhecido desorganiza o discurso institucional, político rigidamente imposto, rasga o ritual ideológico dominante.

Em vez da imagem do ditador, a imagem do tunisiano. Sobreposição que se dá pela substituição de uma foto por outra. Metáfora do confronto político e da resistência do povo. Pela primeira vez na história no país o povo é que tem a imagem espalhada pela cidade. O discurso político da Tunísia que até então tem como protagonista a figura do ditador é substituído pela cara do povo.

A imagem desorganizadora, neste caso, está investida em um processo metafórico que produz outro sentido para a política do país, um lugar na rua, rompendo com o discurso dominante vigente. Imagem, discurso que desorganiza o discurso da política dominante, e faz do cenário da cidade, da rua, o lugar do social em detrimento da ditadura.

Imagem 4: Foto oficial do ditador Zine El Abidine Ben Ali, exposta em outdoor na cidade de Tunis



Imagem 5: Fotograma do vídeo Inside Out Project. Disponível em: <https://www.jr-art.net/videos/inside-out-project-episode-1-tunisia>. Acesso em 24 out. 2018



Imagem 6: Foto do Inside Out Project do artista JR. Tunísia, 2011



³ Foto disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Banner_of_President_Ben_Ali_in_Kairouan.jpg. Acesso em 24 out. 2018.

O conjunto de imagens⁴ a seguir é parte de um outro trabalho artístico de JR, *Women Are Heroes*, realizado no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, em 2008. Considerada, oficialmente, a primeira favela do Brasil, a população atual do Morro da Providência é de aproximadamente cinco mil habitantes. Está localizada no centro da cidade, atrás da movimentada estação ferroviária Central do Brasil. O Morro da Providência já foi considerada a favela mais violenta do Rio devido aos inúmeros confrontos entre policiais e traficantes do Comando Vermelho. Em 2010, passou a ser a sétima área controlada pela UPP – Unidade de Polícia Pacificadora.

Women Are Heroes resulta do trabalho de fotografar mulheres moradoras do Morro da Providência no momento em que elas contavam suas histórias. As fotos são flagrantes do rosto, seus sentimentos e lembranças. Em preto e branco, as fotografias foram impressas em formato de *stickers* gigantes e adesivadas nas casas, paredes, escadas do Morro da Providência, assim produzindo uma espécie de recobrimento.

Elas não foram para uma galeria de arte, para uma exposição em um museu. Foram espalhadas pela favela, expostas nesse espaço específico da cidade, recobrindo-o em partes. Neste caso, a regularidade da sobreposição é de outra natureza. Há a sobreposição de uma superfície física do espaço por uma imagem.

Essa sobreposição evoca, em *Women Are Heroes*, uma presentificação subjetiva, isto é, a imagem cinza ou marrom já tantas vezes vista e já naturalizada das favelas, que constitui nossa memória visual, é recoberta pelas fotos de rostos de suas moradoras. Recortados, esquecidos pelo discurso já naturalizado sobre as favelas, eles passam a compor significativamente aquele espaço.

No lugar do discurso que trabalha na ordem do repetível histórico sobre o confronto da polícia com traficante, sobre a cidade partida, sobre a falta de infraestrutura urbana etc., essa sobreposição põe em cena a mulher da favela, a partir de olhos imensos, fechados, abertos, atentos,

machucados, distantes. Põe para dentro da história a existência da mulher nesse espaço, a torna visível, fazendo furo na naturalização que a apaga, que apaga a violência sofrida por ela, seja pela morte do filho, pela agressão do marido, pela humilhação da polícia, pelo preconceito da sociedade, pela segregação social. E, ao apagá-la, reduz ainda mais a possibilidade de significar a favela de outro modo. Reduz a possibi-

Imagem 7: Foto do Projeto *Women Are Heroes* do artista JR. Rio de Janeiro, 2008



Imagem 8: Foto do Projeto *Women Are Heroes* do artista JR. Rio de Janeiro, 2008



⁴ Disponível em: <https://www.jr-art.net/projects/women-are-heroes-brazil>. Acesso em 24 out. 2018.

lidade de desnaturalizar a violência e de dar à favela e a suas moradoras a possibilidade de significar fora dos sentidos do discurso sobre ela.

Esse modo de estar na cidade dessas imagens pela via do recobrimento também constitui um discurso sobre a favela, mas diferente daquele que circula no imaginário social, ele dá rosto, gênero, humanidade a ela. Põe o social acima das questões tratadas e/ou geridas no âmbito do urbano, do jurídico, do administrativo.

Essas imagens desorganizam o processo de naturalização da violência, do sofrimento, ao revestir a memória discursiva por outra imagem, atualizando-a. A resistência, neste caso, se dá ao passo que a imagem do rosto da mulher é colada ao corpo da favela, o corpo da cidade e o corpo social atados, metaforizando a existência de uma na outra. Com efeito, longe de reproduzir imagens midiáticas, estereotipadas, essas imagens desestruturam a forma como a moradora da favela é significada, por exemplo, como a menina da laje, a funkeira, a boqueteira.

Na subida da escadaria, no abrir da janela, no trajeto para casa, quem passa é convocado a olhar ao mesmo tempo que parece ser olhado por aquela com a qual se depara nesse percurso, na mirada ou de relance. Advém daí a possibilidade de identificação, de afetação, de deslocamento de sentidos, de ruptura dos efeitos imaginários generalizantes.

O modo de estar, de intervir e se desdobrar no espaço da cidade e, assim formular sentidos, das imagens desorganizadoras constitui um discurso de resistência ao esquecimento, à memória saturada, uma vez que o deslocamento produzido por elas expõe sujeitos e sentidos a um processo de identificação outro na relação com a sociedade.

As imagens desorganizadoras tornam-se, portanto, um poderoso dispositivo de resistência que permite resistir às políticas de esquecimento à medida que elas não deixam esquecer seja os sentidos de público da cidade, seja a cara da democracia, as reais condições de existência do social.



Imagem 9, 10 e 11: Foto do Projeto *Women Are Heroes* do artista JR. Rio de Janeiro, 2008

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Pós: Belo Horizonte**, v. 2, n. 4, p. 204 - 219, nov. 2012.
- MEDEIROS, Caciene Souza de. **Sociedade da imagem: a (re)produção de sentidos da mídia do espetáculo**. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2013.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**, v. 1, n. 1, p. 35-47, 1995.
- _____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999a.
- _____. A desorganização cotidiana. **Escritos**, nº 1. Percursos Sociais e Sentidos na Cidade. Campinas: Labeurb/Unicamp, 1999b. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf> . Acesso 24 out. 2018.
- _____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001a.
- _____. Tralhas e Troços: o flagrante urbano. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.), **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2001b.
- _____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990.
- _____. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. ■

Maria Aparecida
Azevedo Abreu

Política habitacional

como estratégia para um projeto
de desenvolvimento

O livro de Nilce Aravecchia-Botas, professora de História da Arquitetura da FAU-USP, tem como subtítulo aquele que foi seu objeto mais específico: a ação habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Neste aspecto, para aqueles que estudam a história da política habitacional brasileira, ou a atuação em geral do IAPI, o livro é obrigatório. Tal especificidade não impediu, no entanto, que a análise fosse interessante para além daqueles que têm esse objeto de estudo.

Com a competência de um raro olhar interdisciplinar, Aravecchia-Botas, a partir dos trabalhos de referência de Sônia Draibe e de Nabil Bonduki¹,

sofistica a análise da política do IAPI de forma que a própria atuação do Estado brasileiro acaba sendo descortinada em um ângulo incomum: aquele registrado nos próprios documentos oficiais, mas não os documentos de propaganda, e sim os documentos técnicos que indicam os caminhos decisórios relevantes percorridos por quem elaborou a política de habitação. Neste ponto, é necessário destacar que não se trata da análise de uma autoria, mas de uma decomposição de um conjunto de interesses, às vezes convergentes, outras vezes conflitantes, manifestados pelos atores que os representavam, intencionalmente ou não.

É preciso destacar que o livro de Nilce se torna referência relevante também para a própria metodologia dos estudos de políticas estatais, na medida em que procura abordar a agência

industrialização no Brasil (1930-1960). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

**Maria Aparecida
Azevedo Abreu**

*é doutora em Ciência Política pela
Universidade de São Paulo e professora
no GPDES/IPPUR.*

mazabreu75@gmail.com

¹ BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998; e DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses – Estado e*

estatal em sua forma multifacetada, destituída de qualquer intenção unívoca facilmente identificável, levando em consideração a atuação de diversos profissionais: engenheiros, arquitetos, economistas e a burocracia política, de um modo geral. Nos nossos estudos históricos, normalmente é dada ênfase às burocracias de alto escalão ou àquelas mais diretamente responsáveis pela elaboração de normas – o que faz com que sejam privilegiadas carreiras jurídicas. Neste livro, diferentemente, a autora investiga a atuação de engenheiros, arquitetos, gestores financeiros e situa nos resultados dessa investigação uma justificativa importante da eficiência da política analisada. Com isso, o caráter coletivo da política pública não se constitui apenas como um pressuposto óbvio para a sua análise, mas o ponto de partida para a sua própria estruturação. Vejamos como isto é operado, no livro.

Em primeiro lugar, a autora parte de um estudo sólido da literatura mais relevante do período, apropriando-se do conhecimento já assentado a respeito da constituição do Estado brasileiro e da política de industrialização que a ele está associada, desde o preâmbulo político que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930. Neste ponto, as contribuições dadas por Sônia Draibe permitiram que Aravecchia-Botas pudesse fazer perguntas mais sofisticadas em relação à política do IAPI: sim, sabe-se que o Estado brasileiro deve sua “ossatura” – para utilizar o termo fartamente utilizado por Draibe – ao que foi erigido pelo governo Getúlio Vargas, no período e 1930-1945, mas o que tornou possível que a política habitacional se tornasse eficaz e, uma vez isto admitido, em que exatamente se constituiu essa eficácia?

Estabelecida essa dupla pergunta, o empreendimento se constituiu, então, em investigar como se deu, em seu detalhe, a formulação daquela política pública. Nesse propósito, a autora lança mão de várias competências: a análise minuciosa de documentos históricos, com perspicácia na seleção dos achados relevantes; o conhecimento a respeito dos aspectos técnicos de um empreendimento habitacional, tanto do ponto de vista da Engenharia e da Arquitetura quanto do Urbanismo; uma capacidade de relacionar as decisões necessárias no âmbito da política com o estágio mais amplo do capitalismo brasileiro; e, por fim, um interesse genuíno, sem preconceitos, nem discursos apologeticos, por investigar como o Estado realmente funciona.

Sua investigação, portanto, destinou-se, acima de tudo, a identificar quais os atores que acabaram por estruturar o complexo processo decisório que levou a cabo a política habitacional do IAPI. Buscando responder à pergunta estabelecida, sua análise é empreendida por meio do seguinte roteiro.

OS PRIMÓDIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Os anos 1930 foram fundantes para a previdência social do Brasil, ao estabelecer direitos para os trabalhadores e, também, viabilizar a existência de fundos públicos permanentes que, com a escala e a capacidade de investimento do Estado, serviriam de fontes de recursos para promoção de políticas sociais redistributivas. Essa capacidade, construída em um momento em que o Brasil também passava por um processo de urbanização, fez com que políticas urbanas se colocassem como prioridade da agenda governamental e estatal naquele período. Dentre estas políticas, pode-se dizer que a habitação ocupou uma evidente posição estratégica, na medida em que permitiria fixar o trabalhador nas regiões urbanas e comprometendo o seu próprio salário com a produção de uma habitação de qualidade razoável. Garantia-se, assim, ao menos parcialmente a dignidade de diversos setores dos trabalhadores brasileiros.

Nesta empreitada, o papel dos profissionais liberais foi proeminente, mas não somente o dos bacharéis de direito, já destacado no século XIX, mas principalmente o dos engenheiros, que seriam, junto com os arquitetos, responsáveis pelo padrão da habitação a ser produzida; e, junto com os agentes diretos das despesas públicas, responsáveis pela formulação da política de financiamento dessa habitação.

Mobilizar os recursos obtidos a partir da constituição de um fundo de previdência requeria, portanto, a interseção de diversas capacidades institucionais do setor público: a de promover uma política habitacional com um padrão técnico e estético que fosse durável; uma política de financiamento que fosse consistente em longo prazo – o que demandava um saber a respeito de quais modalidades de financiamento seriam não somente as mais rentáveis ou mais justas, mas as mais sustentáveis ao longo do tempo; a responsabilidade de que essa política, caso não fosse bem sucedida, não inviabilizasse o acerto de outras políticas futuras.

A RACIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E A ASCENSÃO DOS TÉCNICOS

A literatura a respeito do governo Vargas de 1930-1945 consolidou o diagnóstico de que ali se operou uma estruturação da administração pública brasileira, que buscou instaurar nas estruturas nacionais algo que já acontecia em outros Estados pelo mundo, ou neles até mesmo se intensificava. O fortalecimento

do Estado, ocorrido em vários países, naquele mesmo período, trouxe para o Brasil a valorização dos técnicos. Isto ocorreu em todos os campos da administração e, no que tange à administração dos fundos de aposentadoria, permitiu que o país tivesse uma capacidade de investimento até então desconhecida. Uma vez viabilizada a gestão planejada dos fundos públicos, tornou-se possível a formulação de uma política habitacional em escala nacional e com um padrão urbanístico que permitia, além de iniciar um processo, ainda que tímido, de democratização do acesso à habitação, também criar uma identidade para a própria arquitetura nacional, que passou a ser referência não somente para a produção doméstica posterior, mas também no cenário internacional.

Aqui, encontramos o ponto mais alto do livro, pois é onde a autora lança mão de toda a pesquisa coordenada por Nabil Bonduki – Pioneiros da Habitação Social no Brasil, da qual Aravecchia-Botas participou, analisando detalhadamente alguns empreendimentos realizados com os recursos do IAPI² – e desce à minúcia da importância dos quadros técnicos, destacadamente Carlos Frederico Ferreira, “o arquiteto do IAPI”.

A acurácia analítica tanto do ponto de vista documental quanto da consideração a respeito dos diversos aspectos envolvidos em uma política inédita e desse porte, dá ao livro o atributo positivo de acrescentar ao debate da formação da identidade nacional elementos novos e bastante precisos, aprofundando o conhecimento acumulado sobre o empreendimento da criação do Estado no Brasil.

Neste aspecto, a Arquitetura é um campo privilegiado até mesmo para inspirar a análise de outros

segmentos da política nacional, pois nela a passagem do modelo, do projeto isolado, para a produção em escala é evidenciada e depende de decisões e escolhas políticas muito explícitas a respeito de qual o modelo seria adotado de forma seriada. E a análise da autora é também politicamente sofisticada para compreender e ressaltar que a convergência entre os propósitos políticos do governo e a ousadia técnica existente no campo da arquitetura, naquele momento, foi crucial para o êxito da produção do IAPI.

Com isto, Nilce Aravecchia-Botas evidencia que uma política pública de escala nacional exitosa depende de uma convergência entre as decisões do campo político com as escolhas técnicas, e até mesmo estéticas daquilo que se pretende apresentar como produto nacional, tanto na escala quanto na identidade que propicia para todo o território nacional. Uma política pública bem-sucedida, como bem aponta autora, é resultado de muito esforço coletivo, competência e coragem decisória.

Estado, arquitetura e desenvolvimento, de Nilce Aravecchia-Botas, é um livro que nos faz conhecer melhor tanto a formação do Estado brasileiro, quanto o processo de formulação de uma política pública que demanda planejamento territorial e de investimentos. Sendo resultado de uma análise interdisciplinar feita com argúcia política e rigor histórico, o livro é de leitura proveitosa para todas as áreas relacionadas à política de provisão de habitação. ■

Obra resenhada

RAVECCHIA-BOTTAS, Nilce. *Estado, Arquitetura E Desenvolvimento: A Ação Habitacional do IAPI*. Editora Unifesp, 2016. 259p.

² BONDUKI, Nabil e KOURY, Ana Paula (orgs.). *Os pioneiros da habitação social*. São Paulo: Edunesco/Sesc, 2014.



especial

Julia Sant'Anna G. de Rezende
Lise Bastos

Desvios, sinais, percursos e atravessamentos

uma experiência no transporte coletivo carioca

Dariamente, sou eu a personagem – no meio de tantas outras – descrita por Lefebvre. Me desloco entre a casa, o trabalho, os pontos de ônibus, terminais, estações e as demais atribuições da vida. Faço e refaço percursos quase sempre no interior de veículos lotados e precarizados. Para encontrar formas de agenciar e reinventar o conjunto das circunstâncias entranhadas na experiência de ir e vir, desviar do cansaço físico e mental ou simplesmente passar o tempo entre esperas e engarrafamentos: observo, escrevo, rabisco. A prática vem da adolescência, quando passei a me locomover sozinha e percebi que era possível escrever e desenhar em movimento. Com o tempo, fui desenvolvendo um olhar etnográfico atento à experiência urbana, à dimensão do território usado e vivido, aos corpos, seus lugares, histórias e temporalidades. Hoje, é em um lugar de transição entre o ser usuária-passageira e o ser urbanista

–pesquisadora – onde observo e sou observada – que escrevo. Registro versões e perspectivas de cenas cotidianas que falam sobre os acasos e encontros, afetos e atritos, mas, sobretudo, falam sobre os fenômenos urbanos. Este texto é uma compilação de oito fragmentos de cenas urbanas capturados, entre janeiro e maio de 2018, em diferentes transportes coletivos cariocas. Foram selecionados pela maneira como me atravessaram e ainda atravessam. São cenas escritas na velocidade e na voz da rua e, se lidas com cuidado, desvelam múltiplas facetas da cidade do Rio de Janeiro. Apropriado para ler em trânsito.

“Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte.”

Henri Lefebvre em O direito à cidade.

ônibus 006 // Silvestre - Castelo

Entre pessoas sem rosto, uma menina tenta fechar a tampa de um bueiro. O sinal fecha, percebo que não tem mais que doze anos. Os cabelos molhados escorrem enquanto ela se abaixa para forçar um pedaço de madeira contra a tampa do bueiro. A cena é de intimidade. Há um semblante de frescor no meio do cenário derretido pelo calor da cidade. A tampa não se mexe, a menina parece fazer força. As gotas frescas se misturam com gotas quentes. Depois de algum esforço: o estrondo da tampa. Fechou. Sorriu. A janela enquadra o lado de dentro e o de fora. A menina também sorri e faz um sinal de positivo para mim. Faço o mesmo enquanto a vejo caminhar pela avenida Chile e parar embaixo da passarela perto do prédio da Petrobras. Outras mulheres estão ali. Há roupas estendidas em um varal improvisado. Abre o sinal. O ônibus passa, a janela nos enquadra novamente e nos saudamos.

metrô // Uruguaí - General Osório

A mãe segurava a neném no colo enquanto tentava ajustar um isopor grande na lateral do seu corpo. Os outros três iam na frente comendo milho e carregando mochilas maiores que seus corpos. Havia um burburinho entre eles, olhavam para todos os lados e faziam comentários baixinhos. Os olhos arregalaram quando viram a escada rolante. “Anda, minha gente, desce logo a escada” – bradou a mãe. Os pezinhos travaram. De mãos dadas, um tentava apoiar o outro, parecia muito difícil acompanhar o ritmo dos degraus. Um homem desconhecido se prontificou a ajudar e levantou um por um, posicionando cada pequeno em um degrau. As mãos dos três sempre dadas, eram cúmplices e aos poucos foram se divertindo com a descida automática. Passada a aventura, enquanto a mãe agradecia o sujeito, os três se abraçavam: “sem você, eu não ia conseguir, irmão.”

ônibus 740 D // Charitas - Copacabana**metrô // Pavuna - Botafogo**

Dois homens entraram com uma sanfona e um triângulo no vagão e perguntaram se o público-passageiro gostaria de escutar um pouco de Luiz Gonzaga. O show começou: “Asa branca”. Com um misto de timidez e confiança, um rapaz tirou uma moça para dançar. Ela pensou duas vezes. O forró seguiu animado. Por fim, a moça aceitou e, mesmo com o vagão lotado, dançaram da Carioca até o Catete, pararam com a interdição dos seguranças do metrô.

metrô // estação Glória**ônibus 433 // Vila Isabel - Prado Júnior**

Os corpos espremidos não permitem que o ar circule pelo ônibus. Na altura do Belmonte, cinco meninos fazem sinal para o ônibus parar. Os corpos espremidos, antes anestesiados, agora se movimentam desconfortáveis. Todos olham as janelas. “Ele vai parar ou não vai parar?” Parou. Se escuta: “ô motô, libera a entrada aí por trás. Tá mó solzão, tamo querendo ir pra praia.” Silêncio. Um grito: “não dá mole pra pivete, não, motorista. Tem que pagar passagem pra entrar!” O motorista responde: “no meu turno, sempre cabe mais um. E dia de praia não se nega a ninguém.” Abre a porta detrás.

barca // Paquetá - Praça XV

Um senhor se debruça para pegar ar fresco, uma mulher descasca tangerinas, um homem segura uma criança para que ela veja a barca passando embaixo da ponte Rio-Niterói, um grupo de colombianos toca cúmbia, um casal parece discutir, uma família conta piadas em voz alta, um jovem lê com os pés para cima do banco, o senhor que vende bebidas está, a senhora que vende colares também, três crianças reclamam do cheiro da tangerina, duas mulheres dançam ao som da cúmbia, um grupo de estudantes coloca todas as mochilas entulhadas em um dos bancos, o rapaz passa o chapéu, algumas pessoas dormem, outras tantas mexem no celular, mas da janela da barca velha ainda é possível ver o mar.

metrô // estação Uruguai



frescão // ponte Rio-Niterói



VLT // Rodoviária - Cinelândia

O veículo leve sobre trilhos está entediado com dez ou vinte gatos pingados sentados, seus cartões estão devidamente validados. A voz feminina avisa a próxima parada: estação Utopia. Ninguém imaginaria a entrada entusiasmada de vinte e duas crianças acompanhadas de um adolescente. Entre muita cantoria e gritaria, uns correm, outros se penduram nas barras e saltam entre os bancos. Cinco minutos de euforia até a próxima estação. Desceram todos antes do pedido de validação dos cartões. Prosseguiram apostando corrida com o transporte. Uma parada na utopia e nada mais foi o mesmo.

BRT transcarioca // Vicente de Carvalho - Penha

Um adolescente espera o BRT passar quando é abordado por outro rapaz. O primeiro tenta não discutir, o segundo está muito exaltado. Pela lateral da estação, outros seis adolescentes sobem na plataforma e se juntam ao segundo. Ânimos alterados, as vozes altas revelam disputas territoriais, grupos rivais. O primeiro adolescente nega tudo, diz que o estão confundindo com alguém. O BRT chega, ele entra, os outros vão atrás. Dentro do transporte, mais tensões. Outros passageiros começam a intervir na briga, até que duas viaturas de polícia passam ao lado do veículo, uma atravessa a pista e manda o motorista parar. Sobem dois policiais com metralhadoras e outros três ficam de escolta na porta. Levam os oito meninos. O BRT segue como se nada tivesse acontecido.

metrô // Pavuna - Botafogo



ônibus 570-D // Glória - Santa Rosa

sem ônibus // Vila Isabel - Marechal
Hermes

São quase 22h, em Vila Isabel, o ponto está cheio. Já são duas horas de espera para os ônibus que vão para Jacarepaguá, Marechal Hermes e Penha. As pessoas conversam sobre a crise, alguns apoiam a greve dos caminhoneiros, outros a acusam de ser dos patrões. Entre dissensos e consensos, corpos cansados. O tempo de demora dos transportes foi proporcional à quantidade de acenos insistindo pela parada. Do outro lado da rua, algumas pessoas ainda reforçavam: “tá vindo! Faz sinal para esse ônibus! Pede pra parar!” Não parou, passou lotado. ■

As fotografias resultam da correspondência entre as autoras. A partir da leitura e apropriação do texto escrito por Julia, Lise com sua câmera percorreu as palavras e a cidade em busca de imagens que capturassem seu próprio convívio com o transporte.

Julia Sant'Anna G. de Rezende é arquiteta urbanista pela FAU/UFRJ e pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano pelo IPPUR/UFRJ. Coautora do livro Zonzo: investigadores urbanos.
jsg.rezende@gmail.com

Lise Bastos é bacharel em contrabaixo pela UNIRIO, corpo da Orquestra Sinfônica Nacional e mestre em narrativas cinematográficas pela Politécnic de Lisboa.
lisebastos@gmail.com

Renato Tamaoki

Natureza urbana

Este ensaio dá sequência a meu trabalho de prática e reflexão artística por meio da fotografia digital, que aborda questões técnicas e poéticas relativas especificamente à montagem e à narrativa gráfica por meio do gênero da fotografia de rua.

Natureza urbana fala da *minha* cidade, cuja materialização fotográfica deriva diretamente de minha percepção sensorial e vivência pedestre do espaço público urbano. Ao dizer *minha*, me refiro diretamente ao que vivo na parte central da cidade de São Carlos-SP, por onde cotidianamente caminho e fotografo há alguns anos.

Dessa minha percepção ambiental da cidade deriva um argumento ficcional que me permite olhar o ambiente urbano a partir de uma **noção fisiológica** de sua materialidade. De tal modo, olho e fotografo a cidade como se ela fosse um corpo biológico, heterogêneo, pulsante e persistente. Passeio por ela e ali identifico a manifestação dos suores, escarros, varizes,

erupções e outras pistas de um corpo sujeito à ação do tempo, impregnado de sintomas que condicionam sua própria aparência a uma incontável sorte de formas e tonalidades. Nessa minha cidade viva, o persistente embate entre artifício e natureza nunca foi tão potente, configurando uma paisagem urbana que exala calma, um senso de permanente espera e uma latência funcional na materialidade das coisas.

Mobilizo nesta investigação a expressão da ideia de **urbanidade**, conceito que tomo emprestado do universo da Arquitetura e do Urbanismo. Por meio desse conceito, infiltro e expresso meus próprios olhares sobre a cidade. Para o contexto deste trabalho, a urbanidade é efeito de uma disputa franca e livre de sentidos de mundo entre um conjunto de indivíduos; é o choque permanente de visões distintas e particulares de mundo, que definem, a partir desse embate, a existência de um espaço múltiplo em significados e interpretações. ■

Renato Tamaoki

é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (IAU-USP) e trabalha como fotógrafo e artista visual.

tamaoki.r@gmail.com





Com Luís Filipe
Gonçalves Mendes

Gentrificação e turistificação em Lisboa

da financeirização das políticas urbanas à luta urbana

Alfama, Lisboa, 2018. De longe é possível escutar o ruído das malas que se arrastam pela rua dos Remédios, assim como a conversa em alemão daqueles que buscam pelas ruelas o alojamento que servirá de morada provisória durante sua estadia. Antes deles, turistas italianos haviam passado a bordo de um *tuk-tuk* e um grupo de espanhóis percorria o bairro na companhia de um guia. Se antes a invasão de turistas era sentida apenas no período das férias de verão europeias, hoje a multidão de visitantes faz parte do cotidiano do tradicional bairro lisboeta, que se transforma para recebê-los. Os antigos casarios foram reformados e adaptados para o alojamento turístico, as tradicionais tascas passaram a apresentar o menu em diversos idiomas, os mercadinhos locais começaram a aceitar cartão de crédito de bandeira internacional e as lojinhas de *souvenir* se multiplicaram.

Só no ano de 2017, Lisboa recebeu mais de 4,5 milhões de turistas,

feito que foi comemorado pelos investimentos que atraiu, pelos empregos que gerou e pelas oportunidades de negócio que promoveu. Nem todos, no entanto, parecem estar satisfeitos com a situação. Entre os descontentes, se destacam aqueles que, depois de décadas morando e trabalhando nos bairros históricos e centrais, se veem obrigado a entregar suas casas e seus negócios para os turistas e investidores estrangeiros. A insatisfação é percebida nas conversas cotidianas, nas palavras de ordem grafadas nos muros – “*Stop Despejo*” e “*Tourist go Home*” – e nas denúncias da população autóctone veiculadas nos meios de comunicação.

Para conversarmos sobre o fenômeno que assola diversas capitais turísticas do mundo, o pesquisador Luís Felipe Gonçalves Mendes do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa nos recebeu no seu gabinete no dia 20 de julho de 2018. Com uma larga experiência em pesquisas sobre gentrificação, regenera-

Luís Mendes

Licenciado em Geografia e mestre em Estudos Urbanos pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Luís Mendes atuou como Assistente Convidado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (2005/2006), na Escola Superior de Educação de Lisboa (2010/ atual) e no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL) (2012/ atual). Desde 2003, exerce funções de investigador permanente no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG/UL) do IGOT-UL, onde tem desenvolvido investigação nos domínios dos Estudos Urbanos (nomeadamente na gentrificação, regeneração urbana e turistificação), da Didática da Geografia e das Metodologias do Ensino e Aprendizagem da Geografia. É autor de artigos, comunicações, capítulos de livros, pareceres e relatórios técnicos. Em 2005, teve a qualidade de seu trabalho reconhecida pela Associação Portuguesa de Geógrafos com a entrega do Prémio Amílcar Patrício.

luis.mendes@campus.ul.pt

ção urbana e turistificação e uma ativa participação em movimentos sociais que lutam pelo direito à habitação e à cidade, o geógrafo apresenta ao público brasileiro uma análise rigorosa sobre as dinâmicas do capitalismo global, os efeitos locais da gentrificação turística e as possibilidades de luta e de resistência. As ilustrações, por sua vez, foram cedidas por coletivos atuantes na cidade – Habita, Morar em Lisboa, *Stop Despejo* e Lisboa *Does Not Love* – ou capturadas pelo entrevistador.

EIXO 1: A CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA, A VIRADA NEOLIBERAL E A FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS

H - Os primeiros sintomas da crise do Estado providência português foram sentidos já nas décadas de 1980 e 1990. Com a crise do capitalismo financeiro de 2008-2009, renovados ataques foram lançados com o Plano Troika [acordo firmado em 2011 entre o Estado português e o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, como condição necessária para o empréstimo de oito bilhões de euros]. Apesar disso, Portugal é celebrado internacionalmente como um dos países que conseguiu construir uma saída alternativa para a crise, aliando crescimento econômico e bem-estar social. Como o pesquisador interpreta essa leitura otimista, sobretudo quando pensamos a produção de políticas urbanas?

L - Sempre com o olhar crítico. A crise do Estado providência que se iniciou nos anos 1980 e 1990 e se prolongou para o século XXI já não é a mesma crise que temos no pós-crise capitalista dos anos de 2008-2009, que chamo de período da austeridade. E isso marca também, de uma forma estrutural, a produção das políticas urbanas. Se olharmos os pacotes de legislação de reabilitação urbana até o início do século XXI, por exemplo, percebemos que eles protegem o inquilinato e o bem-estar social das populações, mantendo as pessoas nos bairros. Quando se olha para a evolução dessas políticas, sobretudo a partir de um decreto de 2004¹, que institucionaliza a criação das

sociedades de reabilitação urbana, temos o ponto de inflexão neoliberal. É nesse momento que temos uma verdadeira abertura ao mercado de habitação, com uma visão de competitividade e pró-mercado, com uma maior promiscuidade na relação entre o Estado e o mercado e com a criação de parcerias público-privadas.

Já não se tem só uma crise do Estado providência, mas a mobilização do Estado capitalista de uma forma estratégica para garantir um intervencionismo seletivo que apoia os mecanismos do próprio mercado. É um engodo, uma armadilha, se referir às ofensivas neoliberais como um recuo do Estado. Na verdade, o que a ofensiva neoliberal produz é a penetração, desde o nível das estruturas até o da vida cotidiana, do argumentário da competitividade, do empreendedorismo e da cidadania participativa numa lógica produtivista não emancipatória.

Relativamente ao que você me pergunta, o crescimento está se fazendo à custa de setores que podem assumir um crescimento excessivo com características predatórias, especulativas. É positivo a atração de investimento para a reabilitação do parque imobiliário, a dinamização do mercado de arrendamento e o incentivo do turismo, mas é importante perceber que se fizermos sem regulação haverá consequências sociais, que atingem a população sobretudo mais vulnerável.

H - Você tocou num ponto central, que é a virada neoliberal que atinge o mercado de habitação e uso do solo urbano. Se desde a década de 1970 a legislação portuguesa era marcada pelo forte controle do mercado de arrendamento e preocupação social nas políticas de reabilitação social, o século XX fica conhecido pelas medidas que contribuíram para a sua desregulamentação e financeirização. Você poderia falar um pouco mais sobre essa tendência?

L - Há uma mudança. Pode-se dizer que, nos fins da década de 1990, tínhamos as raízes do urbanismo neoliberal, sobretudo quando pensamos na ideia de democratização da aquisição da casa própria, que, debaixo do chapéu do direito humano, promove a multiplicação de proprietários privados da terra. Aqui é interessante pensar como que neoliberalismo faz uso

nas Históricas e de Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística, foi criado com o objetivo de estimular a requalificação de edifícios nos centros históricos via atração de capitais privados, permitindo a formação de um verdadeiro mercado nacional de reabilitação.

¹ O decreto-lei nº 104, de 7 de maio de 2004, por meio do Regime Jurídico Excepcional de Reabilitação Urbana de Zo-

da noção de direito humano e urbano para fazer valer os seus interesses, destruindo e desmembrando de forma estratégica e inteligente as lutas coletivas e engajando o trabalhador com a lógica financeirizada. Esse tipo de urbanismo da década de 1990, no entanto, respeitava o direito à habitação, o despejo era proibido e as rendas eram atualizadas levando em conta a inflação.

Eu acredito que temos a partir de 2004 e, de forma ainda mais evidente, com o Novo Regime de Arrendamento Urbano de 2012², uma virada neoliberal, com o desprezo total pelos direitos sociais e urbanos e com a própria soberania nacional. Estamos falando de uma norma transnacional que não passa pelo sufrágio da população portuguesa e que acaba por produzir um urbanismo austeritário, como diria o Jamie Peck. Ou seja, um urbanismo que não tem qualquer respeito pelo direito à habitação, mas é profundamente inteligente geograficamente ao fazer uso de uma política de escala que permite agarrar e reproduzir os interesses globais do grande capitalismo globalizado. Ele consegue engajar as autarquias municipais em lógicas de atração de investimento estrangeiro. O que nós temos como resultado dessa base gestonária da administração urbana é um conceito de direito à habitação totalmente esvaziado de qualquer conteúdo social ou cívico, se transformando em um mero ativo financeiro.

H - Para pensarmos nesse reescalamento e na transformação da habitação em ativo financeiro, duas políticas nacionais são essenciais: o *Golden Visa*³ e autorização para residentes não habituais⁴. São políticas que respondem ao interesse nacional de atração de investimentos estrangeiros e que têm efeito na dinâmica local do mercado de habitação.

L – Exatamente, esse é o melhor exemplo. São dois programas fiscais cujo objetivo é dinamizar as finan-

2 Aprovado em 2012, o Novo Regime de Arrendamento Urbano introduziu medidas destinadas a desbloquear e dinamizar o mercado de arrendamento, impondo mecanismos agressivos de atualização das rendas e facilitando os processos de despejo.

3 Implementado em 2012, o programa *Golden Visa* permite que investidores estrangeiros não integrantes da União Europeia obtenham uma autorização de residência no país por meio de investimentos imobiliários.

4 Em vigor desde 2009, o regime fiscal para residentes não habituais atribui uma série de vantagens tributárias aos profissionais não residentes que solicitam residência fiscal no país.

ças por meio do setor imobiliário, contribuindo com a financeirização da habitação e o próprio reescalamento. Eu queria recordar que quase todos os países da economia europeia têm esse tipo de programa, a grande diferença é que os nossos são os mais abertos e flexíveis do continente. A própria Comissão Europeia tem começado a prestar atenção no caso português, porque isso fere princípios concorrenciais entre países.

Eu também não posso deixar de falar que, com exceção de Atenas, a Lisboa de quatro anos atrás era a cidade europeia com maior número de edifícios devolutos e em avançado estado de degradação e conservação. Situação que mudou drasticamente com esses programas, que foram efetivamente positivos na reabilitação do patrimônio, coisa que o Estado sozinho não teria capacidade de fazer, mas, por outro, geraram distorções estruturantes no mercado de habitação. Quando temos casas valorizando 40% ou 50% num prazo de dois anos, isso coloca problemas de acesso a população portuguesa. O próprio ambiente construído da cidade de Lisboa torna-se vantajoso e estratégico para o investimento global, fazendo com que se descole de sua base local e nacional para se tornar um nó do espaço rede global. Lisboa não está competindo com nenhuma outra cidade do território nacional, mas com outras capitais do mundo.

Ao meu ver, mais do que o turismo, os programas fiscais de atração de investimento, a nova lei das rendas, as isenções fiscais aos fundos de bens imobiliários e o tremendo *rent gap*⁵ que temos na cidade são as causas estruturais do que está a acontecer. Ou seja, desalojamentos diretos e indiretos, expulsando e impedindo que determinada classe acesse o mercado de habitação.

H - No Brasil, a ruptura democrática e ascensão ao poder de um governo menos ambíguo em relação a seu alinhamento com o capital financeiro produziram mudanças legislativas decisivas para um aprofundamento da lógica financeira nas cidades. O que diversos investigadores interpretam não como uma descontinuidade, mas como a radicalização de um processo já em vigor no

5 O princípio do *rent gap* – exploração da mais-valia resultante da diferença entre a renda capitalizada real e a renda potencial – nos bairros centrais da cidade foi largamente estudado por Neil Smith, que entende que o fenômeno é inerente à lógica de reprodução do capital, que faz uso da desvalorização periódica do espaço construído para garantir um permanente fluxo de investimento e valorização do capital.

governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Em Portugal, que desde 2015 é liderado por uma aliança entre partidos de esquerda, esse processo tende a se inverter. Como o pesquisador percebe a relação de governos de esquerda com a lógica neoliberal de construção das cidades?

L – Quando olhamos para os pacotes que estão na base desse urbanismo austeritário, vemos que eles tiveram origem no governo de direita anterior, que esteve subjugado aos interesses de intervenção externa da Troika. O que está acontecendo agora é que os impactos econômicos começaram a se verificar na primeira metade da legislatura atual que une Partido Socialista, Partido Comunista e Bloco de Esquerda, formando uma maioria de esquerda no parlamento. Grupo político que precisa enfrentar o imperativo social de regular o que está a acontecer e mitigar os efeitos sociais nefastos que essa ofensiva neoliberal, criada no governo anterior, está a trazer.

Essa regulação, no entanto, parece estar mais presente no discurso que na prática e essa é a sua principal contradição. Se bem que, nas últimas semanas, assistimos a iniciativas bastante radicais, como a moratória contra os despejos para pessoas com mais de 65 anos e com quinze anos de contrato de arrendamento. Outra coisa que está sendo discutida é a possibilidade da requisição civil por parte dos municípios dos edifícios privados que estejam devolutos. Ou seja, o município se apropriaria de propriedade privada para colocar à disposição da população local e fazer cumprir a função social da propriedade. Ora, isso é bastante radical na luta pelo direito à habitação em Portugal, já sendo algum tipo de conquista no campo da regulação.

EIXO 2: O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DO TURISMO E SEUS IMPACTOS

H - Pensando na centralidade que as atividades turísticas passaram a ocupar nos discursos sobre o desenvolvimento e dinamização da economia nacional e local, Lisboa é certamente um dos melhores exemplos no país de uso do seu patrimônio edificado para aquecer o mercado imobiliário e, com isso, atrair negócios e investidores ligados ao setor do turismo. Que fatores e medidas tornaram essa cidade tão

atraente para esse tipo de investimento?

L – Superficialmente, eu diria que essa atração tem que ver com as condições climáticas, sociais e culturais que a cidade projeta internacionalmente para o turista, o futuro residente e o investidor. Tem o patrimônio, a culinária, o baixo poder de compra local e uma excelente rede de transportes e de comunicação. Além da divulgação de plataformas *peer-to-peer* – como o Airbnb e o Booking.com –, que permitem a eliminação da intermediação da agência turística, a proliferação de companhias aéreas *low cost* e as campanhas publicitárias da cidade.

Mas esses fatores, no meu ponto de vista, são superficiais. Os verdadeiros fatores são aqueles que já falamos: a nova lei das rendas, a ação dos fundos imobiliários, a capitação de investimento estrangeiro por meio de um pacote fiscal e do *rent gap* fenomenal que o parque imobiliário do centro da cidade oferece.

H - Pensando agora nos impactos da atividade turística na cidade, para caracterizar seus efeitos, você tem mobilizado o conceito de gentrificação turísticas. O que há de novo nesse processo, quando comparado com o já largamente estudado fenômeno da gentrificação no setor residencial?

L – A gentrificação tem conhecido uma evolução ao longo do tempo. Em Lisboa tínhamos o que eu designo como gentrificação marginal, um processo pontual, fragmentado e de escala local, em que os *gentrifiers* conviviam com a população dos bairros tradicionais. Havia uma substituição social no território, que eu identifiquei nos meus primeiros trabalhos ainda na licenciatura, mas muito menos intensa. Hoje se tem uma gentrificação mais agressiva, uma supergentrificação, que assume não só as características de uma agressiva substituição de uma população mais pobre por uma classe mais rica, mas responde aos interesses mais altos do capitalismo financeirizado. Os agentes e os atores que são protagonistas dessa gentrificação são em todo diferente daqueles que tínhamos na gentrificação marginal.

Também se fala de uma turistificação, que não é só a expansão do turismo, mas o fenômeno do domínio hegemônico do turismo na economia e na sociedade de um determinado território, ao ponto de criar uma economia monofuncional. E isso representa um risco para a resiliência dos bairros históricos e de suas comunidades. Não falo apenas da resiliência econômica, mas social, no sentido de não apenas manter-

mos as comunidades vivas, mas também a sua identidade, a sua memória e as suas tradições. É claro que não podemos deixar de considerar que a cidade não é estática, mas dinâmica, no entanto, não podemos naturalizá-la, entendendo tais dinâmicas como expressão do capitalismo financeirizado que responde ao modo de produção econômico dominante.

Mas vamos ao que perguntaste. Percebeu-se que a gentrificação e o turismo estavam associados na realidade empírica, mas teoricamente andavam divorciados. O conceito gentrificação turística, cunhado pelo Kevin Gotham, designa exatamente isto, uma retroalimentação entre os dois fenômenos: a transformação dos bairros populares e históricos do centro da cidade em locais de consumo e turismo, pela expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico/arrendamento de curta duração que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente, arrendamento em longo prazo e o comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial. Os bairros são esvaziados da sua população original ou impede-se a população de baixo estatuto socioeconômico de aceder à habitação nessas áreas, colocando em risco a sustentabilidade social do centro histórico, à medida que parecem perder o tecido social e econômico que lhe conferia identidade, memória.

Se quiser, posso falar dos impactos mais diretos da gentrificação turística...

H - Sim, por favor...

L – Além dos impactos já mencionados, como os despejos e a substituição do comércio local de proximidade, temos efeitos na produção massificada de resíduos, que a nossa estrutura de recolha não está adaptada. Há também o aumento da poluição sonora, saturação da rede de transporte e a quebra dos ritmos locais, que afetam a qualidade de vida dos bairros. O que fica evidente em manifestações de cansaço, desilusão e saturação da população local, observável nas conversas cotidianas ou nas mensagens contra a atividade turística massificada escritas nos muros desses bairros.

H - Sob a designação de “economia colaborativa”, as plataformas on-line de aluguel temporário de quarto e de apartamento - Airbnb, Windu, Homeaway etc.- se apresentam como alternativa ao alto custo da moradia nos centros urbanos e a perda do poder

aquisitivo de seus moradores, já que estes poderiam aumentar seus rendimentos alugando temporariamente seus imóveis ou parte deles. No entanto, estudos recentes vêm apontando os efeitos gentrificadores desse tipo de atividade, como que você percebe esse fenômeno e as possibilidades de enfrentamento?

L – As plataformas do tipo *peer-to-peer* são bem representativas do conflito e da dialética entre a localização e a globalização na indústria turística. O turismo é uma força global, mas sempre precisa de recursos locais. O Airbnb surgiu com a ideia de uma economia de partilha, que, efetivamente, permitiu que muitas famílias portuguesas conseguissem resistir à crise com o rendimento do aluguel. O problema é a ausência do proprietário nos imóveis, que se torna um operador do alojamento local numa espécie de microcapitalismo rentista.

Ao meu ver, as plataformas, do ponto de vista do tecido social e cultural, têm uma influência muito grande. Isso é um convite para que o proprietário explore sua habitação no sentido de uma atividade que é predatória e especulativa, já que desvia a oferta da habitação de longa duração para o alojamento turístico, agravando as distorções no mercado de habitação. O que tem um peso ao nível das subjetividades políticas, porque os indivíduos passam a lubrificar o mecanismo desse capitalismo rentista. É um processo que produz mais atores econômicos e proprietários e menos atores sociais, políticos e coletivos, pois colocam as pessoas numa lógica de competitividade e não de colaboração. E isso é muito interessante, pois o neoliberalismo não apenas comanda os grandes interesses globais, mas consegue penetrar e permear nos níveis mais básicos do cotidiano e de apropriação do espaço urbano. É um processo radical de infiltração e aproveitamento intersticial de tudo que potencialmente pode ser emancipatório e coletivo, sendo completamente cooptado por interesses dominantes na lógica capitalista. Para mim, isso é uma revolução, o clique que faz com que o reescalamento atinja o máximo de sua perversidade.

EIXO 3: O SABER ACADÊMICO, A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DISPUTA NA ARENA POLÍTICA

H - Como você argumentou, Lisboa passa por um momento em que

o incentivo à atividade turística vem sendo apontado como via “inevitável” e “natural” tanto para a recuperação econômica nacional como para uma classe média proprietária e economicamente enfraquecida. O que torna estudos como o seu um recurso fundamental no enfrentamento da retórica dominante. Como que você percebe a articulação dos estudos acadêmicos com os coletivos de luta pelo direito à cidade e à moradia?

L – O papel da universidade subdivide-se em dois campos. O primeiro campo tem a ver com o parecer científico, as universidades são chamadas para produzir estudos e dar pareceres livres para informar a tomada de decisão política. O que já nos coloca diante de um grande problema: existe uma grande ausência de estudos rigorosos suportados por realidades empíricas e uma boa teoria, o que acontece porque não há relatórios estatais com escala fina e suficientemente pertinentes para nos permitir fazer uma leitura mais rigorosa da realidade. Há muitos trabalhos que estão estudando cientificamente as mudanças, mas eles acabam sendo muito locais e pontuais e, portanto, não têm um verdadeiro valor estratégico na produção de conhecimento direcionado para as políticas públicas. São sempre indicadores que não nos dão ideia das tendências na escala da cidade, mas num bairro. Há também uma falta de transparência de alguns dados, como os números relativos aos *Golden Visa*, que não são fornecidos pelas agências que produzem os relatórios sobre a questão.

Num segundo campo, a comunidade científica tem o papel de aliar-se à luta ativista e dos movimentos sociais. Na comunidade científica de Lisboa posso dizer que são poucos os pesquisadores que entram nessa lógica da investigação-ação, contribuindo por meio dos seus trabalhos acadêmicos com a construção de estratégias de ação transformadora sobre a realidade. Sendo que não há aqui uma visão unilateral. Não é a academia que instrui ou explica aos movimentos sociais o que eles têm que fazer, há uma dialética muito interessante entre esses dois campos de ação. Há um movimento duplo, os movimentos se beneficiam do saber produzido pela reflexão teórica e os investigadores acadêmicos se beneficiam do saber e da prática que os movimentos produzem, gerando uma aprendizagem coletiva.

Alguns acadêmicos são também ativistas, como é o meu caso, o que acaba muitas vezes gerando questionamentos sobre o meu *habitus* acadêmico. Quando nós sabemos que a ideia do conhecimento científico neutro é falsa, sendo o papel do próprio pesquisador

criticar a realidade no sentido de transformá-la. Essa ligação com o ativismo, de acordo com a visão hegemônica de ciência, acaba por ser promíscua, como se a objetividade fosse com isso toldada. Eu acredito no princípio da objetividade, mas não da neutralidade, que é uma falsa questão.

H - Nos últimos anos, a capacidade dos movimentos sociais locais, do meio universitário e da sociedade civil de sensibilizar os poderes locais e nacionais tem se intensificando. Não por acaso, foi lançado um pacote de medidas com o objetivo de responder às suas denúncias: a formação do Fundo Nacional de Reabilitação Urbana, a aplicação de Taxa Turística e, mais recentemente, o programa Renda Acessível e suspensão temporária de parte dos despejos até a votação de uma nova legislação de arrendamento e do alojamento local. Você acha que essas medidas são suficientes para enfrentar o problema?

L – Eu penso que ainda precisamos de muitas outras medidas. Entre as que já foram aprovadas, a mais radical é a moratória contra os despejos das pessoas com mais de 65 anos e quinze anos de casa, mas ela só dura até março próximo. Para conseguirmos ter uma verdadeira regulação, o governo nacional e as autarquias locais precisam ser chamados para tomarem as rédeas do processo. As medidas de hoje apenas beliscam o mercado, criando alguma regulação, mas ainda muito diminuta. Quando pensamos na elaboração de uma nova geração de políticas de habitação e da lei de base de habitação, que Portugal não tem, percebemos, por exemplo, que o financiamento está totalmente minado pelo setor privado. O Estado não assume a alocação de recursos substanciais para programas públicos de construção e reabilitação de habitação urbana. Quando eu leio as entrelinhas da nova legislação, eu questiono o papel do Estado como regulador, mas também como executor de políticas de habitação.

Por outro lado, há uma série de pacotes legais que precisam ser revogados urgentemente, como o *Golden Visa*, o de Residentes não Habituais, o pacote que beneficia os fundos de investimentos imobiliários e a lei de rendas, que já está sendo modificada. Não estou apelando para uma reforma urbana, mas para que o direito constitucional para a habitação seja materializado na vida da população. Embora veja com bons olhos todas as iniciativas recentes, que provavelmente não existiriam em um governo de direita, eu não

acho que elas são suficientes para barrar a ofensiva neoliberal.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SUGERIDA DO AUTOR

MENDES, L. “Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo aus-

teritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009”, **Cadernos Metrópole**, vol. 19, n.º 39, 2017.

_____ “Manifesto antigentrificação redux”, Revista do Niep – **Marx e Marxismo**, vol. 5, n.º 9, 2017.

_____ “Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese *rent gap* de Neil Smith”, **Cadernos Metrópole**, vol. 16, n.º 32, 2014. ■

Sobre o entrevistador:

Heitor Vianna Moura é mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo e doutorando em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com passagem pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Nota:

As imagens (p.72) foram generosamente cedidas pelos coletivos *Habita*, *Morar em Lisboa*, *Stop Despejo* e *Lisboa Does Not Love*, atuantes na luta pelo direito à moradia em Lisboa, ou capturadas pelo entrevistador durante sua pesquisa de doutorado na cidade.

Lista de pareceristas *e-metropolis* 2017-2018

Adauto Cardoso (UFRJ)
Ana Carolina C Lima (UERJ)
Antonio C. Alkmim (IBGE)
Antonio Maurício Costa (UFPA)
Betânia Alfonsin (Ministério Público/RS)
Carolina Zuccarelli (UFF)
Cecilia Mello (UFRJ)
Daiane Boelhouver Menezes (SPGG/RS)
Daniel Rodrigues (UERJ)
Diana Helene (UFRJ)
Eliana Kuster (IFES)
Érica Tavares da Silva (UFF)
Érika Cristine Kneib (UFG)
Fábio Ramos Barbosa Filho (UNICAMP)
Fernando Pinho (UFRJ)
Flávia de Souza Araújo (UFAL)
Flávio Chedid Henriques (UFRJ)
Frederico de Holanda
Gabriel Cid (UNESCO)
Giselle Tanaka (UFRJ)
Heitor Frúgoli Jr. (USP)
Heloísa de Oliveira (Governo/CE)
Heloísa Moura Costa (UFMG)
Humberto Meza (UFRJ)
Isis do Mar Marques (UFRJ)
Janice Caiafa (UFRJ)
João Domingues (UFF)
João Rovati (UFRGS)
João Tonucci (UFMG)
Juciano Rodrigues (UFRJ)
Laura Bueno (PUC/Campinas)
Luciana Corrêa do Lago (UFRJ)
Luciana Ximenes (UFRJ)
Luiz Augusto Costa (PUC/Campinas)
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (UFRJ)
Marcelo Amaral
Maria Angélica Maciel Costa (UFRRJ)
Nelma Gusmão de Oliveira (UESB)
Nelson Diniz (Pedro II)
Oscar Alfredo Alfonso Roa
Pablo Benetti (UFRJ)
Paulo Henrique Ribeiro Sandroni (PUC/SP)
Raphi Soifer (UFRJ)
Regina Brabo Ferreira (UFPA)
Robert Pechman (UFRJ)
Rômulo Ribeiro (UnB)
Rosangela Luft (UFRJ)
Samuel Thomas Jaenisch (UFRJ)
Tadeu Alencar Arrais (UFG)
Tarcyla Fidalgo Ribeiro (UFRJ)
Thais Portela (UFBA)
Thiago Oliveira Lima Matiolli (UFRJ)
Tuanni Borba (UFRJ)

REALIZAÇÃO



APOIOS

